

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

Ana Luiza Xavier Scremin

**FUNÇÕES PARENTAIS DESEMPENHADA POR MADRASTAS E A
COPARENTALIDADE DO NOVO CASAL**

Santa Maria, RS

2020

Ana Luiza Xavier Scremin

**FUNÇÕES PARENTAIS DESEMPENHADA POR MADRASTAS E A
COPARENTALIDADE DO NOVO CASAL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção de título de **Mestra em Psicologia.**

Orientadora: Prof^ª Dr^ª Caroline Rubin Rossato Pereira

Santa Maria, RS

2020

This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Finance Code 001

Scremin, Ana Luiza Xavier
FUNÇÕES PARENTAIS DESEMPENHADA POR MADRASTAS E A
COPARENTALIDADE DO NOVO CASAL / Ana Luiza Xavier
Scremin.- 2020.
127 p.; 30 cm

Orientadora: Caroline Rubin Rossato Pereira
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa
Maria, Centro de Ciências Sociais e Humanas, Programa de
Pós-Graduação em Psicologia, RS, 2020

1. PARENTALIDADE 2. FUNÇÕES PARENTAIS 3. RECASAMENTO
4. MADRASTAS I. Pereira, Caroline Rubin Rossato II.
Título.

sistema de geração automática de ficha catalográfica da unam. dados fornecidos pelo autor(a). sob supervisão da direção da divisão de processos técnicos da biblioteca central. bibliotecária responsável paula schoenfeldt. data cma 10/1728.

Declaro, ANA LUIZA XAVIER SCREMIN, para os devidos fins e sob as penas da lei, que a pesquisa constante neste trabalho de conclusão de curso (Dissertação) foi por mim elaborada e que as informações necessárias objeto de consulta em literatura e outras fontes estão devidamente referenciadas. Declaro, ainda, que este trabalho ou parte dele não foi apresentado anteriormente para obtenção de qualquer outro grau acadêmico, estando ciente de que a inveracidade da presente declaração poderá resultar na anulação da titulação pela Universidade, entre outras consequências legais.

Ana Luiza Xavier Scremin

**FUNÇÕES PARENTAIS DESEMPENHADAS POR MADRASTAS E A
COPARENTALIDADE DO NOVO CASAL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção de título de **Mestre em Psicologia.**

Aprovado em 24 de março de 2020:

Caroline Rubin Rossato Pereira, Dra. (UFSM)
(Presidente/Orientador)

Denise Falcke, Dra. (UNISINOS)
(videoconferência)

Dorian Mônica Arpini, Dra. (UFSM)
(videoconferência)

Santa Maria, RS
2020

RESUMO

FUNÇÕES PARENTAIS DESEMPENHADA POR MADRASTAS E A COPARENTALIDADE DO NOVO CASAL

AUTORA: Ana Luíza Xavier Scremin

ORIENTADORA: Caroline Rubin Rossato Pereira

O divórcio é uma das mudanças do ciclo de vida da família que mais causa transformações no dia a dia, aumentando a complexidade das relações familiares. Ele caracteriza o fim de uma relação que não deu certo, mas também possibilita que esses casais busquem um novo relacionamento amoroso, caracterizando assim um recasamento. Esta é uma nova forma de constituir-se família, visto que a maior parte dos casais que se divorcia, possuem filhos crianças e adolescentes. Quando há filhos em um recasamento, ocorre a inserção de uma nova figura, denominada madrasta. Diferente de antigamente, que a madrasta entrava na família como substituição da figura materna através da viuvez do marido, hoje, mães e madrastas coexistem em um mesmo sistema familiar, inclusive podem conviver e dividir tarefas em relação aos enteados. Quanto à madrasta, quando coabita com as crianças, pode assumir alguns cuidados parentais, advindos das necessidades diárias em relação aos enteados. O presente estudo é um Estudo de Caso Coletivo, realizado com três famílias, composta por madrasta, pai e pelo menos um filho criança no momento da coabitação com a madrasta, que objetivou compreender a experiência das madrastas em relação às funções parentais e a coparentalidade com o pai das crianças ou adolescentes. Para isso, foram realizadas entrevistas semiestruturadas adaptadas a cada membro familiar e realizadas individualmente com cada participante. Para as crianças e adolescentes foram propostos dois desenhos; o primeiro, o de sua família e o segundo em um momento com a madrasta. A presente dissertação está dividida em duas seções, a primeira contendo uma breve revisão da literatura, abordando a temática estudada, com o método adotado e as características dos participantes, para proporcionar uma melhor compreensão do tema e dos casos estudados. A segunda seção está dividida em dois artigos com a discussão dos dados obtidos na realização da pesquisa. Por fim, as considerações finais da dissertação, as referências utilizadas e os apêndices. Concluiu-se que as madrastas ao assumirem responsabilidades em relação aos enteados, compartilhando com os pais as tarefas de educação e cuidados reforçam o vínculo familiar, sentindo-se parte de uma “família normal” com afeto, carinho e alguns conflitos advindos da convivência e intimidade.

Palavras-chave: Madrasta. Relações familiares. Coparentalidade.

ABSTRACT

PARENTAL FUNCTIONS PERFORMED BY MADRASTAS AND THE COPARENTALITY OF THE NEW COUPLE

AUTHOR: Ana Luíza Xavier Scremin

ADVISOR: Caroline Rubin Rossato Pereira

Divorce is one of the changes in the family's life cycle that most changes daily, increasing the complexity of family relationships. It characterizes the end of a relationship that did not work, but it also allows these couples to seek a new loving relationship, thus characterizing a remarriage. This is a new way of starting a family, since most couples who divorce have children and adolescents. When there are children in a remarriage, a new figure, called stepmother, is inserted. Unlike in the past, where the stepmother entered the family as a substitute for the maternal figure through the husband's widowhood, today, mothers and stepmothers coexist in the same family system, they can even coexist and share tasks in relation to stepchildren. As for the stepmother, when cohabiting with the children, she can take on some parental care, arising from the daily needs in relation to her stepchildren. The present study is a Collective Case Study, carried out with three families, composed of stepmother, father and at least one child at the time of cohabitation with the stepmother, which aimed to understand the experience of stepmothers in relation to parental functions and coparenting with the father of children or teenagers. For this, semi-structured interviews were conducted adapted to each family member and carried out individually with each participant. Two drawings were proposed for children and adolescents; the first, that of his family and the second in a moment with his stepmother. This dissertation is divided into two sections, the first containing a brief review of the literature, addressing the subject studied, with the method adopted and the characteristics of the participants, to provide a better understanding of the theme and the cases studied. The second section is divided into two articles with a discussion of the data obtained in conducting the research. Lastly, the final considerations of the dissertation, the references used and the appendices. It was concluded that stepmothers, when assuming responsibilities in relation to their stepchildren, sharing with father the tasks of education and care, reinforce the family bond, feeling part of a "normal family" with love, affection and some conflicts arising from the coexistence and intimacy.

Keywords: Stepmother. Family Relations. Coparenting.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	12
Seção I	16
2. REFERENCIAL TEÓRICO	16
2.1 DIVÓRCIO E RECASAMENTO	16
2.2 A ENTRADA DA MADRASTA NA FAMÍLIA.....	23
2.3 FUNÇÕES PARENTAIS E A COPARENTALIDADE	26
3. OBJETIVOS	32
3.1 OBJETIVO GERAL	32
3.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS	32
4. MÉTODO	34
4.1 PARTICIPANTES	34
4.2 DELINEAMENTO	34
4.3 PROCEDIMENTOS E INSTRUMENTOS.....	36
4.4 CONSIDERAÇÕES ÉTICAS	38
4.5 ANÁLISE DOS DADOS.....	39
5. DESCRIÇÃO DOS CASOS	42
Seção II	44
ARTIGO 1	44
FUNÇÕES PARENTAIS DESEMPENHADAS POR MADRASTAS E A COPARENTALIDADE DO NOVO CASAL	44
RESUMO.....	45
ABSTRACT.....	46
Método	49
Participantes.....	49
Delineamento	50
Procedimentos.....	50
Análise de dados	51
Resultados	51
Discussão	65
Considerações Finais	70
Referências.....	72
ARTIGO 2	76

RELAÇÃO ENTEADO MADRASTA DURANTE A COABITAÇÃO: COMO ACONTECE A VÍNCULAÇÃO	76
RESUMO	77
ABSTRACT	78
Método.....	81
Participantes	81
Delineamento e procedimentos	82
Análise de dados.....	83
Resultados	83
Discussão.....	94
Considerações finais.....	98
Referências	100
CONSIDERAÇÕES FINAIS DA DISSERTAÇÃO.....	104
REFERÊNCIAS	107

APÊNDICE A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	113
APÊNDICE B - DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE PARA ATENDIMENTO PSICOLÓGICO.....	115
APÊNDICE C - TERMO DE CONFIDENCIALIDADE.....	116
APÊNDICE D - QUESTIONÁRIO SOCIODEMOGRÁFICO	117
APÊNDICE E - ENTREVISTA COM A MADRASTA	119
APÊNDICE F – ENTREVISTA COM O PAI.....	122
APÊNDICE G - TERMO DE ASSENTIMENTO	124
APÊNDICE H – ENTREVISTA COM A CRIANÇA.....	126

1. INTRODUÇÃO

Estudar famílias é trabalhar com um tema amplo e complexo. A família, tanto quanto os padrões de relacionamento nela vividos, papéis desempenhados, vínculos afetivos, padrões de comunicação, devem ser estudados levando sempre em consideração o momento histórico e o contexto social. Os laços de consanguinidade ou mesmo de coabitação não são mais suficientes para definir quem pertence à família. A família do século XXI tem espaço para diversas configurações, variando tanto nas suas composições, quanto no estabelecimento das relações familiares. Atualmente, para além do modelo de pai, mãe e filhos, ela pode ser formada por um casal de mulheres ou homens, caracterizado como homoafetiva; casal sem filhos; familiares responsáveis pela criação de sobrinhos ou netos; apenas por um dos pais e filhos, famílias recasadas, coabitadas por novos cônjuges, entre outras incontáveis formas de ser família (OLIVEIRA, 2009; WAGNER e LEVANDOWSKI, 2008).

Com a legalização do divórcio, na década de 1970, aumentaram o número de famílias recasadas, ampliando a presença desses novos arranjos familiares, que antes só eram possíveis a partir da morte de um dos cônjuges. O divórcio marca a dissolução do casamento, a separação do marido e da mulher, dando a ambos a possibilidade de uma nova união. Nem sempre o divórcio é algo negativo, mesmo que essa ainda seja uma ideia muito forte na sociedade. Ele pode trazer benefícios para a família, evitando conflitos entre o casal que apresenta dificuldades na vida conjugal. A vida pós-divórcio pode mostrar-se menos prejudicial para o desenvolvimento dos filhos do que serem expostos a desentendimentos conjugais intensos e recorrentes dentro de casa. Após a separação conjugal, destaca-se que a qualidade da relação parental estabelecida será determinante para o desenvolvimento emocional dos filhos (CANO, GABARRA, MORÉ e CREPALDI, 2018; DANTAS, FÉRES-CARNEIRO, MACHADO e MAGALHÃES, 2018; FÉRES-CARNEIRO, 1998).

As famílias recasadas são formadas a partir de casamentos ou laços conjugais, realizados após o divórcio ou separações de pelo menos um dos membros do novo casal, podendo haver filhos de relações conjugais anteriores (DIAS, 2011). Há muitas nomenclaturas para se referir a estas famílias, como “famílias recompostas” ou “famílias complexas”. Além de famílias recasadas, considera-se interessante o termo “famílias multinucleares”, pois não estaria associado à ideia de uma família complicada, já que ela pode ser tão saudável quantos as famílias que possuem apenas um núcleo. Ressalta-se a importância de diferenciar a ideia de disfuncionalidade da de complexidade, que existe nessas

múltiplas relações das famílias recasadas (BORGES, 2007; FÉRES-CARNEIRO e ZIVIANI, 2009).

Ao considerar a complexidade vivida no recasamento, percebe-se a necessidade de buscar novos papéis dentro da família, para que os membros se sintam integrados, assim como é preciso maior flexibilidade para que sejam organizados os novos arranjos familiares (ALVES e ARPINI, 2017). Dependendo da fase do ciclo vital em que cada um dos núcleos familiares se encontra, serão necessários ajustes e tarefas para que seja feita a integração na família. Quanto mais expressivas as diferenças no ciclo vital, maior o período de ajuste (CARTER e MCGOLDRICK, 2001).

Os dados do IBGE (2017) mostram que, entre os casais que se divorciaram, 54% possuíam pelo menos um filho crianças e adolescentes. Os dados do IBGE também indicam que os homens recasam mais, comparados ao número de mulheres que se divorciam. Dessa forma, entra em cena uma personagem que já era conhecida, a madrasta. (GONÇALVES, 2012; DONNAMARIA e TERZIS, 2009). A madrasta entra na família como alguém que precisa conquistar um lugar frente aos enteados, em uma família em que, muitas vezes, a mãe ainda está presente.

A identidade feminina ainda está associada aos papéis tradicionais de gênero, mantendo as mulheres responsáveis pelo lar e cuidados com os filhos e enteados. As relações que derivam do recasamento podem ser desafiantes, como o ingresso dos novos membros, as definições das funções parentais e as novas fronteiras a serem definidas (CARTER e MCGOLDRICK, 2001). A madrasta não possui, em princípio, nenhuma obrigação jurídica junto aos filhos de seu companheiro, sendo que sua vinculação com eles se dá de forma socioafetiva, ou seja, através do convívio (VILAS-BÔAS, 2018). Ao refletir sobre a relação entre a madrasta e os enteados é necessário também ter em conta que esta é perpassada pela relação do pai com ela. Além disso, fatores como a idade, a residência principal dos filhos, as circunstâncias nas quais ocorreu o divórcio, a existência da mãe das crianças, entre outros, podem contribuir para o modo como se dará esta relação. Ainda, quando estabelecer um laço afetivo com a madrasta constitui-se em um conflito de lealdade com um dos pais (pai ou mãe), é criada uma barreira na relação entre enteados e a madrasta (DANTAS et al., 2018; SARAIVA, LEVY e MAGALHÃES, 2014).

O conceito de parentalidade congrega o conjunto de atividades que visam assegurar a sobrevivência e desenvolvimento das crianças. Mesmo que a palavra parentalidade remeta à ideia de um vínculo biológico, ela pode ser desempenhada por qualquer pessoa ou casal parental que mantenha um relacionamento e seja referência para a criança, exercendo o papel

de cuidadores (BEM e WAGNER, 2006; HOGHUGHI e LONG, 2004; SARAIVA et al., 2014).

O conceito de coparentalidade diz respeito a todas dimensões sobre a cooperação entre o sistema parental, como acontece a interação do grupo familiar, como eles se apoiam ou se opõem ao outro, com relação à criança. Embora diga respeito à qualquer relação entre sujeitos que ocupem papéis parentais, a coparentalidade tem sido estudada prioritariamente em casos de divórcio, considerando a relação entre o casal parental após a separação conjugal (LAMELA, NUNES-COSTA e FIGUEIREDO, 2010; FRIZZO et al., 2005).

Justifica-se a escolha do tema, através das grandes mudanças nas configurações familiares, onde se encontra a cada dia novas situações que desafiam o campo das pesquisas, necessitando que haja sempre estudos que contemplem as necessidades da sociedade contemporânea. Neste contexto, verificou-se a necessidade de ampliar o olhar sobre a coparentalidade, assunto que é muito discutido entre o casal parental divorciado, considerando a participação de outras figuras, além dos pais, nas funções parentais, incluindo os novos cônjuges, no caso deste estudo, a madrasta. Para isso, a dissertação será dividida duas sessões, a Seção I, que apresentará o tema através do referencial teórico, método utilizado para a obtenção dos resultados e uma breve descrição dos casos, para uma melhor compreensão dos mesmos. A seção II é constituída por dois artigos, que apresentam os resultados obtidos através da pesquisa, focados na relação das madrastas com os enteados. Por último, serão apresentadas as conclusões finais da dissertação, retomando alguns aspectos gerais abordados durante a dissertação.

Seção I

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 DIVÓRCIO E RECASAMENTO

A legalização do divórcio no Brasil, ocorrida no ano de 1977, através da lei nº 6.515, que tratava sobre a dissolução do vínculo matrimonial e a guarda dos filhos pode ser considerada um fenômeno recente em nossa história. O divórcio é a medida dissolutória do vínculo matrimonial e dos seus deveres conjugais. Atualmente, para que ele aconteça, não é preciso que o casal tenha nenhuma causa específica que resulte na extinção da relação, apenas o interesse de um ou dos dois cônjuges. A partir da segunda metade do século XX, com uma organização familiar mais igualitária e, em muitos casos, uma maior independência financeira das mulheres, o divórcio começou a ser considerado pelos casais insatisfeitos com suas relações conjugais (GAGLIANO e PAMPLONA, 2017).

De acordo com os últimos dados do IBGE, no ano em 2017, o número de divórcios aumentou 8,3% referente ao ano de 2016. Dentre os casais que se divorciaram em 2017, 71,1% possuíam filhos. Desse total, 17 % eram pais de adultos, 7,9% tinham mais de um filho, sendo eles maiores e menores de idade, e 46,1 eram pais apenas de crianças e/ou adolescentes.

O divórcio é o rompimento do ciclo de vida que possui um maior impacto nas famílias, visto que com ele, a complexidade das tarefas desenvolvimentais das famílias, assim como as de suas relações aumentam significativamente. Com o divórcio, todos os membros da família nuclear são afetados de alguma forma, influenciando como cada membro irá sentir as mudanças no ciclo vital da família (CARTER e MCGOLDRICK, 2001). O divórcio impõe a necessidade de que se criem outras estruturas de convivência entre os membros da família, principalmente entre pais e filhos. A decisão pelo divórcio é dos pais, por isso, para os filhos, o divórcio pode ser vivenciado com certo mistério e falta de controle da situação, envolvendo, ainda sentimentos como raiva do casal ou de um dos pais, o que julgam responsável pela separação, medo em relação a como serão suas vidas após a notícia, tristeza, culpa por julgarem ter atrapalhado a relação ou, ainda, sentimento de responsabilidade, de que poderiam ter feito algo para “salvar” o casamento dos pais (SCHABELL, 2005). Esses sentimentos podem se prolongar por algum tempo após a separação. O estresse inicial experienciado no

processo da separação é parte de um processo necessário de luto, associado às dificuldades de lidar com a nova situação que se apresenta (DANTAS, FERES-CARNEIRO, MACHADO e MAGALHÃES, 2018).

Desta forma, considera-se a separação conjugal como um processo que necessita de um tempo para que as adaptações sejam bem assimiladas por todos os membros envolvidos. Nazareth (2004), divide o divórcio em três estágios, vividos por ambos indivíduos, mas não necessariamente ao mesmo tempo. A fase aguda é quando um ou os dois parceiros, insatisfeitos, questionam a relação. A fase transitória é a separação em si, quando um sai de casa. A última fase é a aceitação da nova vida e a abertura para a possibilidade de um novo relacionamento. Carter e Mcgoldrick (2001) conceituam as fases do divórcio no ciclo de vida familiar, onde as famílias as quais o divórcio ocorre, possam futuramente estabilizar e prosseguir seu desenvolvimento. Para isso, é necessário passar por alguns lutos da relação e do parceiro, assim como o manejo das mágoas, culpa e vergonha da família ampliada e dos filhos.

O divórcio sempre causa um grande impacto a todos que convivem com o casal, principalmente nos filhos, ainda que cada um sinta a mudança de forma diferente. As alterações na rotina costumam ser muito difíceis, em alguns casos até mesmo mais árduas de lidar do que o processo de separação em si. As mudanças de vida podem ser sentidas como as consequências palpáveis da separação, perdendo, por exemplo, a convivência diária com um dos pais e algumas tradições familiares, que precisam ser ressignificadas (SOUZA, 2000; LOBO, 2005).

No senso comum, o divórcio é erroneamente considerado como algo que conturba e que, até mesmo, “destrói” a família, que afasta seus membros e acarreta consequências negativas para os filhos. O divórcio não pode ser relacionado linearmente com problemas de relacionamentos e dificuldades na criação dos filhos, pois há muitas implicações na complexidade dos contextos familiares (Grzybowski, 2007). Lembra-se que a organização no pós-divórcio não rompe com o sistema familiar, mas o modifica e, no caso das famílias recasadas, o amplifica, complexificando a relação entre os vários subsistemas envolvidos. Pode haver algumas mudanças nos papéis e fronteiras, assim como também no relacionamento com os outros subsistemas da família de origem e extensa (CARTER e MCGOLDRIC, 2001).

Ressalta-se que mesmo que as dificuldades emocionais sejam inevitáveis, nem sempre o divórcio gera um ambiente disfuncional para pais e filhos. Ao longo do tempo, passados os primeiros momentos adaptativos e as questões burocráticas a serem resolvidas, todos os

membros da família podem acabar por ter mais qualidade de vida do que desfrutavam durante o casamento dos pais (CARTER e MCGOLDRIC, 2001; FERES-CARNEIRO et al., 2018). Quando acaba o relacionamento amoroso dos pais, o divórcio pode ser a melhor opção escolhida entre o casal, as brigas podem cessar, assim como o desgaste proporcionado por elas. Afinal, esse comportamento durante o casamento também pode gerar um afastamento dos filhos e ser prejudicial ao desenvolvimento deles. Ou seja, ter pais casados ou não, não determina em si o desenvolvimento dos filhos, e sim a relação que possuem entre eles e aquela entre o casal parental (FERES-CARNEIRO, 1998; USANDIVARAS, 1986).

Em face ao divórcio, uma das dificuldades enfrentadas pelos pais refere-se a lidar com o impacto deste na vida dos filhos. Féres-Carneiro (1998) menciona que os pais tendem a fragilizar seus filhos perante a separação e podem se preocupar e, até mesmo, duvidar de suas capacidades de enfrentar esse período. Entretanto, os filhos podem lidar com o divórcio melhor do que os pais esperariam. Em alguns casos, observando os amigos que já passaram por essa situação, eles se identificam e encontram compreensão. No tocante à compreensão das crianças acerca da separação conjugal, Souza e Ramires (2006), através de um estudo com crianças de uma escola de classe média de São Paulo, com idades entre 5 e 11 anos, identificaram que as crianças entendiam o amor romântico como central no casamento e também mostraram saber que esse amor poderia acabar um dia. Essa percepção de finitude do sentimento, que é o principal motivador do casamento, mostra que essas crianças não idealizavam o casamento como algo indissolúvel, o que pode favorecer a lidarem com o divórcio.

Ressalta-se, ainda, que, como destacado por Gaidzinski, Nuernberg, Spido e Jerônimo (2014), as crianças precisam estar a par dos acontecimentos e ter liberdade para conversar com ambos os pais, a fim de que melhor elaborem o divórcio. Famílias que se expressam emocionalmente com clareza e conseguem resolver problemas de forma colaborativa e proativa, possuem mais capacidade de promover a resiliência de seus membros.

Após o divórcio, a qualidade da disciplina dos filhos e a divisão das responsabilidades entre os pais, dependerá do relacionamento que possuem entre si, como era durante o casamento e do modo como vivenciaram a separação conjugal. Para que seja mantido um bom relacionamento entre pais e filhos, é preciso que o processo de separação conjugal seja bem elaborado e resolvido entre o casal, para garantir que o término do subsistema conjugal não prejudique o subsistema parental (GRZYBOWSKI e WAGNER, 2010).

De acordo com a lei nº 11.698, de 13 de junho de 2008, há dois modelos de guarda no Brasil, a unilateral e a compartilhada. Quando se trata da guarda unilateral, apenas um dos

genitores fica responsável pela criação dos filhos, reside com eles, enquanto o outro pai tem direito a visitação dos filhos. A pessoa com quem o filho reside é que irá tomar as principais medidas necessárias para garantia de seus direitos à educação, a sua segurança, assim como os cuidados básicos como alimentação, higiene e moradia, enquanto o outro genitor irá supervisionar se os interesses do filho estão sendo assegurados. No que diz respeito à guarda compartilhada, a criança pode residir na moradia que atenda melhor suas necessidades, mas ambos os genitores são corresponsáveis em fornecer acesso à saúde, educação, higiene, moradia e segurança, ou seja, ambos os pais dividem a responsabilidade pelo filho em todas as esferas de sua vida, assim como o tempo de convívio com a criança, seja realizado de forma equilibrada com ambos os pais. No Brasil, desde a mudança realizada em 2014, com a lei nº 13.058, a guarda compartilhada tornou-se obrigatória, a menos que um dos pais declare que não deseja a guarda do filho. Mesmo com essa obrigatoriedade, a guarda compartilhada vem aumentando, mas ainda é minoria, correspondendo a apenas 21,7% das decisões de guarda no ano de 2017. Dentre os casos de guarda unilateral dos divórcios ocorridos em 2017, 69,4% de mulheres haviam assumido a guarda unilateral dos filhos crianças e adolescentes, ficando uma porcentagem muito pequena (4,8%) para guarda unilateral de homens (IBGE, 2017).

Os pais possuem menos a guarda unilateral dos filhos, e pode-se pensar em muitas questões que prejudicam o vínculo paterno comparado à maternidade. Quanto às questões jurídicas, um exemplo refere-se à licença paternidade de apenas cinco dias, comparada com a licença de 120 dias que a mãe tem direito (Lei n.º 5.452). Em pesquisa realizada por Crepaldi et al. (2006), com 30 famílias de classe socioeconômica baixa, com crianças com idades entre 6 meses e 6 anos, que objetivou investigar aspectos sobre o engajamento paterno, os participantes mencionaram que os setores de saúde e educação que frequentavam não incluíam o pai nas questões relacionadas aos filhos, sendo a figura materna a principal interlocutora. As autoras ressaltam que essas práticas excludentes acabam reforçando as representações de que o pai é incapaz de ser responsável pelos cuidados relacionados aos filhos, estando no lugar de provedor do lar e apoiador da mãe, não tendo a paternidade como principal função. Outra pesquisa realizada por Scheneebeli e Meandro (2014), com 30 pais e mães de crianças e adolescentes até 18 anos, sobre as representações da guarda após a separação conjugal, verificou que a maioria dos participantes achavam que a guarda deveria ser da mãe, apenas duas pessoas citaram a guarda compartilhada. Mesmo com as mudanças ocorridas na sociedade e na família contemporânea, ainda parece prevalecer uma concepção

conservadora que qualifica a relação mãe e filho como mais apropriada para um desenvolvimento saudável da criança (BORSA e NUNES, 2011).

A separação ou divórcio indicam a ruptura da relação conjugal estabelecida entre determinado casal, contudo, não indicam o término da capacidade e da necessidade de amar alguém e ser amado. Nessa situação, o recasamento apresenta-se como uma das opções da continuação da vida amorosa dos pais divorciados (GRZYBOWSKI e WAGNER, 2010).

Compreende-se por famílias recasadas, aquelas onde o casal ou um deles tiveram um casamento ou uma união estável anterior, com filhos ou não, seguidos por outro casamento ou união, podendo haver filhos no recasamento ou não. É uma configuração complexa, que envolve a relação de vários adultos e muitas vezes crianças, podendo, até mesmo, ser difícil identificar e nomear claramente todos os membros. Pela diversidade de membros pode ser comum que tais arranjos familiares sejam confundidos com disfuncionalidade. Entretanto, esse núcleo familiar pode promover tanta saúde quanto uma família com configuração nuclear (FÉRES-CARNEIRO e ZIVIANI, 2009). A este respeito, na pesquisa de Wagner et al. (1999) realizada com 391 adolescentes da cidade de Porto Alegre, as autoras identificaram que a coabitação familiar não esteve associada ao bem-estar psicológico dos participantes. Não houve diferenças significativas entre os níveis de bem-estar entre os adolescentes, comparando-se os de núcleos originais assim com os de famílias reconstituídas.

Assim como no divórcio, o recasamento pode se apresentar como um momento conturbado para os filhos, ainda mais se envolve o pai com quem estes residem. Há nesse período outra forma de reorganização, não mais com a saída, mas sim com a entrada de um novo membro. Na família originada do recasamento, as fronteiras podem ser mais flexíveis, e os subsistemas mais permeáveis, pois as questões como a autoridade e as despesas com os filhos ficam dividida entre outros membros da família. Além disso, o novo casal pode estar em fases do ciclo familiar diferentes necessitando conceituar as etapas da nova relação. Com isso, um dos membros do casal pode ter de passar novamente por algumas fases do ciclo vital, enquanto o outro antecipe algumas delas, funcionando em várias ao mesmo tempo (CARTER e MCGOLDRICK, 2001). Entende-se então que a família recasada deve ser considerada a partir de um novo paradigma, que considere os novos relacionamentos familiares, papéis e as novas representações de masculino e feminino dentro da sociedade, indo além das expectativas geradas em relação aos papéis relacionados ao casamento (SILVA, TRINDADE e JUNIOR, 2012).

Se ambos tiverem filhos de relacionamentos anteriores, pode haver diferenças na forma de criar seus filhos, ainda, haver dúvida sobre como dirigir-se, nomear a esses novos

parceiros dos pais e questões sobre a organização do espaço físico do lar. Por este motivo, é importante que os adultos envolvidos, sejam eles os pais, padrastos ou madrastas, entendam as implicações do recasamento para os filhos e enteados a fim de auxiliarem a lidar com suas emoções neste novo contexto de vida (DANTAS, FÉRES-CARNEIRO, MACHADO e MAGALHÃES, 2018).

É necessário que a nova família tenha um maior investimento de todos seus membros, para que situações anteriores ao recasamento não impeçam um relacionamento harmônico e saudável entre si (CARTER e MCGOLDRICK, 2001; HINTZ, 2001). Conforme a idade, a capacidade cognitiva e a fase de desenvolvimento das crianças há diferenças quanto a suas percepções sobre o recasamento dos pais. Em um estudo com crianças da cidade de São Paulo, Souza e Ramires (2006) indicaram que, para as crianças menores de sete anos, o casamento de um dos pais era suficiente para a criação de uma nova família. Ou seja, o novo cônjuge também era chamado de pai ou mãe, remontando à configuração nuclear e confundindo, o residir junto, com a parentalidade, podendo a criança indicar possuir mais de um pai ou mãe. Já para as crianças maiores de oito anos, o vínculo biológico prevalecia aos arranjos de residência na definição das relações de parentesco, mesmo que residissem com os padrastos ou madrastas. Nesta idade, eles entendiam que havia dois núcleos familiares, mas que se mantinha apenas um núcleo parental (SOUZA e RAMIRES, 2006).

Valentim de Souza e Dias (2014), em pesquisa com quatro jovens adultos sobre suas percepções e vivências referentes ao recasamento dos pais, identificaram que todos participantes mencionaram a necessidade de adaptações neste período de vida. Além disso, indicaram como importante a disponibilidade de todos os membros a cooperarem para uma boa relação, fazendo-os perceberem aspectos positivos nas novas interações e desejarem essas novas famílias. Atalaia (2010) Saraiva et al. (2014) apontaram o convívio com os novos parceiros dos pais como fundamental para o estabelecimento de vínculos afetivos. Para tanto, a coabitação foi destacada como um caminho para o estreitamento do laço e sentimento de pertencimento à família. O tempo e espaços compartilhados, assim como partilhar os costumes, rompiam com a barreira do distanciamento inicial, marcada por ciúmes e preconceitos, permitindo uma relação de trocas e identificação.

A relação entre o novo casal pode gerar vários sentimentos nas crianças envolvidas, pois elas podem ter um desejo secreto de resgate da relação de seus pais, pois trazem consigo um sentimento de lealdade ao outro progenitor. Neste sentido, o ex-cônjuge possui um papel importante no recasamento, pois pode alimentar a tensão dos filhos em relação ao novo casamento, com um clima de disputa pelo “ex” ou pelos próprios filhos (SARAIVA et al.,

2014). Assim, destaca-se a relevância do comportamento do pai não guardião para a relação dos filhos com a madrasta ou o padrasto, pois depende deles que as crianças sintam-se seguras de que podem amar esse novo membro (madrasta ou padrasto) sem que sintam culpa ou a sensação de estar traindo algum dos pais (ALVES e ARPINI, 2017; VALENTIM DE SOUSA e DIAS, 2014).

O período de transição advindo da entrada dos novos membros da família, também é sentido pelos adultos, sejam eles madrastas ou padrastos. Eles precisam conquistar um lugar diferenciado, que ainda não é um bem definido nem dentro da família nem perante a sociedade. O papel da madrasta ou do padrasto junto aos filhos de seu parceiro não é reconhecido pela legislação brasileira, tornando essa relação não legitimada e fazendo com que não haja qualquer obrigação legal com estes. A construção de vínculo afetivo entre o novo companheiro e seus enteados dependerá de fatores que irão facilitar ou dificultar o processo, um deles refere-se a que a madrasta e o padrasto precisem da legitimação dos pais para que consigam criar um espaço na família, para a possibilidade de uma relação próxima (SARAIVA et al., 2014).

Alves e Arpini (2017), em pesquisa realizada com seis madrastas de uma cidade localizada no Rio Grande do Sul perceberam que uma boa relação entre a mãe e a madrasta, quando ambas conviviam com os filhos, oportunizavam o diálogo para resolução e discussão de temáticas relacionadas a eles. Ainda, o fato da mãe e madrasta conseguirem ter um bom relacionamento, facilitava a entrada e a aceitação da madrasta ou padrasto na família. Saraiva et al. (2014), em pesquisa com filhos que passaram pelo processo de recasamento dos pais, referiram que o padrasto ou a madrasta apresentaram bastante abertura e aceitação com relação à família de seus parceiros, chegando de uma forma que não interferissem muito, não impondo seus desejos, nem denegrindo a imagem dos pais. Dessa forma, os enteados sentiram-se à vontade para desenvolver um afeto por eles. A carência ocasionada pela falta ou o distanciamento de uma figura parental também foi apontada como tendo facilitado a aceitação desses novos membros.

De acordo com o IBGE, em 2018, o número de casamentos registrados no país foi de 1.090.131. Desses, 25,4% dos casamentos pelo menos um membro do casal já havia sido casado anteriormente, configurando um recasamento. Dentre os recasados, 69% é o número de casamentos em que somente o homem era divorciado ou viúvo, mostrando estatisticamente que os homens recasam-se mais do que as mulheres que estão na mesma situação. Ao refletir sobre as maiores taxas de recasamento entre os homens, Klaus, Kennel e Klaus (2000) referiram que a mãe se completaria com a sua relação com o bebê, enquanto que para o pai, a

relação só está completa quando há vinculação com todos os elementos, ou seja, pai, mãe e filhos. Além disso, Silva et al. (2012), pesquisando acerca das representações sociais da conjugalidade, perceberam que homens têm mais necessidade de manter relações conjugais como forma de manter uma organização de sua vida emocional, familiar e profissional.

Dentre os desafios do recasamento, é necessário um esforço maior para a preservação do sistema conjugal, para que as fronteiras mantenham-se nítidas, diferenciando-se dos demais sistemas, de modo especial, do filial. Tal tarefa demanda mais energia, dedicação e flexibilidade daqueles envolvidos comparado com as famílias nucleares. Além disso, o casal que recasa não se encontra na mesma fase do ciclo vital e não possui o tempo de adaptação nem a privacidade para criar uma vida em comum como acontece no primeiro casamento. No recasamento, as questões a respeito do ex-casal, o divórcio e o exercício da parentalidade, muitas vezes acontecem ao mesmo tempo que a construção da conjugalidade do novo casal. Concomitante, existe a presença de filhos das relações anteriores que precisam mais cuidados pelo processo de mudança que todos estão passando. A mulher do pai quer viver uma história de amor, a qual precisa dedicar tempo, tendo o casamento em primeiro lugar, o que pode se sobrepor aos desejos dos enteados (CARTER e MCGOLDRICK, 2001; PRADO, 2001; CORSO e CORSO, 2006).

Tal situação reflete um cenário diferente das famílias formadas no primeiro casamento, em que a adaptação entre os membros do casal e entre eles e seus filhos acontece simultaneamente. No recasamento, já existe uma relação entre pais e filhos, na qual a madrasta é introduzida, precisando construir seu lugar. Essa relação diferencia-se daquela vivida pela mãe com o pai, que supostamente completa-se com as crianças, tendo-as como prioridade. A expectativa de que a madrasta tenha que amar os enteados assim como os pais, em um funcionamento igual ao das famílias originais, constitui-se em um mito, que reforça a ideia de que estas são famílias complicadas (CORSO e CORSO, 2006; FALCKE e WAGNER, 2000).

2.2 A ENTRADA DA MADRASTA NA FAMÍLIA

Bastos e Nogueira (2016) argumentam que os contos de fadas, sempre encantadores, na verdade pouco dizem sobre a realidade dos dias atuais, tendo um enredo muito repetitivo e limitado. Seus personagens principais são basicamente retratados por um homem pai de família; uma bruxa, muitas vezes representada pela madrasta; uma princesa boazinha e um

príncipe salvador, que no final traz a felicidade, sempre vinculada a um casamento que retira a menina do lar. Os contos de fadas retratam algum momento histórico em que esse tipo de família era a predominante. A madrasta, mesmo que pareça algo da contemporaneidade, dos tempos do divórcio, já estava presente na família desde a Idade Média, quando era muito comum que as mulheres morressem no parto, fazendo com que essas crianças fossem criadas pela nova esposa do pai. Essa figura, que normalmente era conhecida por entrar em uma família para suprir a falta de uma presença feminina, com o divórcio assumiu um novo papel dentro da família recasada, compartilhando com o pai e a mãe de seus enteados um lugar, relacionando-se com todos eles (ALVES e ARPINI, 2017; DEBALD, SILVA e OLIVEIRA, 2013).

Corso e Corso (2010) referiram a imagem da mulher como fundamental para o equilíbrio entre a rigidez do pai e a rebeldia dos filhos. A função do pai depende de sua relação com uma figura feminina que seja capaz de dividir a preocupação com as crianças, intermediando a relação entre eles. Quando a esposa sai de cena e o homem casa-se novamente, há um retorno à família nuclear vista historicamente como autossuficiente. Inicialmente, essa era a motivação para que um viúvo procurasse uma nova esposa para ajudá-lo a dar conta das questões relacionadas a casa e aos filhos. A madrasta, pelo fato de ser mulher, é cobrada a corresponder à expectativa da sociedade, que é cumprir a missão de cuidar dos enteados amando-os imediatamente e incondicionalmente como se espera que a mãe ame os filhos.

Falcke e Wagner (2000), em uma pesquisa realizada na cidade de Porto Alegre, investigaram os mitos sociais relativos aos papéis de mãe e madrasta, entrevistaram 50 mães que estavam no primeiro casamento e responsáveis pela criação dos filhos e 50 madrastas que conviviam com os filhos do parceiro por pelo menos seis meses. As autoras verificaram que a maioria das mulheres entrevistadas pensava que mesmo a madrasta das crianças, não está isenta da responsabilidade com a educação destas, confirmando a ideia de que a mulher ainda exerce o papel de cuidadora da família, independente do seu papel. Por outro lado, o amor incondicional foi atribuído, principalmente pelas mães, à figura materna e não às madrastas.

Algumas culturas ainda têm a identidade feminina relacionada à maternidade, e alguns papéis tradicionais de gênero, sendo responsáveis pelos cuidados dos filhos, enteados e do lar (DANTAS et al., 2018). Contudo, nenhuma mulher aprende a ser madrasta, por esta ideia estar relacionada a um evento pouco romântico, como um casamento que não deu certo, ou pela ausência da mãe em uma família, seja por abandono, por morte ou demais motivos que podem causar esse distanciamento. Os papéis e lugares ocupados por essas novas mulheres

dentro da família, eram vistos como uma substituição da mãe, pois até o início do século XX eram comuns os recasamentos acontecerem após a viuvez, tornando algo mais aceitável e esperado socialmente (ALVES e ARPINI, 2017). Lobo (2005) indicou que nessa época em que os casamentos terminavam por motivo de morte de um dos cônjuges, a nova família apresentava um grau mais elevado de coesão familiar. O não desempenho da função parental pela mãe, seja por morte ou apenas ausência, gerava uma carência afetiva que era suprida pelo novo componente da família. Pode ser possível pensar que quando a mãe biológica não participa do convívio familiar, exista uma maior facilidade de substituição da função materna, realizada pela madrasta (FALCKE e WAGNER, 2000).

Quando a mãe ainda está viva, o mito do amor materno, como algo universal e incondicional, ainda influencia as famílias, as configurações familiares e, mesmo que inconsciente, tem uma influência direta na aceitação social das madrastas (OLIVEIRA e MELLO, 2016). Nos dias de hoje, a madrasta, na maioria dos casos, entra na família através do divórcio, não tendo o caráter de substituição, mas sim de um novo lugar a ser criado. Elas não possuem nem um modelo de identificação para inspirar-se, ficando em uma posição entre a figura materna, com uma imagem idealizada e a madrasta dos contos de fadas, má e invejosa, dificultando o seu processo de identidade dentro do novo contexto familiar (FALCKE e WAGNER, 2000; GONÇALVES, 2012). Em uma pesquisa realizada por Church (1999), realizada com 104 madrastas, abordando as noções de parentesco destas, baseadas em seus relacionamentos e em como definiam seus papéis na nova família, identificou cinco percepções diferentes, que foram moldadas através de diversas concepções, que passavam desde as necessidades pessoais das madrastas, suas experiências familiares e até mesmo da expectativa social. Outra pesquisa semelhante, onde visava identificar como era construído o papel de madrastas, onde 11 mulheres de classe média, que não residiam com seus enteados, foram entrevistadas, resultou em três formas diferentes, sendo a primeira delas o papel de mães, mas não mães; depois o papel focado nos outros e por último o papel que vem de uma visão externa (COLEMAN e WEAVER, 2005). Isso mostra como é singular, mas também incerto o lugar a ser ocupado pela madrasta na família, podendo dificultar ou tornar mais lento o processo de pertencimento da nova situação familiar.

Dessa forma, podem surgir dificuldades de adaptação das crianças com a madrasta, ainda podendo ser agravadas dependendo da forma com que se deu a separação dos pais. Durante a infância, período em que a criança possui uma visão binária da realidade, às vezes enxergar na mesma pessoa as qualidades do bem e do mal, a relação com a madrasta pode acabar simbolizando as dificuldades da relação com suas mães, projetando nela os

sentimentos que a sociedade julga incompatível com a figura materna, que fica intocável (OLIVEIRA e MELLO, 2016). Batista (2015), em uma pesquisa realizada na Paraíba, com três adolescentes do sexo feminino, as filhas mostraram dificuldades em aceitar as novas madrastas, pois correlacionam o novo relacionamento do pai ao término do casamento com suas mães, impossibilitando um bom relacionamento destas com suas madrastas. Nesse período também é necessário prestar atenção na relação entre os pais e os filhos, para que estes se sintam seguros de que sempre terão espaço na vida dos pais. Essa garantia de um lugar afetivo pode evitar uma relação de rivalidade com o novo membro do casal, tornando o recasamento uma relação mais forte, com benefícios para todos os membros da família (DANTAS, 2016; COSTA e DIAS, 2012).

Quando a madrasta coabita com os enteados é natural que a relação madrasta e enteado seja mais próxima e que elas assumam mais cuidados em relação aos enteados (DANTAS et al., 2016). O estudo proposto por Grzybowski e Wagner (2010), a coabitação foi considerada fundamental para o exercício dos cuidados com as crianças, educação, assim como no desenvolvimento de hábitos, organização da rotina e transmissão de valores.

2.3 FUNÇÕES PARENTAIS E A COPARENTALIDADE

Com a reformulação dos papéis de gênero frente à sociedade atual, assim como a participação desses homens e mulheres dentro da família, ampliaram-se as possibilidades do exercício familiar e das formas de realizar os cuidados dos filhos. A parentalidade, na atualidade, pode ocorrer, então, em diversos contextos familiares, como o de mães e pais solteiros, separados ou viúvos (famílias monoparentais), casais homoafetivos, famílias recasadas, famílias extensas. Então, seja a configuração que a família tiver, seja nuclear, extensa, recasada, defende-se que o que a define são suas funções, devendo constituir-se em um lugar de proteção e de estabelecimentos de vínculos, apoio e cuidado (HINTZ, 2001; FELIPPI e ITAQUI, 2015).

O sistema familiar é dividido em vários subsistemas que coexistem. Quando duas pessoas são unidas por laços afetivos e sexuais, com a intenção de formar uma família, forma-se o subsistema conjugal. O subsistema parental surge quando nasce o primeiro filho de um casal (MINUCHIN, 1982; WAGNER, 2011). Quando acontece o divórcio, junto impõe-se a necessidade da separação entre os sistemas conjugal e parental, que podem parecer realizados de forma mais conjunta durante o casamento. Para uma relação saudável com os filhos, no

pós-divórcio, é necessário que o subsistema conjugal termine enquanto o parental seja mantido, até as crianças crescerem e adquirirem independência, não necessitando das funções parentais (USANDIVARAS, 1986).

Houzel (2004) defende a ideia de que para preencher os requisitos para a parentalidade é necessário mais do que ser o genitor, ou ser designado como pai. O processo de parentificação é um processo complexo que possui três eixos: primeiro deles refere-se ao “exercício da parentalidade”, que pode ser estabelecido através da relação consanguínea ou pelos laços de parentesco ou filiação; o segundo eixo é denominado como a “experiência da parentalidade”, que diz respeito à experiência subjetiva inconsciente ou consciente, ou seja, as modificações psíquicas que ocorrem durante o processo de vir a ser pais; o terceiro eixo, refere-se à “prática da parentalidade”, que são as práticas parentais executadas no dia a dia, incluindo os cuidados e as interações afetivas.

Para Usandivaras (1986), entende-se como funções parentais as funções “nutritivas” e as “normativas”. As nutritivas referem-se às questões relacionadas ao afeto e aos cuidados como alimentação e abrigo. As funções normativas relacionam-se à introdução dos valores morais, à adaptação dos filhos à sociedade e à realidade. Estas últimas são mais desgastantes que as nutritivas, pois necessitam que sejam realizados acordos básicos e negociações, exigindo mais do casal parental para que sejam efetivas. Rios (2003) define o exercício da parentalidade composto por três funções principais, sendo elas o fornecimento de comida, orientação e controle. A parentalidade está associada aos cuidados básicos em relação às crianças, às práticas educativas, à introdução dos valores e crenças pelas figuras parentais, sendo que estas não precisam necessariamente ter algum vínculo biológico com a criança.

A parentalidade não se constitui como função exclusiva dos progenitores, ou que tenha que ser desempenhada por apenas uma pessoa. Ela pode ser considerada como a divisão das funções parentais desenvolvidas por mais atores no dia a dia da criança, tendo o foco em uma relação diática adulto-criança. A parentalidade poder ser uma função pontual ou permanente, que se legitimiza através das competências parentais, independente do estatuto jurídico entre o adulto e a criança (FERREIRA, 2011; PICCININI e ALVARENGA, 2012).

Para Hoghugh e Long (2004), a parentalidade é definida como atividade que é intencionalmente destinadas à sobrevivência e ao desenvolvimento das crianças. Inclui um grande número de tarefas inseridas em inúmeros contextos que precisam ser levados em consideração, assim como alguns cuidados que são aceitos por algumas culturas. Segundo Rios (2003), o desempenho das funções parentais deve sempre ser condizente com o momento do desenvolvimento das crianças, pois o que é apropriado para uma criança

pequena, pode não ser ideal para uma criança mais velha. Exercer a parentalidade exige encontrar as atividades centrais visando o bem-estar da criança.

Hoghugh e Long (2004) dividem a parentalidade em onze dimensões, sendo estas subdivididas em atividades parentais, que se refere ao conjunto de atividades que garantem uma parentalidade adequada; compreendendo cuidados físicos, emocionais, sociais, disciplina e desenvolvimento. As áreas funcionais, dizem respeito ao funcionamento da criança e pré-requisitos, que são os fatores que garantem o desenvolvimento da atividade parental, compreendem, a saúde física e mental, comportamento social, funcionamento educativos e intelectual. Como pré requisitos necessários para o desenvolvimento parental estão o conhecimento e compreensão, os recursos, motivação, oportunidades.

Coparentalidade é um termo utilizado para referir-se à forma com que pais ou figuras parentais manejam entre si as tarefas referentes à criação das crianças ou adolescentes, através da capacidade de afirmação da competência da outra figura parental, respeitando as suas contribuições e decisões em relação aos filhos. Há uma relação coparental quando pelo menos dois indivíduos envolvem-se mutuamente com as responsabilidades que visam o bem-estar de uma criança ou um grupo em particular (FEINBERG, 2003; VAN EGEREN e HAWKINS, 2004). Segundo Frizzo et al. (2005), o termo coparentalidade foi utilizado pela primeira vez por Galper, em 1978, a partir dos estudos de famílias que passaram por um processo de divórcio. Ainda que os primeiros estudos tenham sido com casais separados, a coparentalidade não é exclusividade do divórcio, ela também é viável nos casos de pais casados que convivem no mesmo lar e também quando as duas pessoas envolvidas não são parceiros românticos, como exemplo avós que cuidam dos netos com um dos pais, ou com outros membros do grupo familiar que tenham responsabilidades perante as crianças. Isso se justifica, pois os aspectos parentais independem dos aspectos amorosos, sexuais, emocionais, financeiros, desde que esses não afetem a criação das crianças (FEINBERG, 2003; VAN EGEREN e HAWKINS, 2004).

A coparentalidade não significa que os papéis sejam desempenhados de forma igualitária, nem quanto às responsabilidades, nem quanto à autoridade. O grau de cooperação de cada dupla parental é uma combinação feita entre estes, normalmente influenciados pelo contexto sociocultural que os cerca (FEINBERG, 2003; SOUZA et al., 2016; VAN EGEREN e HAWKINS, 2004). O comportamento dos filhos é afetado pela falha da coparentalidade, pelo uso de práticas educativas contraditórias. Então, a coparentalidade pode ser o vínculo entre uma relação de qualidade entre os pais e as capacidades de desenvolvimento dos filhos (PASINATO e MOSMANN, 2016).

Diferente da parentalidade, que tem o foco maior na relação adulto/criança e depende mais da sua história pessoal do pai ou mãe, a coparentalidade tem seu foco na tríade pai-mãe-criança, ou melhor, figura parental1-figura parental2-criança. Assim, a coparentalidade caracteriza-se na relação de ambos cuidadores com a criança. Esse modelo permite uma maior visão da participação do pai nos cuidados, visto que essa relação não era considerada relevante na criação dos filhos no passado, nem contemplada na literatura sobre desenvolvimento infantil e familiar (FRIZZO et al., 2005; PICCININI e ALVARENGA, 2012; VAN EGEREN e HAWKINS, 2004).

No recasamento, os subsistemas conjugal e parental podem parecer facilmente definidos, a um primeiro olhar. O casal conjugal são os membros do novo casamento e o casal parental são os pais dos filhos. Contudo, muitas vezes, conforme a necessidade da família, o novo membro do casal (madrasta ou padrasto) é convocado a participar das funções parentais, auxiliando seu cônjuge no exercício da parentalidade, mesmo que o outro (mãe ou pai) tenha participação na vida dos filhos. Também pode acontecer do ex-casal, em função de situações mal resolvidas do casamento ou do próprio processo de separação, negligenciar a coparentalidade por não conseguirem se comunicar com efetividade. Ainda, a coparentalidade pode ser prejudicada quando após o divórcio a dupla parental vê-se demasiadamente distanciada, sem contato, tornando-os incapazes de realizar as tarefas coparentais necessárias (Usandivaras, 1986). Alguns pais podem também acabar com uma postura competitiva contra o ex-parceiro, criticando-o, menosprezando-o ou culpabilizando-o frente aos filhos. (PASINATO e MOSMANN, 2016; SOUZA et al., 2016).

Alves, Arpini e Cúnico (2014) verificaram que a chegada dos novos cônjuges dos pais interferiu no desempenho das funções parentais. Em muitos casos os novos integrantes acabaram assumindo uma participação na educação dos filhos do parceiro. Em um estudo realizado por Teixeira (2014), com famílias portuguesas recasadas, onde foram entrevistados os pais de crianças com idades entre 3 e 9 anos e seus atuais companheiros, concluiu-se que a coparentalidade na maioria das vezes não era exercida entre os pais e as mães das crianças, sendo desempenhada por um dos pais e seus novos companheiros. A pesquisa mostrou que havia maior coerência entre o novo casal quanto às práticas educativas e o estabelecimento de regras. Todos entrevistados alegaram possuir uma maior comunicação relacionada aos assuntos das crianças com os novos companheiros do que com os ex-cônjuges. Os entrevistados também admitiram haver incongruências nas regras estabelecidas nas casas que as crianças frequentavam (do pai e da mãe).

Quanto aos aspectos da coparentalidade entre o novo casal, uma pesquisa realizada por Cartwright (2010) relatou que a maioria dos participantes não conversaram sobre como seriam os cuidados das crianças com seus novos parceiros. As combinações foram sendo feitas de acordo com a necessidade. Na maior parte dos casos, essa forma de combinação funcionou, em uma parcela pequena houve divergências entre o casal sobre as formas de cuidado.

Em outra pesquisa realizada no Rio de Janeiro, com dezesseis madrastas, para investigar o lugar da conjugalidade e da parentalidade no recasamento, a metade das mulheres entrevistadas relatou que se sentia mãe dos enteados, colocando-se como mãe na relação, mesmo em alguns momentos diferenciando o papel de mãe e de madrasta. Um fato interessante é que todas as madrastas que se encaixaram na categoria “Como se fosse mãe”, conheceram seus enteados quando eles tinham entre um e dez anos, fase do desenvolvimento em que as crianças são mais dependentes, o que pode contribuir para que estabelecessem um vínculo afetivo e de cuidado. Já as participantes que tinham enteados adolescentes, alegaram não ter responsabilidade nenhuma quanto a eles ou ter papel coadjuvante aos maridos, auxiliando-os no exercício da coparentalidade. Estas madrastas da categoria “Ajudante do marido” relataram que ser a esposa era mais importante que ser mãe dos filhos de seu parceiro, possuindo uma relação menos hierárquica com os enteados, mais como um suporte. Ainda, algumas madrastas encaixaram-se no que os autores denominaram de categoria “Nenhuma responsabilidade”, possuindo pouca convivência com seus enteados, encontrando-os apenas a cada quinze dias. Uma última categoria foi nomeada como “Na corda bamba” e incluiu as participantes que alegaram não saber os limites de até onde podiam ir com seus enteados.

Em outra pesquisa com o foco na coparentalidade do casal com guarda compartilhada, Rivas (2012) investigou 17 famílias recasadas de Madrid e observou que cinco destas famílias empregaram o que denominou de “Estratégias de substituição”, sendo que a madrasta ou o padrasto que coabitavam com as crianças assumiram as funções parentais no lugar dos pais que não executavam essas funções. Os padrastos e madrastas justificaram a execução do papel parental pela falta dos pais não coabitantes, a idade dos filhos também parecer ter contribuído para esta situação, sendo todos crianças. Além dos novos companheiros não possuírem filhos. Quatro famílias apresentaram “Estratégias de duplicação”, quando o padrasto ou a madrasta executam funções parentais junto com os pais, independente de coabitar ou não. Muitos chamavam os padrastos e madrastas de segundo pai e segunda mãe. No caso dessas famílias, o divórcio havia acontecido de forma conflitante, com ruptura de relacionamento entre os ex-

cônjuges. Os filhos conviviam periodicamente em cada casa, muitas vezes com regras diferentes, as vezes até opostas, ocasionando uma duplicação das funções parentais devido à falta de comunicação entre os pais. Sete famílias relataram possuir “Estratégias de evitação” com o padrasto e madrasta. Nesses casos, eram exclusivamente os pais que executavam as funções parentais, coabitando ou não, era negada a condição de pai ou mãe para o padrasto e a madrasta. Eram famílias em que o divórcio ocorreu de forma concensual e os filhos tinham livre acesso a ambas as casas. Nesses casos, os filhos eram maiores, pré-adolescentes ou adolescentes. Essas pesquisas exemplificam que a idade dos enteado assim como as relações do ex-casal, como a forma que eles se comunicam e exercem a coparentalidade influencia na participação da madrasta.

O conceito de coparentalidade diz respeito a todas dimensões sobre a cooperação entre o sistema parental, como acontece a interação do grupo familiar, como eles se apoiam ou se opõem ao outro, com relação à criança. Mas a coparentalidade está sendo estudada, na maioria das pesquisas utilizando o enfoque em casos de divórcio, analisando a relação dos pais após a separação conjugal, quando possuem guarda compartilhada, no momento em que não vivem mais juntos, não dando muita ênfase as outras possibilidades e formas de exercer coparentalidade. Com o enfoque no divórcio, sente-se a necessidade de ampliar os estudos sobre o tema, estudando a coparentalidade nos casos em que o papel parental é realizado por outras figuras parentais além dos pais biológicos, que coabitem com as crianças (LAMELA et al., 2010; FRIZZO et al., 2005).

3. OBJETIVOS

3.1 OBJETIVO GERAL

Compreender a experiência das madrastas em relação às funções parentais e a coparentalidade entre madrastas e pais de crianças em famílias recasadas.

3.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Entender o lugar que a madrasta ocupa na vida das crianças.
- Conhecer as funções parentais desempenhadas pela madrasta no dia a dia das crianças, no que se refere aos cuidados físicos, emocionais e sociais e à disciplina.
- Investigar a coparentalidade entre a madrasta e o pai das crianças quanto aos aspectos relacionados à comunicação, divisão de tarefas e resolução de problemas.

4. MÉTODO

4.1 PARTICIPANTES

Participaram deste estudo três famílias, compostas por pai, madrasta e pelo menos um filho de um relacionamento anterior do pai que residissem juntos há pelo menos seis meses, período que possibilitou com que as famílias estivessem com as rotinas estabelecidas assim como os novos padrões relacionais. Os filhos poderiam ser crianças ou adolescentes, desde que coabitassem com o pai e a madrasta antes dos 12 anos de idade, ou seja, ter convivência com ambos durante o período da infância. Os três pais participantes possuíam legalmente a guarda unilateral dos filhos e todos foram casados com a mãe das crianças, ou seja, a família recasada foi formada após um divórcio. Considera-se relevante ressaltar a dificuldade em acessar algumas famílias, algumas não possuíam os critérios necessários que viabilizassem sua participação na pesquisa, assim como em outras famílias os pais pareceram menos dispostos a envolver-se na pesquisa e algumas famílias ficarem receosas e preocupadas com a participação das crianças.

Tabela 1- Identificação dos participantes

	Participantes	Idades	Escolaridade	Profissão	Tempo de divórcio	Tempo morando juntos
Familia 1	Andressa	42	Médio	Secretária	7 anos	3 anos
	Antônio	35	Médio	Policial Militar		
	Miguel	12	Fundamental	Estudante		
Familia 2	Helen	29	Médio	Secretária/instrumentadora	10 anos	6 meses
	Ronaldo	40	Superior	Enfermeiro		
	Luan	11	Fundamental	Estudante		
Familia 3	Gabriela	32	Médio	Empresária	10 anos	5anos
	Carlos	57	Médio	Empresário		
	Aline	17	Médio incompleto	Estudante		
	Mariana	17	Médio incompleto	Estudante		

4.2 DELINEAMENTO

Este estudo empregou um delineamento de Estudo de Caso Coletivo. Para Gil (2008), o estudo de caso permite que um ou poucos objetos sejam estudados em sua totalidade,

através de um estudo profundo que permita um conhecimento amplo e detalhado. O estudo de caso pode ser algo simples ou complexo, pode tratar de uma pessoa, ou uma determinada família ou grupo social, um conjunto de relações ou até mesmo uma cultura (GIL, 2009). Stake (2005) divide o estudo de caso em três tipos: o estudo de caso intrínseco, o estudo de caso instrumental e o estudo de caso coletivo. No estudo de caso coletivo, trata-se de mais de um caso, que possui a mesma característica a ser estudada. Podem ser casos semelhantes ou diferentes, de modo que sua compreensão poderá contribuir para o melhor entendimento da teoria. As autoras ressaltam que os casos individuais podem ajudar a compreender um número ainda maior de casos, ressaltando as semelhanças e peculiaridades entre as famílias participantes.

O presente estudo possui delineamento transversal, ou seja, um estudo que obtém a informação através de um único momento de vida das pessoas participantes da pesquisa (BREAKWELL e ROSE, 2010). A pesquisa teve caráter qualitativo, o qual busca um entendimento dos fenômenos estudados, centrando na compreensão de uma situação específica e peculiar, sem preocupar-se com as generalizações populacionais. A pesquisa refere-se a um estudo exploratório descritivo, tendo como objetivo descrever características de fenômenos e populações, assim como as relações entre variáveis (GIL, 2008).

A pesquisa com famílias apresenta uma complexidade que permeia os sujeitos e as relações que compõem a totalidade do sistema familiar. O pensamento sistêmico propõe um olhar através de três pressupostos fundamentais: o primeiro deles refere-se à complexidade, que entende que o todo é maior que a soma das partes. Qualquer comportamento ou mudança acabará afetando todo o sistema familiar, justificando a causalidade recursiva dos fenômenos, visto que há um processo dinâmico, com muitas transformações, que impossibilita a previsibilidade dos fenômenos; o segundo é o pressuposto da instabilidade, que remete às constantes mudanças, e a impossibilidade de previsão e controle que existe nos sistemas. Isso lembra ao pesquisador que o conhecimento também é instável e retrata um determinado tempo histórico; por último, o pressuposto da intersubjetividade refere-se à impossibilidade de que o pesquisador seja neutro, pois um mesmo fenômeno pode ter várias versões, o que depende da relação entre pesquisador e sujeitos e da sua mútua influência (VASCONCELLOS, 2013).

Estudar relações familiares implica levar em consideração todos esses aspectos, observando o sistema como um todo, resultado de várias interações e de uma cultura, inseridas em um contexto histórico, político e econômico. Mesmo focando em um membro ou

subsistema familiar, é preciso considerar todo esse meio no qual está inserido, pois os participantes representarão sua experiência que é produto da interlocução com o todo.

4.3 PROCEDIMENTOS E INSTRUMENTOS

Referente aos procedimentos realizados para a execução, inicialmente ele foi submetido à apreciação no comitê de ética e pesquisa da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Após a sua aprovação iniciou-se a divulgação da pesquisa com o perfil dos participantes, por meio das redes sociais e contato com colegas e outros profissionais que indicariam pessoas com o perfil condizente com a pesquisa. O primeiro contato com as famílias participantes foi realizado por telefone, através da madrastra, sendo ela o foco do presente estudo, a fim de explicar os objetivos da pesquisa, solicitar a participação dos três membros e agendar a data e local para os encontros. Posterior o contato telefônico com as famílias participantes aconteceram os encontros presenciais. Não houve nenhuma ausência, apenas alguns telefonemas para ajuste de horários. As coletas foram realizadas entre os meses de julho e dezembro de 2019 e os encontros foram agendados individualmente com cada um dos participantes (madrasta, pai e filho(a)), em local e horário escolhidos pela família, sendo todos gravados em forma de áudio e depois transcritos. As entrevistas tiveram duração que variou de 30 à 80 minutos, tendo essa variável atribuída ao número de perguntas que eram adaptadas a cada membro da família.

A pesquisadora foi sozinha ao encontro da família, onde em um primeiro momento com o intuito de ambientalizar a família à pesquisa, esclarecer possíveis dúvidas. No encontro com os pais e as madrastas, após entregar o *Termo de consentimento livre e esclarecido* (TECLE) (APÊNDICE A), eles foram solicitados a responder o *Questionário de Dados Sociodemográficos* (APÊNDICE B) e, na sequência, à *Entrevista sobre a Parentalidade da madrastra e a Coparentalidade – Versão para a madrastra* (APÊNDICE C) e *Versão para o pai* (APÊNDICE D). O *Questionário de Dados Sociodemográficos* teve como objetivo conhecer as características dos participantes e de sua família, como idade, escolaridade, ocupação profissional, composição familiar e renda. A *Entrevista sobre a Parentalidade e a Coparentalidade*, desenvolvida para fins deste estudo, versa sobre a percepção da madrastra ou do pai sobre as funções parentais da madrastra e a coparentalidade entre o casal envolvendo a divisão das atividades relacionadas à criança, ao apoio e ao conflito entre o casal.

No encontro com as crianças, estas foram solicitadas a assinar ao Termo de Assentimento (APÊNDICE E), o qual foi disponibilizado em duas vias impressas, uma para

as pesquisadoras e outra para o participante. Aos filhos foram solicitados realizar dois desenhos: um desenho de sua família e outro representando ela (criança) e a madrasta em alguma atividade conjunta. Esses desenhos foram utilizados como estímulo e mediadores para a conversação com as crianças ou adolescentes acerca da função da madrasta em suas vidas, em um caso, uma criança não se disponibilizou a desenhar, então falou como seria o desenho. O desenho é considerado como um dos primeiros meios de comunicação humana, dessa forma, a imagem é um instrumento que permite comunicação e expressão. Através da análise da imagem, compreendemos a maneira como ela se comunica e transmite suas mensagens (JOLY, 2007). Os desenhos das crianças e adolescentes foram utilizados como forma de compreender melhor qual a percepção de família que as crianças e adolescentes possuem, assim como, qual a atividade preferida realizada com a madrasta. A análise do desenho foi utilizada juntamente com as informações obtidas através das respostas das entrevistas, considerando que apenas o desenho não é ferramenta suficiente para compreender a realidade das famílias em questão, visto que ele apenas fornece algumas questões que auxiliam no entendimento das informações necessárias para o presente estudo (JOLY, 2007).

A conversação foi guiada pela *Entrevista sobre a Parentalidade e a Coparentalidade – Versão para o filho(a)* (APÊNDICE F). Esta entrevista corresponde a uma versão adaptada a elas, sobre sua visão quanto às funções parentais da madrasta e como ela percebe a coparentalidade entre seu pai e a madrasta.

As entrevistas foram elaboradas e aplicadas conforme o proposto para entrevistas semiestruturadas, de modo que os questionamentos são baseados em teorias e hipóteses, que oferecem grande campo de interrogativas, fonte de hipóteses novas que vão surgindo à medida que o entrevistado responde. A entrevista semiestruturada é amplamente utilizada em pesquisas qualitativas por sua abrangência e flexibilidade na condução da entrevista. Por meio dela pode-se dar um sentido mais amplo à comunicação, pois será previamente definida pelo pesquisador com a finalidade de obter dados específicos pertinentes para o objetivo da pesquisa, sem barrar novas perspectivas trazidas pelo entrevistado. Para isso, possui um roteiro pré-definido, com uma sequência lógica para a conversa, garantindo que todos os tópicos abordados serão discutidos (NOGUEIRA-MARTINS e BÓRGUS, 2004; MINAYO 2014).

As entrevistas foram realizadas individualmente, de forma oral e gravadas em áudio. Em seguida, o material gravado foi transcrito para que fosse realizada a análise os resultados e será guardada pelo período de cinco anos. Ao concluir-se o estudo, os participantes serão

novamente contatados para que seja realizada uma devolução individual dos principais resultados encontrados.

4.4 CONSIDERAÇÕES ÉTICAS

A presente pesquisa foi submetida e aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) através do CAAE 10408519.0.0000.5346. Além disso os participantes tiveram acesso aos termos de confidencialidade (APENDICE G) e Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, o que lhes esclarece sobre o direito de sigilo, sobre sua decisão de participar ou não da pesquisa e da possibilidade de desistência da participação quando desejarem, as crianças assinaram o termo de assentimento e assegurando o anonimato dos participantes, respeitando sempre os procedimentos éticos para a realização de pesquisa com seres humanos definidos pelo Conselho Nacional de Saúde (MINISTÉRIO DA SAÚDE, Resolução n.º 510/2016).

Conforme prevê a Resolução 016/2000 do Conselho Federal de Psicologia (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2000), sobre pesquisa com seres humanos, pode ser que existam situações que causem alguns riscos. Este estudo não possui procedimentos que exponham os participantes a situações de danos maiores do que as advindas de seu dia-a-dia. Contudo, assegurou-se que se em algum momento, fosse observado desconforto em alguma etapa da coleta de dados, a participação poderia ser suspensa. Além disso, caso necessário, o participante seria encaminhado para atendimento psicológico, garantido através do Projeto de Extensão “Estudos e Intervenções em terapia familiar e de casal” do Núcleo de Estudos Famílias e suas Relações (NEFRE), nas dependências da clínica-escola do Curso de Psicologia/UFSM, localizada no térreo do prédio 74B, na Avenida Roraima, nº 1000, bairro Camobi, Santa Maria (RS) (Apêndice H).

Além dos aspectos legais, respeitou-se a autonomia dos participantes, a participação e escuta responsável, assim como o cuidado para não reforçar os estereótipos que permeiam as madrastas e sua relação com os enteados. Os dados foram analisados de forma crítica e com o mesmo cuidado utilizado durante toda a pesquisa.

Mesmo que este estudo não traga nenhum benefício direto pela participação, percebeu-se que esse momento oportunizou uma escuta sem julgamentos, podendo contar suas experiências sobre o tema, refletir sobre suas formas de agir, bem como o seu relacionamento

com os demais membros da família. A experiência da família, assim como os resultados da pesquisa, sua publicação, poderão ajudar outras famílias que vivenciam essa configuração, outros pesquisadores que investiguem o tema, além de contribuir com o fortalecimento dos estudos e da comunidade acadêmica.

Os instrumentos utilizados, os materiais produzidos e o conteúdo coletado serão mantidos na Avenida Roraima, nº 1000, no Centro de Ciências Sociais e Humanas, prédio 74B, sala nº 3206-A, bairro Camobi, Santa Maria/RS. Após cinco anos da realização da pesquisa, esse material, será deletado, e/ou incinerados.

4.5 ANÁLISE DOS DADOS

Os dados coletados através do *Questionário de dados Sociodemográfico*, da *Entrevista sobre a Parentalidade e a Coparentalidade* e os desenhos realizados pelas crianças foram analisados conjuntamente, caso a caso, a fim de compreender o desempenho das funções parentais e coparentais nas famílias investigadas.

Os dados coletados a partir das entrevistas, após serem transcritos, foram tratados através da Análise temática, descrita por Braun e Clarke (2006), que consiste em um método analítico qualitativo que identifica, avalia e relata padrões entre os dados. A vantagem desse método está em sua liberdade teórica e sua flexibilidade, podendo ser utilizado em diferentes enquadramentos teóricos e de diversas formas dentro dos enquadramentos. A análise temática refere-se a um método analítico utilizado em pesquisas da área da psicologia, cuja flexibilidade possibilita aos pesquisadores fazer escolhas de forma ativa na análise em que estão envolvidos.

O processo inicia quando o pesquisador começa a assimilar e procurar os padrões de significados, muitas vezes já no momento da coleta de dados, tendo como objetivo apresentar os significados dos padrões nos dados. O movimento da análise não é linear, circulando a todo momento pelos temas e extratos a serem analisados e pela análise produzida. A escrita é uma parte essencial e integral da análise, sendo feita concomitantemente, em forma de anotações, impressões das codificações que podem ser importantes e acompanham todo o processo de codificação e análise dos dados.

A análise temática possui seis etapas, que não precisam ser seguidas em sua ordem, possuindo um processo recursivo, avançando e retornando durante todas as fases sempre que necessário. A primeira etapa "*Familiarizando-se com seus dados*", onde o pesquisador

conhece os dados da pesquisa em sua profundidade e amplitude. Nesta etapa é fundamental a leitura e releitura dos dados coletados de forma ativa, já prestando atenção nos significados e padrões que podem aparecer. A segunda etapa, denominada “*gerando códigos iniciais*”, envolve a produção de códigos a partir das características dos dados coletados que parecem ser interessantes na percepção do analista. Posteriormente, é realizada a separação dos dados relevantes para cada código, deve-se considerar todos os itens dos conjuntos de dados com igual importância para identificar aqueles que poderão apresentar padrões repetidos. Nesta etapa, é importante que sejam codificados a maior parte dos padrões possíveis, que os extratos codificados estejam dentro de seu contexto. Esse estudo, inicia-se pela segunda etapa, onde já se tem pré determinadas algumas categorias.

A fase três é chamada de “*procurando por temas*” e se inicia após a análise ter uma listagem de códigos extraídos do conjunto de dados já codificados e agrupados. É feita a triagem dos códigos e a distribuição dos extratos em temas. Nesta fase, pode ocorrer um conjunto de códigos que não se enquadra nos temas que foram estabelecidos, podendo ser criado um grupo com outros temas que aparentemente não se encaixam. Nessa fase, é feita uma coleção de temas e subtemas com seus extratos codificados e relacionados. Isso não quer dizer que os temas determinados serão inalterados, podendo ser combinados, refinados, separados e descartados. Essa fase pode ser representada por elementos visuais como mapas temáticos e tabelas.

Na fase quatro, “*revisando temas*” ocorrem as alterações dos temas a partir de seu refinamento. Alguns temas semelhantes podem virar apenas um; alguns, com poucos dados podem ser eliminados e outros podem ser divididos em mais de um. É importante que haja coerência entre os dados dos temas e diferenças claras entre eles. Essa fase envolve dois níveis de refinamento de temas. No primeiro nível, é necessário observar se há coerência nos padrões selecionados para cada extrato já codificado. Caso eles não façam sentido nos temas determinados, a análise deve ser refeita, reconsiderando o tema, realocando ou descartando esses extratos. O segundo nível é semelhante ao primeiro, só que trata sobre a validade dos temas em relação ao conjunto e também analisa se o mapa temático reflete perfeitamente a análise feita.

Na fase cinco, “*definindo e nomeando temas*”, após obter um mapa temático satisfatório, há o refinamento dos temas e análise dos dados de forma que é identificada a essência do assunto tratado em cada tema, evitando temas muito diversos e complexos. Cada tema terá uma análise e história escrita bem detalhada, prestando atenção em como ela se encaixa na história geral em relação à pesquisa. O uso de subtemas, mesmo que nem sempre

necessário, pode ser importante para a estruturação de um tema que tenha maior complexidade, assim como para dar uma noção de hierarquia dos dados.

A sexta e última fase, “*produzindo o relatório*”, envolve a análise e a escrita do relatório final, que deverá apresentar em forma de narrativa, a ilustração da história dos dados de forma concisa, coerente, lógica, não repetitiva, e interessante, que forneça argumentos relacionados à pesquisa realizada.

5. DESCRIÇÃO DOS CASOS

Pelo estudo tratar-se de um estudo de caso coletivo (Stake, 2005) e visando uma melhor compreensão de cada caso, será realizada uma apresentação particularizada das famílias participante do estudo, com um breve histórico familiar.

Caso 1

O Antônio tem 35 anos, é policial militar, foi casado durante dez anos com a Mara, mãe de Miguel (12), seu único filho, terminando o relacionamento no ano de 2012. A guarda foi dada a ele desde a separação, onde houve um processo judicial para a decisão. Após um apelo do pai e a concordância da mãe, ele ficou com a guarda unilateral do filho que na época tinha 5 anos. Quando se separou, ele e o filho foram morar com a sua a mãe, que residia também com o seu filho mais novo e a nora. Mais ou menos seis meses após o fim do casamento, o Antônio conheceu a Andressa (42) e começaram a namorar. Eles têm 6 anos de relacionamento e moram juntos há 5 anos, desse período, 1 ano moraram na casa onde ele residia com a mãe e há 4 anos construíram um apartamento para os três, onde habitam hoje. A Andressa, tem 42 anos, é secretária de uma clínica particular, não possui filhos, assim como não teve nenhum casamento anterior. O Miguel possui 12 anos e sempre morou com o pai, e reside com a madrasta desde que ela foi morar na casa de sua avó. A ex esposa e mãe de Miguel, reside na mesma cidade, é casada, possui filhos do relacionamento atual, não convive com o Miguel, encontram-se esporadicamente.

Caso 2

O Ronaldo, tem 40 anos e é enfermeiro, foi casado 8 anos com a Suzana mãe dos dois filhos dele, Luma (14) e Luan (11). Após o término da relação, a guarda dos filhos, que na época eram crianças, ficou com a mãe, Luma, tinha 4 anos e o Luan tinha 1 ano e alguns meses. Logo após o divórcio, o Ronaldo conheceu a Hellen (29), que estão juntos há 10 anos e morando há 9 anos. Assim, a Hellen convivia com eles desde então, mas apenas nas visitas quinzenais e período de férias, até a ida definitiva dos enteados. A Hellen tem 29 anos, e é auxiliar de escritório, não teve nenhum casamento anterior, e não possui filhos. Atualmente Luma e Luan possuem 14 e 11 anos, e já haviam demonstrado interesse de morar com o pai, indo morar com o casal recentemente, a filha em 2018, e o filho em janeiro de 2019. Hoje em dia o pai possui a guarda unilateral dos filhos e residem, na casa que era do casal. Suzana reside na mesma cidade, tem um novo casamento e filhos desse relacionamento, convive com os filhos nas visitas estipuladas e também conforme combinado com os filhos e o Ronaldo.

Caso 3

Carlos tem 57 anos, é empresário, era casado com Marcela, a mãe das filhas, Aline e Mariana e divorciou-se há 10 anos, quando as meninas tinham aproximadamente 7 anos. Desde o divórcio ele tem a guarda unilateral das duas filhas, que moram com ele. Em 2013 começou a namorar a Gabriela, a qual foi morar com eles dois anos depois. Ela, é empresária, tem 32 anos, já morou com um namorado anteriormente, mas não tem filhos desse primeiro relacionamento. Hoje, Carlos e Gabriela tem uma filha de 9 meses. Aline e Mariana são gêmeas e têm 17 anos. Marcela morava na mesma cidade em um local próximo das filhas. A convivência com as meninas não era constante, sendo os encontros combinados com as filhas e Carlos. A mãe faleceu em 2017.

Seção II

ARTIGO 1

**FUNÇÕES PARENTAIS DESEMPENHADAS POR MADRASTAS E A
COPARENTALIDADE DO NOVO CASAL**
PARENTAL FUNCTIONS PERFORMED BY STEPMOTHERS AND THE
COPARENTALITY OF THE NEW COUPLE

RESUMO

Considera-se a família como uma instituição em constante transformação, tanto em sua configuração como nos papéis exercidos por seus membros. As funções parentais não são exclusivas dos pais, mas podem ser desempenhadas por qualquer pessoa que deseja assumir esse papel. Considerando o recasamento, então se torna interessante pensar como acontece essa coparentalidade nos casos onde apenas um membro do casal possui filhos. O presente trabalho visa entender a experiência das madrastas em relação às funções parentais no dia a dia das crianças, no que se refere aos cuidados físicos, emocionais e sociais e à disciplina e à divisão de tarefas entre madrasta e pai das crianças. Este é um estudo qualitativo e exploratório, com delineamento de estudo de casos coletivos. Foram entrevistadas três famílias que estavam em um recasamento, sendo que o pai possuía a guarda unilateral de pelo menos um filho criança e coabitava com a madrasta no momento da coleta de dados. O estudo concluiu que as madrastas ao dividir as responsabilidades perante os enteados exercem um papel parental, seja ele mais ativo nos cuidados e transmissão de valores ou de apoio ao papel paterno. A sociedade ainda tem uma ideia equivocada de que a madrasta substitua a mãe, quando na realidade, relação com os enteados acontece de forma diferente, criando um vínculo distinto.

Palavras chaves: Madrasta; Coparentalidade; Funções Parentais.

ABSTRACT

The significant rates of divorces and remarriages, at present, awaken to the need to study family configurations, as society has changed over the years. Every change in the family system generates an adaptation period. When there is a remarriage in which one of the spouses has children from a previous union, this adaptation becomes more complex, especially when it involves that father who cohabits with the children. This work aims to understand the place that the stepmother occupies in the life of the stepchildren, understanding how the process of linking them occurs in cohabitation. It is a qualitative and exploratory study, with a Collective case study design. Three families participated in the study, composed by stepmother, father and at least one son or daughter from a previous relationship. At the time of cohabitation, stepmothers had no children and the children were aged between 6 and 11 years old. Stepmothers, fathers and at least one of the children responded separately to a semi-structured interview about the stepmother's parenting and coparenting. The children and adolescents were also invited to make a drawing of the family and another in which they were doing some activity with their stepmother, which served as a trigger for the interview. The results indicated that the coexistence between stepmothers and stepchildren preceded cohabitation, which made it possible for the relationship to become closer and for both to consider themselves belonging to the same family unit. The word stepmother is still linked to the concept used in fairy tales, which the study families tried to untie, using other terms for this nomenclature.

Key words: Stepmother; Coparenting; Parenting Functions.

As funções parentais ocorrem independentes do vínculo biológico, são construídas baseadas nas noções de cuidado particulares em um processo dinâmico e intergeracional (Lebovici, 2004). Quanto à construção da parentalidade, Houzel (2004) a divide em três eixos, o primeiro deles se refere ao “exercício da parentalidade”, que diz respeito à transmissão dos direitos e deveres, dos laços familiares, da filiação e da sensação de pertencimento da família. A “experiência da parentalidade”, que é a experiência de tornar-se pai, através do vínculo e desejo pela criança e por assumir os papéis parentais. Por fim, “a prática da parentalidade” seria as tarefas do dia a dia da criança, referente aos cuidados físicos e psíquicos.

Quando mais de um sujeito assume a função parental, torna-se relevante considerar a como esses desempenham tal função em termos do que tem sido denominado como coparentalidade. Construir o sistema coparental é estabelecer uma aliança com o outro pai ou responsável, para dividir as experiências e decisões visando o melhor interesse dos filhos (Figueiredo & Lamela, 2014). A coparentalidade vai além da forma individual como cada pai desempenha os cuidados voltados aos filhos, mas sim a sincronização entre dois adultos no desempenho parental (Groenendyk & Volling, 2007). Feinberg (2003) apresenta o conceito de coparentalidade como o compartilhamento de responsabilidades dos genitores ou figuras parentais. Como a dupla parental coordena e apoia-se no processo de cuidar dos filhos. O autor propõe um modelo composto por quatro dimensões, sendo a primeira delas a divisão do trabalho parental, que consiste em como são divididos os cuidados e o quanto a dupla parental está satisfeita com essa divisão. A segunda dimensão, corresponde ao apoio versus depreciação coparental, envolvendo a cooperação ou hostilidade entre o casal parental. A terceira, diz respeito ao modo como os cuidadores controlam a forma de comunicação e interação entre os familiares e, por fim, o acordo envolvendo o cuidado, as necessidades emocionais, educação, disciplina e comportamento das crianças.

Van Egeren e Hawkins (2004) percebem a coparentalidade como indissociável das relações conjugais, ou seja, a forma como o casal ou o ex-casal relacionam-se, irá delinear a relação com os filhos, viabilizando ou não a coparentalidade. Esta é um processo diático e bidirecional, que necessita de uma criança e dois adultos que dividam os cuidados dessa. De acordo com Augustin (2011), coparentalidade é abordada na relação do casal parental direcionada aos filhos e seus cuidados, todavia é impossível ser compreendida isoladamente das outras questões familiares.

A realidade da família brasileira é que com o aumento do número de famílias recasadas, observa-se um maior número de pessoas envolvidas nos cuidados das crianças. Muitas vezes, pais, mães, padrastos e madrastas dividem os papéis parentais, considerando-se a força dos laços sócio afetivos e de convivência estabelecidos entre padrastos/madrastas e os enteados. Dados do IBGE referentes ao ano de 2017 indicaram que a maioria (71,1%) dos casos dos divórcios registrados envolviam casais com filhos, sendo mais da metade destes pais de crianças. Isso reforça a importância de considerar as responsabilidades na criação dos filhos no pós-divórcio e em um eventual recasamento.

A coparentalidade, em termos ideais, deve favorecer a participação de ambos os pais nos cuidados com os filhos mesmo após o divórcio estender a coparentalidade aos novos membros quando os pais recasam. Para que essa “pluriparentalidade” ocorra de forma a beneficiar as crianças, é necessário que as fronteiras entre os subsistemas familiares estejam muito claras, contribuindo para uma relação saudável entre os dois núcleos (Coppola, 2018). Reconhecer a “pluriparentalidade” é valorizar os laços construídos através da convivência, considerando o desejo dessas figuras parentais, propondo uma adição de papéis não apenas uma hierarquização (Uziel, 2000). Embora diverso do papel materno, ao considerar o lugar ocupado pelas madrastas junto a seus enteados nas famílias recasadas, há uma complexidade maior em relação ao desempenho do papel parental realizado por elas. Isso acontece pelo fato de que o laço afetivo com os enteados acontece conforme essa nova pessoa vai se inserindo no sistema familiar. Ao mesmo tempo, a madrasta precisa encontrar um espaço no compartilhamento das funções parentais com os pais biológicos (Pinto & Chalhub, 2011). Coppola (2018) alega que madrastas e padrastos das famílias multinucleares estão cada vez mais participativos e colaborativos e atuando na educação dos enteados, contribuindo na formação de valores e na identidade dos mesmos. Assim, a madrasta pode exercer formas de cuidado semelhantes ao papel materno, influenciando o sistema e relacionando-se com mãe e pai dos enteados.

Acerca dessa ampliação do sistema coparental, no estudo realizado por Ganong, Coleman, Jamison e Feistman (2015) com 19 mães divorciadas que coabitavam com os filhos, os autores identificaram que as famílias expandiam o sistema parental para incluir o padrasto dos filhos quando os percebiam como cuidadores adequados. Além disso, as mães participantes notavam que os pais também eram responsáveis com os filhos, sendo capazes de cooperar na educação desses. Nesse mesmo sentido, a pesquisa realizada por Teixeira (2014), com casais de famílias recasadas que tinham filhos crianças, a maioria dos participantes indicou exercer a coparentalidade tanto com os atuais companheiros, como com os pais das

crianças. Em algumas famílias participantes a coparentalidade com o ex-companheiro(a) incluía divergências nas regras aplicadas nas duas casas.

Ao considerar o funcionamento das famílias pós-divórcio, Lamela, Figueiredo e Bastos (2013) referem que as famílias as quais tiveram melhores experiências foram aquelas que adequaram o ajustamento das fronteiras e redefiniram seus papéis de forma clara. Essas mudanças foram indispensáveis para diminuir os conflitos, propiciando um relacionamento mais positivo entre os membros. Isso levando em consideração, também, que nem sempre é fácil estabelecer uma relação positiva após o divórcio, visto que ele pode ser marcado por um período de desgaste e instabilidade causando muitas mudanças e impactos a todos os envolvidos. Na pesquisa de Naiff e Silva (2017), os autores identificaram que 15 dos 17 participantes (pais e mães que estavam em um recasamento) não conseguiam manter um diálogo amistoso com o (a) ex-companheiro (a), estabelecendo apenas um diálogo superficial e necessário relacionado aos filhos em comum.

Além disso, segundo Hack e Ramires (2010), a sensação de abandono advinda do divórcio parental pode ser um fator de risco para os filhos, proporcionando uma situação de vulnerabilidade e potencialização de desajustes. O mesmo estudo apontou que o afastamento pais-filhos ocorria mesmo antes do divórcio dos pais, sugerindo que o abandono afetivo pode se dar independentemente da distância física. Não obstante, Viera, Neumann e Zordan (2019), quando ocorre o recasamento de um dos pais, esse pode ser vivenciado como uma possibilidade de construir uma experiência familiar mais benéfica ou efetiva do que a relação na família primária. Considerando que quando a madrasta coabita com as crianças, ela convive mais com as mesmas, participando das questões referentes ao dia a dia, relacionado a isso, o presente trabalho visa entender a experiência das madrastas em relação às funções parentais no cotidiano das crianças, no que se refere aos cuidados físicos, emocionais e sociais e à disciplina e à divisão de tarefas ente madrasta e pai das crianças.

Método

Participantes

A pesquisa foi realizada com três famílias recasadas, composta pelo pai, a madrasta e um ou mais filhos, criança ou adolescente, de um relacionamento anterior do pai, do qual este deveria ter a guarda. As famílias participantes coabitavam há um período de tempo que variou de 6 meses a 5 anos. Considerou-se 6 meses como tempo mínimo para a inclusão das famílias na pesquisa a fim de que tivessem suficiente experiências e vivências acerca da

coparentalidade, assim como uma rotina e estrutura familiar já estabelecida. As famílias participantes residiam em uma cidade no interior do estado do Rio Grande do Sul e foram convidadas a participar da pesquisa a partir da divulgação da pesquisa nas redes sociais e através da indicação de pessoas que as conheçam. A idade dos filhos variou entre 11 e 17 anos.

Tabela 1- *Dados de identificação dos Participantes*

	Participantes	Idades	Escolaridade	Profissão	Tempo de divórcio	Tempo morando juntos
Familia 1	Andressa	42	Médio	Secretária	7 anos	3 anos
	Antônio	35	Médio	PoliciaI Militar		
	Miguel	12	Fundamental	Estudante		
Familia 2	Helen	29	Médio	Secretária/instrumentadora	10 anos	6 meses
	Ronaldo	40	Superior	Enfermeiro		
	Luan	11	Fundamental	Estudante		
Familia 3	Gabriela	32	Médio	Empresária	10 anos	5anos
	Carlos	57	Médio	Empresário		
	Aline	17	Médio incompleto	Estudante		
	Mariana	17	Médio incompleto	Estudante		

Delineamento

A pesquisa refere-se a um estudo do tipo exploratório descritivo, de caráter qualitativo, onde foi empregado um delineamento de Estudo de Caso Coletivo, que consiste no estudo mais profundo e detalhado de um número restrito de objetos (Gil, 2008). Assim, possibilitou que questões sistêmicas das famílias pudessem ser aprofundadas, comparando as semelhanças e diferenças entre os casos do estudo. Esse estudo foi realizado em um único momento, sendo considerado transversal (Breakwell & Rose, 2010).

Procedimentos

Em relação aos procedimentos, após as famílias aceitarem participar do estudo, os pais e madrastas responderam individualmente a um *Questionário de Dados Sociodemográficos* e,

posteriormente, a uma entrevista semiestruturada sobre a coparentalidade entre a madrasta e o pai, adaptada para cada um destes membro da família.

A presente pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) através do CAAE 10408519.0.0000.5346. A pesquisa está em conformidade com a Resolução 016/2000 do Conselho Federal de Psicologia e com a Resolução n.º 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde (CNS). Ademais, antes de começar a pesquisa as famílias assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, e as crianças e os adolescentes assinaram o Termo de Assentimento, que garantem a confidencialidade dos dados e asseguram o anonimato dos participantes, respeitando sempre seus direitos.

Análise de dados

O material coletado através das entrevistas foi analisado por meio da análise temática, proposta por Braun e Clarke (2006). Esse método de análise de dados é frequentemente utilizado em pesquisas da área da psicologia por possuir uma abordagem acessível, flexível, detalhando os dados das pesquisas qualitativas. A análise proposta pelas autoras é realizada em seis etapas distintas, as quais não possuem uma sequência correta, podendo voltar em todas as etapas durante o processo de análise. As etapas consistem na leitura e releitura dos dados, atentando-se a possíveis padrões, realização de produção de códigos a partir do material coletado, categorizar o conteúdo, revisão dos temas, discussão de temas e, por fim, escrita do relatório final, utilizando a narrativa dos dados.

Resultados¹

A seguir serão apresentados, individualmente, os resultados de cada um dos casos estudados. Após uma caracterização das três famílias participantes, serão apresentados os resultados de cada categoria com trechos de falas dos participantes a fim exemplificar os resultados obtidos. A partir da análise dos dados, foram identificadas as seguintes categorias:

¹ No final de cada fala haverá uma letra indicando quem falou:

P= falas do pai

M= falas da madrasta

F= falas dos filhos.

No caso 3, onde há duas filhas participantes, as letras serão utilizadas com números:

F1= falas da Mariana

F2= falas da Aline

“Desempenho das Funções parentais e a Parentalidade”; “Coparentalidade: a divisão de responsabilidades entre pai e madrasta”; “Relação da mãe com a família recasada”.

Caso 1

Antônio (pai, 35 anos) foi casado durante dez anos com Mara (mãe), tendo um filho deste relacionamento, o Miguel (filho, 12 anos). Antônio e Mara separaram-se quando Miguel tinha 5 anos. Segundo Antônio, o processo de separação não foi muito complicado, contudo, houve uma pequena disputa entre os pais para determinar a guarda de Miguel. Mara, então, aceitou que Miguel ficasse com Antônio, visto que ele era apegado ao pai, e em função de o pai possuir uma condição econômica mais estável no momento do divórcio. Miguel e o pai passaram a morar com a avó de Miguel, um tio e uma tia (esposa do tio). Após seis meses do divórcio, Antônio começou namorar Andressa (madrasta, 42 anos), que foi morar com ele, Miguel e os demais familiares. Após dois anos morando com a família dele, a mãe de Andressa oportunizou que o casal construísse uma casa própria em um terreno da família, local onde os três moram atualmente. Mara reside na mesma cidade da família, tendo um contato esporádico com o filho e a família.

Desempenho das Funções parentais e a Parentalidade

Ainda quando moravam na casa da mãe de Antônio, Andressa viu que precisaria assumir responsabilidades com relação a Miguel, colocando algumas regras no dia a dia da criança: *“O Antônio trabalhava, às vezes de noite, às vezes de dia, quando chegava, tava cansado, ele (Miguel) ia brincar com os amiguinhos, voltava às sete da noite. Daí entrou eu na vida deles. Eu já chegava seis e meia, sete horas, já ia atrás dele quando ele não vinha. Tem horário para entrar dentro de casa”* (M). Andressa também comentou que logo que chegou na casa, Miguel tinha muitas pessoas que auxiliavam o pai na criação, por morar com mais gente na casa, o que, na visão dela, acabava prejudicando a educação do menino: *“Bem complicado, porque o Miguel não sabia quem ele ia obedecer, era a vó, a bisá era vizinha, ele muito arteiro, não parava, hiperativo, fazia as artes dele e o pai falava, a vó falava, a bisá falava, eu comecei a falar um pouquinho, né”* (M).

Quando os três se mudaram da casa da mãe de Antônio, a rotina da família mudou, e Andressa acabou precisando assumir ainda mais responsabilidades em relação a Miguel. Para isso, espelhava-se muito na educação que ela própria havia recebido: *“Eu tive um aprendizado diferente. Lá ele não fazia nada, e eu sempre ensinei. Eu chegava na frente do roupeiro dele e: ‘Oh, vamos’, começava a empilhar a roupa, eu ajudava ele”* (M). Para tentar

melhorar as questões da organização da casa e da educação do Miguel, Andressa criou algumas estratégias: *“Eu sempre botava um papel no roupeiro dele, educação, respeito, modos, quarto arrumado, organização, entendeu. Em casa e no colégio, sempre, eu sempre fui assim”* (M). Ainda, Miguel apresentava dificuldades na escola o que chamou atenção de Andressa, que buscou ajuda profissional e marcou a consulta médica para o pai levar Miguel. Antônio percebeu a importância da atitude de Andressa, *“A Andressa ajudou bastante nessa situação, quando ela notou. Foi ela que notou até que tinha algo que ele podia melhorar. Aí, ela marcou o médico, levamos ele, e foi realmente diagnosticado com isso aí (déficit de atenção e hiperatividade)”* (P). Antônio conta que Andressa tem autonomia para opinar e decidir aspectos relacionados à saúde do menino: *“Muitas vezes, ela toma a iniciativa de médico: ‘Ah, levei ele. Tava com isso, tava com aquilo’. Psicólogo, ela notou alguma necessidade, marcou pra ele, levou né. Depois, esse doutor também, para a questão do déficit de atenção, ela tomou a iniciativa”* (P). Muitas vezes, tais cuidados aconteceram na ausência de Antônio: *“Várias vezes que eu tava trabalhando e ele ficou doente, ela pegava, levava ele no hospital, ficava lá com ele, comprava remédio e tal”* (P).

Além dos cuidados de saúde, Andressa também ajuda em algumas questões escolares, sobre as quais Andressa refere acreditar que se preocupa mais que o pai: *“Eu acho que me preocupo mais. Tem uma prova amanhã, ele vai esquecer. Vai lembrar às dez da noite. Eu que tenho que lembrar tudo. Amanhã tenho que deixar almoço, tenho que lavar a roupa do Miguel, amanhã tem que comprar o caderno que faltou, o lápis e a borracha, o remédio”* (M). Antônio nota que a Andressa assumiu os estudos do filho: *“A parte de estudos, é ela que tem feito. Tem feito mais essa função de fazer temas, de estudar com ele. Ela tem feito bastante mais essa função”* (P). Andressa diz que essas responsabilidades não foram combinadas nem divididas pelo casal: *“Fui tendo mais entrada a ele, aos poucos”* (M). Sobre decisão de passeios com a escola ou com amigos, Andressa deixa a decisão pra Antônio, pois tem receio que possa acontecer algo com o menino e ser responsabilizada: *“Passeios é mais o Antônio que decide se vai ou não. Eu já fico meio com medo também dos passeios, mais medo de deixar”* (M).

Antônio também se tranquiliza por Andressa preocupar-se com a formação moral de Miguel: *“A Andressa é bastante preocupada com essa situação de caráter dele, dele se tornar uma base de pessoa, de ser humano para ele, isso é bastante importante. [...] E isso me deixa bastante feliz”* (P). Antônio também acha que o filho não foi prejudicado por não ter a presença da mãe, pois acredita que a madrasta assumiu todas as funções que seriam desempenhadas por ela: *“A Andressa assumiu essa função (de mãe)”* (P). Ainda que

Andressa cumpra alguns papéis, Antônio sente pelas experiências com o filho em relação à separação: *“Eu vejo que seja uma coisa natural, que teve um prejuízo para ele, porque ele era muito pequeno, ele nem na escola tava ainda quando teve a separação. Mas hoje, falta ela não faz, nem um momento faltou”*(P).

Coparentalidade: a divisão de responsabilidades entre pai e madrasta

Por preocupar-se com a disciplina e os estudos do Miguel, acabam acontecendo alguns conflitos entre o casal. Andressa acha que Antônio tem que ser mais firme com a educação do filho: *“Ela (madrasta) me cobra que eu tenho que ser mais duro, mais firme, cobrar mais e tal”* (P). Em contrapartida, Antônio pensa que falta um pouco de afeto por parte da madrasta, para compensar as cobranças feitas por Andressa: *“É, as vezes eu acho que é parte de carinho. Às vezes, eu reclamo muito para ela: ‘Mas tu não deu carinho para ele o dia todo, daí a tardinha tu quer cobrar, xingar, cobrar isso, cobrar aquilo’”* (P). Antônio já tentou resolver essa situação alertando Andressa, *“Já falei algumas vezes, mas não consegui ter um efeito positivo ainda. Acho que isso seria um grande ponto para acertar mais”* (P). Antônio também atribui essa característica de maior exigência de Andressa à sua personalidade: *“Acho também que é do perfil da pessoa. Todo mundo, cada um tem seu perfil, suas ideias, sua ideia de como levar a vida, né”* (P), características também identificadas por ele na sogra (mãe de Andressa): *“Eu vejo isso bastante na mãe dela até. A mãe dela gosta de cobrar”*. Além das características pessoais, Antônio atribui a falta de paciência e os conflitos de Andressa com Miguel a uma falta de experiência com a maternidade: *“Ela não teve essa experiência de ter filho, né. Então, acho que isso atrapalha bastante ela, por ela não ter essa paciência em vários momentos, porque acaba criando um atrito totalmente desnecessário”* (P). Antônio acredita que o prejuízo na relação, por ser madrasta, refere-se a ela não ter participado do período inicial da vida de Miguel: *“Acho que a falta da experiência dela, de não ter sido (mãe). Quando ela nos conheceu, ele já tinha cinco anos”* (P).

Apesar de alguns ajustes, o pai e a madrasta referem possuir semelhanças na forma de conduzir a criação de Miguel, *“Essa linha de raciocínio é bem parecida a nossa (relacionada à forma de educar). É muito importante. Obviamente têm coisas pontuais para acertar, mas eu acho que são mínimas coisas”* (P). Antônio conta que já teve outros relacionamentos, mas não deram certo por ele não achar que ia beneficiar o filho, ao contrário de Andressa: *“A gente começou a sair, ela começou a ir lá em casa, nós começamos a sair com ele. Aí eu tive a ideia contrária, que deu certo, que seria bom para ele”* (P).

Antônio e Andressa referem valores em comum entre o casal, os quais buscam passar para Miguel através de conversas quando estão os três juntos, *“Nós dois passamos, diariamente, o que é certo, o que é errado, o que é feio fazer, o que é bonito de fazer”* (P). Utilizam exemplos do dia a dia: *“Muitas vezes olhamos um jornal, um programa na televisão, e eu gosto muito de tirar as ideias e mostrar para ele: ‘Olha aí, olha aí a situação. Isso aí é certo, isso aí é errado’* (P). E o casal acha que essas conversas têm um efeito positivo na educação de Miguel: *“Eu e ela gostamos que ele assimila bastante isso daí”* (P).

Segundo o casal, as combinações sobre a divisão das responsabilidades perante o enteado não foram negociadas anteriormente, de modo que a madrasta e o pai vão definindo as responsabilidades conforme, *“Não combinamos isso, é no dia a dia que a gente vai ajustando”* (P). Quanto a saídas, visitar os amigos, o casal (pai e madrasta) decidem juntos, conversam e avaliam se ele pode ou não ir, *“Ele pede, daí a gente vai analisar o que ele fez. Se ele pode, se não pode”* (M). Antônio diz que Andressa tem autonomia para tomar as decisões em relação ao Miguel: *“Dou toda liberdade para ela, inclusive a questão de castigo. Cobro, falo na frente dele, que se ele fizer alguma coisa errada ela pode botar de castigo, pode tomar a atitude que tiver que tomar”* (P). Contudo, segundo Antônio, muitas decisões referentes ao filho ficam para ele, principalmente relacionadas à escola: *“Ela deixa pra mim, para minha decisão, naturalmente”* (P).

Relação da mãe com a família recasada

Em relação à proximidade da mãe com Miguel antes da separação, Antônio diz que era mais íntima, mas que a separação acabou afastando não só o casal, mas também mãe e filho: *“Era uma relação muito boa, de mãe e filho, de proximidade, de carinho. Era, mas depois tudo mudou, essa distância natural ocorreu”* (P). Atualmente, Mara (mãe) tem dois filhos do seu casamento atual, *“Seguiu a vida dela também, né”* (P) Antônio relata que não foi apenas a mãe que acabou tornando-se mais distante, isso ocorreu também com toda a família por parte da Mara (família extensa): *“E não só ela, toda família dela, os pais dela também, as duas irmãs dela também. Então, ele sente também a falta”* (P).

Ao questionar Miguel sobre o convívio com a mãe, ele responde que o contato é mais limitado: *“Tenho, não tanto. Quer dizer, ela que às vezes me liga, ou eu peço para falar com ela no whats²”* (P). Antônio também possui um contato limitado com a ex-esposa, *“Só por whats, mas é bem difícil. Uma vez por semana, ali, que ela pergunta como que tá ele e tal e*

² Whatsapp: aplicativo de mensagens.

daí eu já passo o telefone para ele” (P). O pai também percebe que o filho não tem muito interesse na mãe, porque “Se depender dele, não tem iniciativa, não procura” (P) e, às vezes, não responde aos chamados da mãe: “Às vezes, ela manda (mensagem) e ele não quer nem responder” (P). Antônio acredita que essa falta de interesse do filho também afasta a mãe quando ela tenta alguma aproximação: “Nas férias de inverno, a mãe dele entrou em contato se ele queria passar alguns dias lá com ela e aí ele disse pra ela que não, porque ele já tinha combinado que ia lá pra vó dele. E ali ela também, ela sentiu o golpe e se distanciou. Ficou uns dois meses sem entrar em contato com ele” (P). Mas enxerga essas demonstrações do filho como uma forma de lidar com a situação de forma positiva: “Mas eu vejo que ele nem sente falta agora” (P).

Andressa (madrasta) diz não ter nenhuma relação com Mara (mãe), referindo que ela não participa da rotina nem do filho, nem da família: *“Os assuntos com a mãe dele, eu não me meto. Vou te dizer, até porque ela é bem, ela não incomoda em relação aqui com nós e o Miguel” (P). Andressa ainda conta que uma vez, Mara enviou uma mensagem pedindo que Antônio agradecesse a madrasta por cuidar do filho dela, existindo um reconhecimento por parte da mãe, dos cuidados realizados pela madrasta: “Ai olha: ‘Tu agradece a Andressa por estar sendo bem acolhedora, bem atenciosa. O meu filho tá bem diferente. O Miguel mudou, é outra criança. Tá bem na aula. Agradece ela por tá cuidando bem do meu filho’” (M).*

A madrasta acha que a mãe deveria ter mais interesse na vida do filho: *“Ela é bem afastada, eu acho. Ela deveria ser mais, ver mais ele” (M). Segundo Antônio, por não procurar o filho, a mãe o teria abandonado: “Simplesmente, dá pra dizer a palavra abandonou, que é forte, mas eu acho que é a mais correta” (P). O pai conta que “No dia do aniversário dele, ela não ligou, não fez uma ligação: ‘Oh, meu filho, parabéns’” (P), e acha “Preocupante essa parte de ela não interagir com ele” (P). O casal sempre que possível tenta incentivar a comunicação entre eles: “Por exemplo, agora, no último dia das mães ele praticamente decidiu que ia ficar aqui e não ir pra mãe dele. Daí, por um acerto meu e da Andressa, eu levei ele lá, para ficar com a mãe dele” (P). Mas ao mesmo tempo, Andressa não gostaria de ter a presença da ex-esposa do Antônio perto: “Eu não quero ela aqui dentro, nem em festinhas” (M).*

Caso 2

Ronaldo (Pai, 40) foi casado durante oito anos com Suzana (mãe), com quem teve seus dois filhos, Luma e Luan (filhos, 14 e 11). O casal divorciou-se quando os filhos tinham respectivamente 4 anos e 1 ano e meio. Alguns meses após o divórcio, Ronaldo conheceu

Hellen (madrasta, 29), com quem está junto há dez anos, em uma união estável. Quando Luma estava com 13 anos, foi morar com o pai e a madrasta e quatro meses depois Luan, com 11 anos, também foi residir com eles. A mãe, que tem filhos do relacionamento atual, encontra os filhos do primeiro casamento há cada quinze dias, ou em ocasiões combinadas. O contato da mãe com o pai e a madrasta é restrito, ocorrendo raramente, e em função dos filhos.

Desempenho das Funções parentais e a Parentalidade

Quanto aos cuidados com os filhos do esposo, após a mudança, Hellen, assim como o pai, passou a assumir algumas responsabilidades que não desempenhava antes da coabitação. Contando sobre sua rotina, Hellen diz ser a responsável por acordar os enteados: *“Antes de sair, eu já deixo o Luan acordado, eu já deixo a roupa dele pronta para ele ir pra aula, senão ele vai só de short e camiseta, não sabe se tá frio, se tá calor. Daí, eu já deixo ali prontinha”* (M). Ronaldo chega pela manhã do serviço e leva o filho para a escola: *“eu chego do serviço às sete e meia, a Hellen já acordou ele, mandou ele se vestir. Daí, ele só me espera pronto pra eu levar no colégio, porque ele entra às oito. A Luma vai junto com a Hellen, pega o mesmo ônibus. A Luma desce no colégio e a Hellen desce aqui (no trabalho)”* (P).

Ronaldo diz que Hellen é quem cobra mais os enteados, as responsabilidades do dia a dia: *“A Hellen puxa bastante eles, com relação a horário de dormir, em relação a temas, banho, responsabilidades de casa. A Hellen puxa bastante os dois”* (P). Hellen concorda que cobra mais do que seu esposo: *“sou o sargentão. O Ronaldo até que de vez em quando dá uma cobrada, quando ele vê que tá demais, mas eu cobro muito mais que ele”* (M). Ronaldo sente que quando o assunto é a organização da casa e os cuidados realizados no dia a dia das crianças, Hellen tem mais responsabilidades: *“eu acho que a maior responsabilidade é da Hellen, que ela se sente mais mãe, mais responsável que eu em relação a isso”* (P).

Hellen refere que o fato de ser madrasta não atrapalha a sua relação com os enteados e que tem autonomia com eles: *“eu tenho a mesma autonomia de dizer não. Tenho a autonomia de dizer sim. Ao mesmo tempo que paparico, dou as coisas, às vezes, além do que precisa, eu também tenho a autonomia de tirar”* (M). Hellen refere precisar impor alguns limites aos enteados, o que gera alguns atritos: *“Às vezes, a gente tem um pouquinho de atrito pelo fato de eu dizer ‘Não. Não, e pronto’. Não é porque eu não sou a mãe que eu vou ficar dizendo sim, eu digo ‘Não e pronto’”* (M). Mas Hellen também pondera algumas atitudes por ser a madrasta e não a mãe: *“às vezes, tu sente que ser mãe, tu teria direito a dar umas palmadas de vez em quando, tipo, aquele chacoalhão a mais”* (M).

Em relação aos cuidados com a saúde dos enteados, Hellen é a responsável por marcar e providenciar o que precisam, sendo que o pai acompanha os filhos durante as consultas e exames: *“Eu consegui colocar eles como meus dependentes na [plano de saúde] e eu que faço tudo, vou atrás de médico, ver exame. Ele (Ronaldo) leva, faz tudo que tiver que levar, mas quem tem que marcar essas coisas geralmente sou eu”* (M). Algumas coisas Hellen deixa para o Ronaldo decidir, mesmo que as crianças cheguem primeiro nela para saber a opinião: *“Ele (Ronaldo) é o responsável por ela (Luma), não posso também ficar dizendo não e sim sozinha. Então, eu digo: ‘Oh, eu acho que esse final de semana não seria legal, né. Vamos ficar todo mundo junto’. Converso com ele, ele que decide se ela vai, se não vai”* (M).

Na escola, Hellen já é conhecida pela coordenação como referência em relação aos enteados, podendo ser chamada se necessário: *“Na escola, tá avisado, se acontecer alguma coisa, pode ligar pra mim”* (M). Hellen também pode assinar as provas e alguma autorização, mas sempre prioriza que o esposo assine para que esse saiba o que está acontecendo na escola: *“A Luma, todas as provas dela, tem que ir assinada pra escola. Se ele tá trabalhando, ela dá pra eu assinar. Se ele tá em casa, eu deixo pra ele assinar, pra ele ver a nota que tirou”* (M). No caso de Luan, às vezes há alguns avisos no caderno, que precisam voltar assinados, os quais Hellen deixa o pai assinar para ele estar ciente da importância de suas cobranças em casa: *“Vem reclamação da prof. que o caderno tá desorganizado, que ele não fez o tema. Daí, geralmente, eu dou pro Ronaldo assinar, pra ele ver que a minha cobrança, né...”* (M).

Coparentalidade: a divisão de responsabilidades entre pai e madrasta

Quanto aos aspectos relacionados à educação com os enteados, pai e madrasta estipulam algumas pequenas regras em relação aos horários e rotina da família: *“A gente tenta fazer junto, tipo, principalmente o horário de dormir, porque todo mundo acorda cedo no outro dia. A gente não só diz que o acesso deles é até as dez, a gente também vai pro quarto pra dormir, que nem eles”* (M). Hellen acha que cobra mais de Luma e Luan que Ronaldo: *“Assim, eu sou o sargentão da casa e ele é o: ‘Não, deixa pra depois’. Mas quando precisa, quando ele vê que tá demais, ele também cobra”* (M). Essa é uma divergência do casal: *“A parte de cobrar do estudo do Luan, que eu não concordo, porque ele deixa muito a vontade”* (...) *Essa parte é a única que a gente não conseguiu ainda acertar um meio termo pra cobrança do Luan”* (M).

O casal utiliza a conversa como forma de resolver os conflitos advindos da educação dos enteados, resolvendo as situações que surgem em conjunto. *“A gente sempre conversa, os*

dois juntos. A gente senta e conversa, tenta achar um caminho que seja bom, que a gente ache que seja um consenso dos dois” (M). Eles também referem respeitar a opinião do outro na frente dos enteados, *“A gente sempre combinou que se um dissesse ‘não’ o outro ia respeitar e dizer que não, mesmo que achasse que tá errado, depois chamava separado e conversava. Para não dar divergências de um dizer ‘sim’ e o outro ‘não’”* (M). Caso houvesse opiniões divergentes eles resolviam entre eles e depois comunicavam as crianças, *“Se um dissesse ‘não’, era ‘não’, ele concordava comigo que era ‘não’. Se ele achasse que eu tava errada e deveria ter dito ‘sim’, depois, ele me chamava num canto, não na frente das crianças, pra eu poder ir lá e dizer que tava trocando de ideia assim”* (M).

Em relação à tomada de decisões, Ronaldo diz que a esposa tem liberdade de decidir sobre os enteados; *“Ela tem total autonomia para decisão, apesar, de que às vezes, na maioria das vezes, ela me pergunta”* (P). Quando as decisões dizem respeito aos filhos, o casal conversa junto com eles, caso contrário, o pai e a madrasta decidem: *“Em relação a coisas mais adultas, a gente não chama eles, é mais eu e a Hellen, mas quando é passeio, viagens, coisas que dizem mais respeito a eles, a gente senta e conversa: ‘Olha, dá pra fazer. Vamos fazer. ou ‘Não da pra fazer’, e explico porque”* (P).

Hellen conta que as crianças pedem sua opinião, mas procura deixar que o esposo decida: *“A Luma tá na fase de ir nas amiguinhas, de querer ir em festa. Normalmente, ela vem, prepara o terreno comigo pra ver o que eu vou dizer, se eu acho que o pai vai dizer que pode e eu converso com ele, ele que decide se vai, se não vai”* (M). Ronaldo diz que a esposa sempre levou mais em consideração a opinião dele em relação aos seus filhos: *“Hellen sempre respeitou, dá mais peso à minha decisão, acaba prevalecendo o que eu penso, é mais ou menos por aí”* (P). Ronaldo atribui esse comportamento ao fato de Hellen não ser a mãe das crianças, *“Ela se sente insegura ainda por achar, ‘Mas eles não são meus filhos’, ‘Não são teus filhos, mas são tua responsabilidade’”* (P).

Relação da mãe com a família recasada

Ronaldo conta que, durante o processo de separação, a relação do casal foi muito conflituosa: *“Desde que eu me separei deles, dela, ela tenta me prejudicar sempre, [...], mas, graças a Deus, até hoje ela não conseguiu”* (P). Após o divórcio, o pai refere ter sempre participado da vida dos filhos, inclusive financeiramente *“Eu nunca deixei de pagar nada, nunca deixei as crianças desassistidas”* (P). Quando a mãe tinha a guarda das crianças não havia uma boa comunicação entre o casal parental. Segundo Hellen (madrasta): *“A mãe não negociava as visitas caso houvesse imprevistos. Ela não era acessível pra tu pegar: ‘Ah, esse*

final de semana eu não posso, vou trabalhar, pego no outro’, ‘Não, se tu não pode não pegar, só vai pegar o dia que é de tu pegar’ (M).

Apesar das divergências, pai e madrasta concordam que as crianças têm uma boa educação muito por responsabilidade da mãe. Ronaldo vê muitos aspectos positivos na forma como a ex-esposa educava as crianças: *“A parte boa, que eu gostava da Suzana era em relação à educação. Se tinha que chamar a atenção, ela chamava, falta de respeito e tal. Isso era um ponto positivo que ela tinha”* (P). Hellen também reconhece que: *“Ela deu uma base de educação muito boa para as crianças. [...] Eles sempre vieram convivendo em CTG que isso é muito bom, tu aprende respeito, tu aprende muitas coisas”* (M). Ainda, refere que o modo como ela e o marido exercem a educação dos filhos é semelhante ao da mãe, porém eles seriam mais acessíveis: *“O modo de educação é parecido, porém a gente é mais aberto com as crianças e ela não tanto”* (M).

O contato de Ronaldo com Suzana é limitado. Ronaldo conta que *“A última vez que eu fui lá conversar sobre a Luma, ela queria chamar a polícia pra mim, entendeu. Então, eu evito de ir lá”* (P). Quando precisam conversar sobre as crianças, eles se falam através do telefone: *“Se tem que conversar alguma coisa eu mando mensagem ou ligo: ‘Oh, tá acontecendo isso e isso, o Luan tá de castigo por isso e isso, a Luma isso e isso’”* (P). Hellen comunica-se com Suzana somente quando há uma necessidade importante: *“Eu sempre tratei ela só com o necessário. Se for algo em relação à doença, ou alguma coisa das crianças, ela pode me ligar. E se for besteira não precisa nem me ligar”* (M).

Depois que foram morar com o pai, os filhos continuaram convivendo com a mãe. Ronaldo conta que *“Apesar de tudo que aconteceu, eles ainda têm esse vínculo com a mãe deles”* (P). Apesar das visitas serem estipuladas judicialmente, Hellen diz que eles não impedem as crianças de conviverem com a família da mãe: *“Quer ir pra mãe hoje, não é dia, mas pode ir. A gente não proíbe eles de visitarem os irmão deles e a mãe deles jamais”* (M).

Segundo Hellen, esta flexibilidade em transitar entre as casas do pai e da mãe trouxe algumas dificuldades para lidarem com Luan de início: *“A gente dizia ‘não’, ele ia pra mãe. A mãe dizia ‘não’, ele vinha pro pai de volta. Ele ia onde tava bom pra ele”* (M). Segundo Hellen, as diferenças na relação com os filhos pode ter contribuído para isso: *“A gente sempre foi cada um na sua casa. As regras da mãe deles, na mãe deles; as nossas, na nossa”* (M), sendo que o casal pai-madrasta centraliza as responsabilidades pelos filhos: *“Ficou só a gente (o pai e a madrasta), ela não responde mais. Só a não ser que o Luan tenha ido passar 15 dias na casa dela, daí nesses 15 dias ela é responsável de cobrar escola dele”* (M). Eles não conseguem ter uma educação conjunta com a mãe porque, segundo Hellen: *“Ela é muito*

cabeça fechada, ela não aceita que tu opine em alguma coisa” (M), o que faz que os filhos possuam regras diferenciadas.

Financeiramente o casal tem arcado sozinho com os gastos com as crianças, mas Hellen conta que já se informara sobre o pedido de pensão: “*A gente tá vendo pra entrar com um pedido de pensão pra eles, pra comprar as coisas pra eles*” (M). O que impossibilita que eles entrem agora com o processo são os gastos com o advogado e o pagamento de pensão ter sido suspenso há pouco tempo: “*A Luma e o Luan já estando morando com a gente, a gente já pagou um bom tempo de pensão mesmo assim pra ela, porque o juiz não tinha suspenso*” (M).

Caso 3

Carlos (pai, 57 anos) divorciou-se de Marcela (Mãe) há 10 anos, quando suas filhas Aline e Mariana (filhas gêmeas, 17 anos) tinham sete anos. Carlos ficou com a guarda das filhas desde o princípio, referindo que, mesmo antes do divórcio, era ele quem assumia mais responsabilidades em relação às elas. Depois de dois anos da separação, Carlos começou a namorar Gabriela (madrasta, 32 anos), e após dois anos de relacionamento ela foi morar com Carlos e as duas filhas. Atualmente Carlos e Gabriela vivem em união estável e tem uma filha de nove meses, Joana. Marcela morava próxima às filhas e convivia mais ou menos duas vezes na semana. Contudo, Marcela faleceu há dois anos.

Desempenho das Funções parentais e a Parentalidade

Quando Gabriela foi morar na casa com as meninas, elas passavam muito tempo com a babá. Para o pai, as babás não tinham essa intenção de ensinar as coisas que Gabriela considerava importantes: “*Como eu trabalhava muito, não passava muito tempo em casa, tinha que ter uma pessoa junto com elas pra cuidar delas. Essa pessoa não se preocupava muito com detalhes, ‘Será que as gurias sabem lavar a louça, será que as gurias sabem arrumar a cama delas, será que elas dobram a roupinha delas’*” (P). Além da babá e do pai, Aline conta que a mãe também não havia lhes ensinado algumas tarefas da casa: “*Minha mãe não era aquela pessoa que ensina lavar uma louça, lavar uma roupa, o que é necessário pra gente saber*” (F2). Gabriela, então, começou a ensiná-las quanto às coisas do dia a dia: “*Comecei a organizar a casa, comecei mostrar as coisas pra elas, as coisas que elas não sabiam fazer, que elas não tinha nem ideia, sobre tomar banho, nem banho elas sabiam tomar direito. Daí, o que eu fazia, eu levava pro banho junto*” (M). Carlos vê essa atitude da madrastra como uma contribuição importante na criação das meninas “*Nesse ponto, a Gabriela*

foi fundamental na experiência, e hoje elas ajudam nas coisas da casa” (P). As meninas procuram a Gabriela para “coisas de mulher”, Mariana diz que “Roupa normalmente só ela resolve” (F1). Aline já cita outras situações, como, “Roupa, maquiagem, de guri também, às vezes a gente pergunta” (F2), Aline alega que a procura pela madrasta “Ser a pessoa, mulher, mais próxima da gente” (F2).

O pai responsabiliza-se por levar às consultas médicas, autorizações, idas na escola: *“era eu (pai) que levava, falava com os professores, buscava. [...] Quando a Gabriela chegou, elas continuaram me pedindo e eu em momento nenhum pedi pra Gabriela assumir esse papel” (P). Já as coisas relacionadas com a casa são de responsabilidade da Gabriela: “essa coisa de casa sou só eu. Ele não faz nem ideia do que tem que fazer. E é eu e elas”(M). Carlos explica que essa divisão não foi imposta por eles, mas ocorreu conforme a necessidade e interesse das filhas: “quando a Gabriela veio morar aqui em casa, ela passou a ser uma pessoa importante na vida delas, em vários sentidos, mas eu deixei sempre que elas decidissem o que seria importante a Gabriela fazer para elas ou não” (P). Por ser a principal referência na vida das filhas, o pai refere que a “Gabriela nunca fez talvez porque elas nunca pediram. Elas se sentiam mais a vontade pra pedir pra mim” (P).*

Gabriela acha que o fato de ser madrasta não trouxe mais dificuldades no dia a dia com as meninas: *“Acho que toda dificuldade que eu tive com elas foi em relação a mim mesmo, por eu não ser mais ‘de boa’³, ou eu não ter tanta paciência para algumas coisas, por eu ser mais rígida, [...] mas não por ser madrasta, eu acho que eu nem me considero, às vezes eu nem lembro, “Aah, eu sou madrasta”, sabe?” (M). Carlos diz que nunca percebeu alguma forma de desrespeito das filhas pela madrasta, “eu nunca ouvi as gurias dizerem pra ela: ‘Tu não é minha mãe’. Nunca ouvi isso. E eu sempre falo pra elas: ‘Mesmo que vocês saibam que ela não é mãe de vocês, quando ela pede as coisas, vocês têm que ouvir e ver se dá pra fazer, se não dá pra fazer” (P).*

Coparentalidade: a divisão de responsabilidades entre pai e madrasta

Quanto à tomada de decisões acerca das filhas, Carlos refere consultar Gabriela (madrasta): *“Eu procuro conversar com a Gabriela, ver a opinião dela e as gurias sabem que eu converso com elas, elas falam: ‘Pai, conversa com a Gabriela e vê o que ela acha’”(P). Em relação às saídas para festas que as meninas frequentam, Aline (filha) conta que o pai e a madrasta pensam parecidos na hora de deixar ou não, “Se a gente briga por alguma coisa,*

³ Gíria para sossegado, tranquilo

eles dizem: *‘Ah, tu vai perder essa festa. A gente vai ter que decidir’*. Daí, os dois se juntam” (F1). Gabriela sente-se à vontade para opinar nas questões relacionadas às enteadas, nota que Carlos considera sua opinião. Contudo, segundo ela, a última palavra é do pai: *“Eu até dou a minha opinião: ‘Eu acho que não deveria sair, porque foi mal na prova, tem que estudar. Tem prova depois de amanhã, vai sair hoje, amanhã vai dormir o dia inteiro’, mas sempre a decisão final é dele”* (M); *“Nunca é: ‘Sou eu que mando nelas, eu que sei, tu não, tu é a madrasta, tu não sabe de nada”* (M). Menciona divergirem em pequenas coisas: *“Geralmente, a gente acha a mesma coisa, os dois, às vezes, é uma coisinha que não”* (M). No caso de não haver um consenso, há sempre uma explicação por parte de Carlos: *“Eu e ele, a gente sempre acaba conversando, daí ele me diz: ‘Eu vou fazer dessa maneira porque acho que é melhor assim. Ainda não, ou daqui um tempo a gente vê se dá pra modificar’”* (M).

Quanto às questões relacionadas à educação e à moral, o pai, a madrasta e as meninas conversam juntos: *“Essas coisas que a gente acha errado, a gente discute com todo mundo”* (M). Gabriela diz que o casal sempre conversa bastante com elas, utilizando situações para explicar o que é bom ou não: *“A gente usa os exemplos positivos da família, os negativos também”* (M). Eles inclusive contam suas experiências para ajudar as meninas a fazerem suas escolhas: *“Sobre o estudo, a gente usa tipo o que eu fazia, o que ele fazia, o que a gente fez igual e o que não, para elas terem uma ideia, a gente tá fazendo certo ou a gente tá fazendo errado”*(M).

Mesmo que o casal indique usar critérios semelhantes na tomada de decisões sobre a educação das meninas, Aline refere que eles possuem jeitos muito diferentes de lidar com as situações: *“A Gabriela é mais pau ferro, ela aí manda e desmanda, faz e acontece e o pai é mais liberal. O pai é mais tranquilo e a Gabriela é mais pode não pode, é mais rígida”* (F1). Carlos relata não gostar de como a madrasta comunica-se com as meninas: *“A forma que ela fala com as gurias assim eu acho ela muito rude, pra mim falta carinho mesmo”* (P), o que resulta em alguns conflitos entre o casal: *“Essa forma de pedir, de cobrar, a gente briga por isso até hoje”* (P). ; *“O problema é a reincidência que eu falo pra ela, porque daqui a pouco ela vem me pede desculpa: ‘Eu não devia ter falado assim’, ‘Mas, cara, é que tu sempre fala assim’. Eu sempre fico triste com isso”* (P). Segundo o pai, a forma como Gabriela fala com as meninas não parece incomodá-las, mas o afeta diretamente, *“E o problema é que, na verdade, ela me atinge mais do que atinge elas, porque elas ficaram imunes a isso. [...] Gabriela fala, briga e grita, daqui a pouco elas estão abraçadas na Gabriela, eu não, eu já atinge mais”* (P). Carlos atribui o jeito da madrasta à criação recebida por ela em sua família de origem: *“É a última filha, meio temporona de uma família onde as pessoas não têm por*

hábito se abraçar, se tocar, se beijar” (P), “A forma que tu foi criada, a forma como te cuidaram, claro que isso não é via de regra, mas, normalmente, é a forma como tu vai criar teus filhos” (P). Carlos também pensa que Gabriela não valoriza algumas pequenas conquistas das enteadas: “Quando eu dizia pras gurias: ‘Ah, que legal. Vocês já fazem isso’. Ela diz: ‘Mas não tem nada de legal isso. Toda criança tem que fazer’” (M). Carlos atribui isso ao fato da madrasta ter perdido os primeiros anos de vida das filhas: “Quando uma criança nasce, tu vai vendo ela se desenvolver e tu vai comemorando coisas pequenas” (P). O que incomoda Gabriela é o jeito que Carlos conduz as compras com as filhas: “Ele não conversa muito, assim, elas querem comprar alguma coisa, ele vai direto e compra. Ele não questiona” (M). A madrasta é mais cautelosa com as necessidades das enteadas e tenta fazer com que o marido problematize essa situação: “Tu procurou ver se tá precisando de mais vestido, se tá realmente precisando de mais calçado, se realmente precisa gastar com um telefone?” (M). Outra situação que causa algum conflito entre o casal é, segundo Gabriela: “Ele (pai) não deixar elas (filhas) fazerem nada sozinhas. Tá aí nossa dificuldade sobre liberar elas. Ele não libera. Eu acharia que deveria liberar mais” (M).

Relação da mãe com a família recasada

Carlos conta que a relação entre a mãe e as filhas era boa no início: “Começou muito bem, porque eram duas bonequinhas” (P). Conforme elas cresciam, a mãe começou a ter dificuldades com as crianças: “E daí quando começou a desenvolver, quando elas começaram a correr, a mãe delas começou a ter dificuldade” (P). Quando a mãe teve câncer houve um distanciamento em relação às meninas: “Começou um processo que ela se afastou muito das gurias, não sei se por opção, não sei se por medo” (M). Marcela foi fazer tratamento em outra cidade maior, ele teve bons resultados, e ela retornou para a cidade em que as filhas moravam: “Daí ela se curou da doença e teve um processo que os médicos chamam de pós-cura. Daí ela começou a viver tudo com muita intensidade, e ser mãe não fazia parte desse projeto, e ser esposa, e ela me disse isso” (M).

Após a separação do casal a comunicação do pai e da madrasta com a mãe era restrita apenas por telefone e somente através de Carlos: “Quando a gente precisava alguma coisa, queria sair, ele ligava pra ela e dizia: ‘Oh, a gente vai fazer tal coisa. Tu poderia ficar com as gurias?’, mas daí ele ajustava com ela” (M). O contato era realizado estritamente para tratar de assuntos relacionado às crianças ou a pendências do divórcio: “Eles só conversavam no telefone porque eles tinham umas coisas em relação ao divórcio ainda, ou quando ela dizia: ‘Ah, Carlos, vem buscar as gurias porque eu quero sair’”(M).

Raramente eles se viam pessoalmente, *“Ela não vinha aqui, elas iam lá. Ele largava só na porta, também não subia lá”* (M), o que demonstrava um afastamento entre os núcleos familiares. Gabriela refere que tal situação já estava estabelecida antes de ela ir morar com Carlos e as filhas, não se devendo, então, à sua presença na casa: *“Ela não frequentava aqui, não por causa minha. Depois que se separaram, foi estipulado isso, ela na casa dela, ele na casa dele com elas”* (M). A madrasta ainda diz que a mãe das meninas não era próxima de ninguém da família do ex-esposo: *“Não tinha uma convivência dela com a família dele, com nenhum familiar. Então, não era uma coisa comigo, era uma coisa dela mesmo”* (M).

Mãe e madrasta não mantinham contato, o que ela conhecia sobre Marcela era através do esposo e das enteadas: *“Ela não conversava comigo sobre as gurias nada, nem eu conversava com ela nada e quando eu sabia alguma coisa dela era porque as gurias contavam”* (M). Gabriela só foi conversar com a Marcela quando as meninas já eram maiores: *“A primeira vez que eu fui falar com ela acho que foi no ‘début’⁴ delas”* (M), por uma insistência das enteadas: *“As gurias fizeram questão: ‘Ah, vamos lá pra tu dar oi pra minha mãe’* (M). Antes disso, elas apenas se conheciam de vista: *“Já tinha visto ela em alguma apresentação da escola, que ela nunca ia quase, ou chegava no final, e aí eu já tava saindo e ela chegava para falar com as gurias e a gente não se batia”* (M).

As filhas, por sua vez, mantinham uma relação mais próxima com a mãe: *“Elas iam visitar uma ou duas vezes na semana, quando muito, ficavam um pouquinho na casa dela e voltavam”* (M). Conforme a madrasta, Marcela não tinha nenhuma responsabilidade em relação às filhas, sendo o pai quem cuidava das questões de rotina, cuidados e questões financeiras: *“Às vezes, elas saíam pra comprar alguma coisa, saía e dava um tênis, uma roupa, às vezes, mas era quando ela queria, era assim, bem esporádica”* (M). Quanto às decisões o pai tinha autonomia, mas deixava a mãe ciente das coisas mais importantes na vida das duas meninas: *“Se fosse uma coisa muito importante, ele só informava pra ela. Ele não pedia permissão pra ela pra nada, ela era sempre só avisada de alguma coisa”* (M). Segundo Gabriela (madrasta), a mãe delegava também a ela questões a serem resolvidas acerca das filhas *“Não tomava decisão nenhuma, tanto é que tinha alguma coisa pra resolver, ela dizia pras gurias, ah pede pra Gabriela que ela resolve pra vocês”* (M).

Discussão

⁴ Baile de Debutantes: ritual de passagem para jovens geralmente realizado quando elas completam 15 anos.

As mudanças que surgem a partir do recasamento normalmente requerem tempo, e cabe a madrasta em um primeiro momento ter um papel complementar ao do pai, e conforme ele for dando abertura, ela poderá se tornar mais ativa em relação às crianças. Para Alarcão (2000), o papel desempenhado por ela dependerá de vários fatores, como o tempo de relacionamento, da idade e com quem o enteado irá morar. Um exemplo para essa situação no caso 3, onde Carlos deixa que as meninas decidam o que pai e madrasta farão por elas, levando em consideração que elas já eram maiores no momento da coabitação com a madrasta. A idade das crianças no momento do relacionamento entre pai e madrasta também pareceu contribuir para que as madrastas assumissem um papel mais central na vida dos filhos. Mesmo que na família 2 a coabitação tenha acontecido quando os filhos já tinham 11 e 13 anos, o pai e madrasta relatam que o vínculo madrasta-enteados havia se estabelecido mais cedo, no início do namoro do casal, quando eles tinham 1 ano e meio e 4 anos, favorecendo a uma intimidade maior no período da coabitação. Já no Caso 3, mesmo que as enteadas de Gabriela percebam que ela desempenha um papel semelhante com um papel materno, dividindo as tarefas com o pai, ela nunca se sentiu mãe das enteadas, ela diz ter demorado para se identificar com o desempenho do papel parental junto às enteadas. Vê-se um resultado semelhante na pesquisa de Dantas (2016), realizada com 16 madrastas da cidade do Rio de Janeiro, que correlacionaram a idade dos enteados e a coabitação madrastas-enteados à qualidade do relacionamento madrasta-enteado. Esses demonstraram ser fatores fundamentais para que as madrastas fossem convocadas a participar dos cuidados, considerando que a infância é um período em que as necessidades são mais intensas e imediatas.

Em relação à maneira das madrastas educarem os enteados, os pais, principalmente Antônio (Caso 1) e Carlos (Caso 3), consideraram suas esposas muito exigentes com seus filhos. Os conflitos apontados pelos casais da Família 1 e Família 3 estavam relacionados à forma como as madrastas lidavam com as cobranças em relação aos enteados. Hellen, a madrasta do caso 2, referiu que Ronaldo não gostava do fato dela ser “sargentão”. Antônio (caso 1) disse se incomodar por a madrasta não demonstrar muito afeto e fazer muitas cobranças ao Miguel. Carlos indicou a insatisfação pela maneira com que a madrasta cobrava as filhas e por não vibrar com as pequenas conquistas das meninas. Carlos e Antônio associaram tal característica ao fato de as esposas não terem convivido com os enteados em seus primeiros anos de vida dos filhos, não acompanhando seu crescimento. No recasamento pode haver uma expectativa acerca de um relacionamento ideal madrasta-enteados, fazendo com que os pais acreditem que pelo fato das madrastas os amarem, irão amar seus filhos de forma incondicional e instantânea. Além do mito do amor materno, proposto por Badinter

(1985), que seria um amor instintivo, que nasce com a mulher, Claro, Kirby e Muller (1993) sugeriram o conceito de mito do amor instantâneo, que seria o mito de que uma proximidade afetiva entre o padrasto ou a madrasta e seus enteados se estabeleceria rapidamente.

O que os pais descrevem como uma rigidez por parte das madrastas em relação aos cuidados dos enteados pode ser relacionado ao fato das mulheres, independentes de madrastas ou mães, terem sua imagem associada a cobranças diárias e necessitarem ter uma posição mais firme para manter a ordem na casa e na rotina. Carvalho, Wong e Miranda-Ribeiro (2016), em um estudo sobre a dinâmica da divisão dos cuidados com os filhos e tarefas domésticas entre casais de alta escolaridade em Belo Horizonte (MG) Brasil, entrevistaram 31 casais, que a mulher possuía nível superior ou mais de escolaridade e concluíram que essas mulheres mesmo sendo escolarizadas, eram as responsabilizadas pelos cuidados com os filhos e tarefas domésticas. Estudo de Beraldo e Trindade (2016), o qual foram entrevistados oito homens sobre as possíveis influências do exercício da paternidade na constituição da identidade masculina, relataram que mulheres possuem uma propensão natural ao cuidado. Os participantes disseram ajudar as mulheres nas tarefas, termo que não condiz com igualdade nas atividades e sim um papel de auxílio.

Ambos os pais também atribuíram as características das esposas, de menor afabilidade, como resultado de uma transmissão transgeracional. A transgeracionalidade diz respeito à transmissão de padrões familiares entre gerações, a forma como essas madrastas aprenderam a lidar com as situações, rituais, entre outras características familiares passadas de geração em geração. Antônio via muito da mulher na sogra, a forma de lidar e resolver situações. Assim, o conhecimento da herança familiar pelos cônjuges pode auxiliar na reflexão e, conseqüentemente, na alteração ou manutenção dos padrões transgeracionais que geram mais conflitos. Já Carlos mencionou que Gabriela vinha de uma família que não tinha muito contato físico como forma de demonstração de afeto. Em uma pesquisa realizada por Matos, Bossardi, Souza, Portes e Menezes (2019) com quatro casais homoafetivos com filhos crianças, os participantes afirmaram possuir muitas divergências sobre a maneira de criar os filhos, que frequentemente eram atribuídas às criações diferentes que cada um havia recebido em suas famílias de origem.

Carter e McGoldric (2001), também mencionam que o papel esperado pela maioria das pessoas para as madrastas é o de cuidadora dos enteados e da casa. Ela precisa passar por cima de seus sentimentos e ser madura o suficiente para lidar com a relação do marido com a ex-esposa, que ainda convivem em função dos filhos, conseguir compartilhar com a mãe o papel de cuidado dos enteados, ainda lidar com as possíveis dificuldades das crianças em

relação à separação. Para Coppola (2018), existem muitos mitos sobre o ideal desempenhado pela madrasta, como exemplo o fato de assumir a maternidade perante aos filhos do marido, pois se não realiza o papel de mãe estaria negligenciando as crianças e assumindo o papel das madrastas dos contos infantis, o qual tanto querem se distanciar, mas também precisam realizar os cuidados de forma sutil, para não competir com a mãe das crianças, ou invadir o espaço dela. Associando à presente pesquisa, vê-se que as madrastas tiveram que lidar com muitas questões referentes às mães das crianças, no caso da Família 1, quando Andressa diz que Miguel parecia revoltado sem entender a distância da mãe. Uma pesquisa realizada por Nielsen (2008) que visou responder por que as madrastas sentem mais estresse que os padrastos e quais são os fatores que elas enfrentam, concluiu que as ideias sobre a figura da mãe e a maternidade, as personalidades de mães dos enteados e das madrastas, assim como o relacionamento que o pai tem com a mãe das crianças, o gênero e a saúde mental do enteado, são os fatores que mais influenciam na saúde psicológica da madrasta.

Ademais, nas pesquisas de Féres-Carneiro, Dantas, Machado e Magalhães (2018) concluiu que as famílias em que as madrastas residiam com os enteados, a mãe não exercia as funções parentais relacionadas à saúde, escola, entre outros. O que se assemelha com os casos do presente estudo é que as mães são todas mais distantes da família e dos filhos, e que as madrastas acabam assumindo principalmente as funções parentais referentes ao dia a dia, como cobrar os estudos, higiene, médico, alimentação. Cabe ressaltar que com a lei de 22 de dezembro de 2014, passou a prevalecer a lei que define a regra da guarda compartilhada em casos de divórcio. A lei tem como prerrogativa que divisão de tempo dos filhos seja equilibrada com ambos os pais, sendo que há duas ocasiões específicas em que pode haver uma exceção, quando uma das partes abre mão da guarda, ou quando não existem os requisitos mínimos para um dos pais exercerem os cuidados com as crianças. No caso das famílias do presente estudo, o acordo entre os pais foi que a guarda ficaria com o pai.

Os dados do presente estudo mostram que as mães das famílias participantes possuíam um distanciamento em relação aos filhos e a seus núcleos familiares. Nos três casos estudados, as mães foram retratadas pelas madrastas e pelo pai como possuindo uma participação menor no que diz respeito aos cuidados após a coabitação dos filhos com os pais nas famílias recasadas. Tal resultado corrobora o estudo de Pinheiro (2016), realizado em uma cidade portuguesa com dois pais e quatro mães divorciados, exercendo responsabilidades em conjunto de pelo menos um filho na pré-adolescência, que mostrou que o guardião não residente acabava possuindo menos envolvimento no dia a dia dos filhos. O envolvimento do pai residente seria relacionado aos aspectos emocionais, financeiro e com a educação,

enquanto os pais não residentes participavam mais da divisão de tarefas e orientação emocional. Ainda a esse respeito, Grzybowski e Wagner (2010) investigaram o envolvimento parental após a separação/divórcio em uma amostra de 234 mães e pais de crianças pré-escolares, concluindo que o fato de os pais não coabitarem com os filhos pode estar associado a um menor envolvimento parental. Na pesquisa de Cartwright (2010), os padrastos se mostraram diretamente envolvidos nos cuidados e educação dos enteados. Seis a cada dez padrastos possuíam uma relação de coparentalidade com as esposas, baseados em uma boa comunicação, assim como uma coerência nas práticas educativas desempenhadas por eles, comparados aos ex-companheiros, pais das crianças. Nesse mesmo sentido, a pesquisa de Schneebeli e Menandro (2014) concluiu que a relação parental estava intimamente ligada ao casamento. De modo semelhante, Grzybowski e Wagner (2010) em seu estudo com 13 pessoas, sendo seis pais e sete mães separados/divorciados, identificaram que o casal o qual vivencia um recasamento ou uma união estável, percebe o exercício da parentalidade por parte dos parceiros em relação a seus filhos como positiva e colaborativa, desempenhando papéis complementares aos deles.

Ao considerar a contribuição da presença da madrasta para o afastamento da mãe, no caso da Família 3, por exemplo, a madrasta referiu que o afastamento da mãe fora anterior à chegada dela (madrasta) à família. Ao considerar a relação pais-filhos no pós-divórcio, no estudo realizado por Kalmijn (2015) com adolescentes europeus, o autor identificou que a presença do padrasto na família do adolescente não afetou negativamente a relação com o pai (não residente). O efeito da presença do padrasto nas famílias, nesses casos, esteve relacionado à redução da participação do pai em questões práticas, do dia a dia, fazendo com que houvesse menos necessidade do envolvimento do pai, sem prejudicar a qualidade da relação pai-filho. No presente estudo, contudo, a relação mãe-filhos pareceu estar prejudicada. Pode-se pensar que quando a madrasta assume um lugar de cuidado na família recasada, favorece que a mãe acabe se preocupando menos e afastando-se por não se sentir tão necessária para os filhos. Um exemplo no presente estudo refere-se ao caso 1, em que Mara, mãe de Miguel, agradece à Andressa (madrasta) por cuidar do filho dela. Para Cartwright (2010), quando a madrasta ou o padrasto assumem muitas funções relacionadas aos enteados, pode diminuir o tempo que as crianças têm com os pais, tornando algo negativo para a relação entre pais e filhos. Já, segundo o estudo de Klaus, Nauck e Steinbach (2012), quando os adolescentes possuíam proximidade emocional tanto com os pais quanto com os padrastos os relacionamentos com ambos eram complementares e não substitutivos.

A mãe do caso 2 possuía um convívio mais constante com os filhos através das visitas estipuladas legalmente, mas não estabelecia uma relação coparental com o ex-esposo, mantendo regras e forma de educar distintas em cada casa onde as crianças frequentavam. Grzybowski e Wagner (2010), sugerem que achar uma maneira de estabelecer um relacionamento coparental saudável é uma dificuldade comum entre muitos pais e mães divorciados. Essa ideia corrobora com a pesquisa de Kostulski, Christofari, Bloss, Arpini e Paraboni (2017), sobre guarda compartilhada, verificou uma dificuldades do casal parental em manter alguns acordos, podendo estar relacionado em não conseguir minimizar conflitos referentes à separação ou divórcio, provocando um distanciamento que interfere na manutenção do vínculo com os filhos. Esse estudo conclui também que o pagamento de pensão pode aproximar os filhos mantendo esse vínculo com o pai não residente, o que não é o caso das Famílias 1 e 3, que as mulheres não participavam financeiramente em relação aos filhos. Já no caso 2, que é a família que os filhos possuem mais contato com a mãe e o pai. Este quando não coabitava sempre pagou pensão e foi presente na vida dos filhos, o que proporcionou que os eles pudessem escolher vir morar com o pai.

Considerações Finais

Ao estudar a parentalidade da madrasta, discutiu-se além de como pais e madrastas dividem as tarefas relacionadas aos enteados, também como lidam com as diferenças e os desafios do dia a dia advindos da convivência, como o relacionamento com os enteados, as divergências na forma de criação, resolução e problemas entre o casal e inclusive nas relações com os enteados. As madrastas do estudo, por coabitarem com os pais e as crianças, eram convocadas a assumir algumas responsabilidades, sejam elas mais simples ou imprescindíveis para o convívio, como alimentação e cuidados com higiene ou até mesmo tarefas mais complexas, envolvendo os cuidados diretamente ligados à educação dos enteados, considerando os aspectos comportamentais, emocionais e sociais. Isso possibilita a reflexão de qual seria a atribuição da madrasta dentro da família, já que possui várias formas de participação durante a formação dos enteados, dependendo de fatores, como idade, tempo de convivência, coabitação e participação de outros familiares.

Falar do lugar da madrasta na família é também falar das referências que essas mulheres têm na hora de desempenhar esse papel. Assumir a parentalidade não é ocupar o lugar de mãe, mas também exercer um outro papel parental perante seus enteados, visto que a relação com suas figuras parentais irá ajudar nesse processo de tornar-se uma alguém

importante para a formação desses, seja exercendo um papel mais ativo de cuidado e transmissão de valores, ou um papel de apoio ao paterno. Apesar da expectativa social de que a madrasta substitua a mãe, essa é uma ideia equivocada, visto que a história da madrasta com essas crianças acontece de forma diferente a da mãe e em uma fase do desenvolvimento distinta, com um vínculo singular.

Ao buscar entender a parentalidade da madrasta, ampliou-se a possibilidade de repensar a parentalidade, introduzindo componentes que podem exercer esses papéis na família. Considerando a pesquisa com delineamento transversal, o que possibilita apenas um recorte das experiências dessas famílias em um determinado período de tempo, sugere-se que uma pesquisa longitudinal poderia trazer mais informações que enriqueceriam o estudo, possibilitando ampliar o olhar sobre a coparentalidade. Incluir a percepção da mãe sobre sua participação na educação dos filhos que não residem com ela também seria uma possibilidade de desenvolvimento da pesquisa, analisando o ponto de vista de todos os membros envolvidos na tarefa parental, ou até mesmo entender o afastamento de algum deles.

Quanto à família recomposta, a madrasta e o padrasto não têm um compromisso jurídico legal com os enteados, mas durante a pesquisa em algumas situações as madrastas eram referência para a escola e em um plano de saúde, mostrando que já existe na sociedade uma flexibilização, conseqüentemente, uma maior aceitação referente às configurações familiares. Esses exemplos tornam-se importantes visto que evidenciam um avanço, político e social ao aceitar um laço além do fraterno entre madrasta e enteado, que ainda precisa ser incentivado e ampliado para outras famílias que tenham características semelhantes. Isso também alerta de como os espaços que essas famílias frequentam têm de estar preparados para recebê-los, por exemplo, a escola aceitar uma madrasta ou padrasto na reunião de pais, ou em uma urgência o hospital aceitar uma autorização realizada pelos cônjuges dos pais na ausência deles.

Assim como a sociedade e o meio jurídico, os psicólogos e terapeutas de família devem estar sempre atentos nas mudanças sociais e familiares, compreender essas famílias na sua amplitude, buscando e disseminando o conhecimento, a fim de ampliar o conceito de família, proporcionando uma maior aceitação da pluralidade existente.

Com o número reduzido de famílias participantes, o presente estudo relata uma parcela que representa essas famílias. Não se pode generalizar os dados obtidos, pois é um estudo qualitativo, que pretendeu estudar uma temática específica, mais aprofundada, na percepção de pelo menos três membros de um mesmo contexto familiar. Por ser um estudo transversal não se ampliou a temática em outros momentos de vida das famílias participantes.

As possibilidades de estudos relacionadas a este tema não se esgotam, podendo ser abordadas em próximas pesquisas, onde além do pai e da madrasta, a mãe divide aspectos relacionados aos cuidados com os filhos. Também a relação madrasta enteado, abordando o antes e o depois da maternidade da madrasta, assim como a parentalidade em outras figuras parentais, visto que a sociedade possui uma diversidade delas.

Referências

- Alarcão, M. (2000). *(Des)Equilíbrios familiares: Uma visão sistémica*. Coimbra: Quarteto Editora.
- Augustin, D. (2011). *A coparentalidade ao Longo do Desenvolvimento dos Filhos: Estabilidade e Mudança no 1º e 6º Ano de Vida*. (Monografia Curso de Graduação em Psicologia). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Instituto de Psicologia, Porto Alegre.
- Badinter, E. (1985). *Um Amor conquistado: o mito do amor materno*. Elisabeth Badinter; tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- Beraldo, G.S. Trindade, E. (2016). Novos pais, novos homens? Paternidade e identidade masculina no contexto pós-moderno. *Pretextos - Revista da Graduação em Psicologia da PUC Minas* v. 1, n. 2, jul./dez.
- Braun, V. & Clarke, V. (2006). Using thematic analysis in psychology. In: Braun, V.; Clarke, V. (2006). *Qualitative Research in Psychology*, v. 3, n.2, p. 77-101.
- Breakwell, G. M. & Rose, D. (2010). Teoria, método e delineamento de pesquisa. In Breakwell G. M., Hammond, S., Fife-Schaw, C. & Smith, J. A. (2010). *Métodos de Pesquisa em Psicologia*, 3ª ed., pp. 21-41. Porto Alegre: Artmed.
- Carter, B. & McGoldric, M. (2001). *As mudanças no ciclo de vida familiar*. Porto Alegre: Artes médicas.
- Cartwright, C. (2010). An Exploratory Investigation of Parenting Practices in Stepfamilies. *New Zealand Journal of Psychology*. vol. 39, nº. 1.
- Carvalho, A.A.L. Wong, L.R. Miranda-Ribeiro, P. (2016). Família e gênero: Uma análise qualitativa da dinâmica da divisão dos cuidados com os filhos e tarefas domésticas entre casais de alta escolaridade em Belo Horizonte (MG) Brasil. Anais ABEP
- Claro, C. B., Kirby, M. R. & Muller, N. M (1993). Redes temáticas para el trabajo educativo con famílias simultaneas. *Revista Psykhe*, 2 (1), p.43-51.
- Conselho Federal de Psicologia. (2000). *Resolução CFP nº 016/2000 de 20 de dezembro de 2000*. Dispõe sobre a realização de pesquisa em Psicologia com seres humanos. Brasília, DF.

- Coppola, H. L. N. (2018). *(Con)Vivendo com mães e madrastas: o encontro de papéis sob a percepção do filho(a)*. (Dissertação de Mestrado em psicologia clínica). Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, SP.
- Dantas, C. R. T. (2016). *Conjugalidade e parentalidade no recasamento: narrativas das madrastas*. (Tese de Doutorado do Programa de pós-graduação em psicologia clínica). Departamento de Psicologia do centro de ciências humanas, PUC-Rio, Rio de Janeiro.
- Dias, M. O. (2011). Um olhar sobre a família na perspectiva sistêmica: O processo de comunicação no sistema familiar. *Gestão e Desenvolvimento*, 19(1), 139-156.
- Feinberg, M. E. (2003). The Internal Structure and Ecological Context of Coparenting: A Framework for Research and Intervention. *Parenting, Science and Practice*, v.3, n.2, p. 95-131.
- Féres-Carneiro, T., Dantas, C. R., Machado, R. N. & Magalhães, A. S. (2018). Tríade madrastra-enteado-mãe: reflexões acerca da maternidade. *Psico*, v.9, n.1.
- Figueiredo, B. & Lamela, D. (2014). *Parentalidade e coparentalidade: Conceitos básicos e programas de intervenção*. Porto: Universidade Católica Portuguesa.
- Ganong, L., Coleman, M., Jamison, T. & Feistman, R. (2015). Manutenção dos limites coparentários das mães divorciadas após a repartição dos pais. *Jornal de Psicologia da Família*, 29 (2), 221-231. Doi: <https://doi.org/10.1037/fam0000064>.
- Gil, A. C. (2008). *Métodos e técnicas de pesquisa social*. São Paulo: Atlas. 6.ed.
- Groenendyk, A. E. & Volling, B. L. (2007). Coparentalidade e desenvolvimento precoce da consciência na família. *The Journal of Genetic Psychology*, 168: pp. 201- 224.
- Grzybowski, L. S. & Wagner, A. (2010). Casa do pai: uma coparentalidade após o divórcio. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, Brasília, v. 26, n. 1, p. 77-87.
- Hack, S. M. P. K. & Ramires, V. R. R. (2010). Adolescência e divórcio parental: continuidades e rupturas dos relacionamentos. *Psicologia clínica*, Rio de Janeiro, v. 22, n. 1, p. 85-97.
- Hintz, H. (2001). Novos tempos, novas famílias. *Pensando Famílias*, v. 3, pp. 8-19.
- Houzel, D. (2004). As implicações da parentalidade. In: Solis-Ponton, L. (Org.). (2004). *Ser pai, ser mãe. Parentalidade: um desafio para o terceiro milênio*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2017). *Família e Domicílio*. Recuperado de <https://www.ibge.gov.br/index.php>
- Joly, M. (1994/2007). *Introdução à Análise da Imagem*, Lisboa, Ed. 70.
- Kalmijn, M. (2015). *Father-Child Relations after Divorce in Four European Countries: Patterns and Determinants* Comparative Population Studies. Vol. 40, n. 3, pp. 251-276.

- Klaus, D., Nauck, B. & Steinbach, A. (2012). Relações com padrastos e pais biológicos na idade adulta: Complementares, substitucionais ou negligenciados? *Avanços na pesquisa do curso da vida*. v. 17, e. 3, pp.156-167.
- Kostulski, C. A., Christofari, G. C., Bloss, G. M., Arpini, D. M. & Paraboni, P. (2017). Coparentalidade em famílias pós-divórcio: uma ação desenvolvida em um núcleo de práticas judiciais. *Pensando famílias*, Porto Alegre, v. 21, n. 2, pp. 105-117.
- Lamela, D., Figueiredo, B. & Bastos, A. (2013). Perfis de vinculação, coparentalidade e ajuste familiar em pais Recém-divorciados: diferenças sem ajuste psicológico. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 26 (1), 19-28.
- Lebovici, S. (2004). Diálogo Lúcia Sólis-Ponton e Serge Lebovici. In: Solis-Ponton, L. (Org.). *Ser pai, ser mãe. Parentalidade: um desafio para o terceiro milênio*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Matos, T. D., Bossardi, C. N., Souza, C. D. de, Portes, J. R. M., & Menezes, M. (2019). Percepções parentais sobre coparentalidade e comportamento infantil: um estudo com famílias homoafetivas. *Nova Perspectiva Sistêmica*, 28(65), 51-67. Recuperado de <https://revistanps.com.br/nps/article/view/537>
- Minuchin, S. (1982). *Famílias: Funcionamento e Tratamento*. Trad. J.A. Cunha. Porto Alegre, Ed. Artes Médicas.
- Naif, L. A. M. & Silva, L. F. (2017). Recasamento: Identificando Representações Sociais da Conjugalidade e da Parentalidade. *Ayvu, Revista de Psicologia*, v. 04, n. 01, pp. 145-167.
- Nascimento, M. do R. P. (2015). A família numa perspectiva histórica e legislativa. In: *Anais do Congresso Internacional da Faculdades EST*. pp 1869-1885.
- Nielsen, L. (2008). Stepmothers: Why So Much Stress? A Review of the Research. *Journal Divorce & Remarriage*, pp. 115-148.
- Pinheiro, T. F. P. (2016). *Coparentalidade no divórcio: a perspectiva de pais com filhos na pré-adolescência*. (Dissertação de mestrado em psicologia). Universidade Católica Portuguesa. Especialização em Psicologia da Educação e Desenvolvimento Humano, Portugal.
- Pinto, W. E. A. & Chalhub, A. (2011). *Família e contemporaneidade: O exercício da função parental na família reconstituída*. Recuperado de <https://www.psicologia.pt/artigos/textos/TL0221.pdf>
- Prado. (2001). *O que é família*. Editora Brasiliense, São Paulo. Ed. 2.
- Resolução nº 510, de 7 de abril*. Dispõe sobre pesquisas com seres humanos. Brasil. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde.
- Schneebeli, F. C. F. & Menandro, M. C. S. (2014). Com quem as crianças ficarão? Representações sociais da guarda dos filhos após a separação conjugal. *Psicol. Soc.*, Belo Horizonte, 26(1), pp. 175-184.
- Teixeira, L. (2014). *Regras, rotinas e rituais nas famílias reconstituídas*. (Dissertação de Mestrado em Educação e Desenvolvimento Humano). Universidade Católica Portuguesa, Porto, Portugal.

- Uziel, A. P. (2000). "Tal pai, tal filho" em tempos de pluriparentalidade. Expressão fora do lugar? *XXIV Encontro Anual da ANPOCS, GT Família e Sociedade*, Petrópolis, 23 a 27 de outubro de 2000.
- Van Egeren, L. A. & Hawkins, D. P. (2004). Coming to terms with Coparenting: Implications of definition and measurement. *Journal of Adult Development*, v.11, n.3, pp.165- 178.
- Vieira, L., Neumann, A. & Zordan, E. P. (2019). O divórcio e o recasamento dos pais na percepção dos filhos adolescentes. *Pensando famílias*, Porto Alegre, v. 23, n. 1, pp. 121-136.
- Wagner, A. e cols. (2011). *Desafios Psicossociais da Família Contemporânea- Pesquisas e Reflexões*. 1ª edição. Porto Alegre: Artmed. 208 p.

ARTIGO 2

**RELAÇÃO ENTEADO MADRASTA DURANTE A COABITAÇÃO: COMO
ACONTECE A VÍNCULAÇÃO**

RELATIONSHIP MOTHERSTEP DURING COHABITATION: HOW BINDING HAPPENS

RESUMO

Os significativos índices de divórcios e recasamentos, na atualidade, despertam para a necessidade do estudo das configurações familiares, visto que a sociedade modifica-se durante os anos. Toda mudança no Sistema familiar gera um período de adaptação. Quando há um recasamento em que um dos cônjuges tem filhos de uma união anterior, essa adaptação torna-se mais complexa, principalmente quando envolve aquele pai ou mãe que coabita com as crianças. Este trabalho visa compreender o lugar que a madrasta ocupa na vida dos enteados, compreendendo como ocorre o processo de vinculação dos mesmos na coabitação. Trata-se de um estudo qualitativo e exploratório, com delineamento de estudo de caso Coletivo. Participaram do estudo três famílias, compostas por madrasta, pai e pelo menos um filho ou filha de um relacionamento anterior. No momento da coabitação, as madrastas não possuíam filhos e as crianças tinham idade entre 6 e 11 anos. As madrastas, pais e ao menos um dos filhos responderam separadamente a uma entrevista semiestruturada sobre *a parentalidade da madrasta e a coparentalidade*. As crianças e os adolescentes ainda foram convidados a realizar um desenho da família e um outro em que estivessem realizando alguma atividade com a madrasta, o qual serviu como disparador para a entrevista. Os resultados indicaram que a convivência entre madrastas e enteados precedeu à coabitação, o que possibilitou que a relação se estreitasse e que ambos se considerassem pertencentes a mesma unidade familiar. A palavra madrasta ainda está ligada ao conceito utilizado nos contos de fadas, o qual as famílias do estudo tentavam desvincular, utilizando outros termos para esta nomenclatura.

Palavras-chave: Recasamento. Madrastas. Coabitação.

ABSTRACT

The significant rates of divorces and remarriages, at present, awaken to the need to study family configurations, as society has changed over the years. Every change in the family system generates an adaptation period. When there is a remarriage in which one of the spouses has children from a previous union, this adaptation becomes more complex, especially when it involves that father who cohabits with the children. This work aims to understand the place that the stepmother occupies in the life of the stepchildren, understanding how the process of linking them occurs in cohabitation. It is a qualitative and exploratory study, with a Collective case study design. Three families participated in the study, composed by stepmother, father and at least one son or daughter from a previous relationship. At the time of cohabitation, stepmothers had no children and the children were aged between 6 and 11 years old. Stepmothers, fathers and at least one of the children responded separately to a semi-structured interview about the stepmother's parenting and coparenting. The children and adolescents were also invited to make a drawing of the family and another in which they were doing some activity with their stepmother, which served as a trigger for the interview. The results indicated that the coexistence between stepmothers and stepchildren preceded cohabitation, which made it possible for the relationship to become closer and for both to consider themselves belonging to the same family unit. The word stepmother is still linked to the concept used in fairy tales, which the study families tried to untie, using other terms for this nomenclature.

Keywords: Remarriage; Stepmothers; Cohabitation.

O recasamento apresenta-se como uma das possibilidades advindas do pós-divórcio e ocorre quando um dos cônjuges já foi casado anteriormente, e após passar pela separação, divórcio ou falecimento do cônjuge ou parceiro, casa novamente. Considera-se como um novo processo de constituição familiar, quando um ou os dois novos cônjuges possuem filhos de relacionamentos anteriores, que resulta em um processo de adaptação das crianças envolvendo a entrada de um novo integrante da família, o padrasto ou a madrasta (Scholz & Bottoli, 2019).

O recasamento de um dos pais envolve mudanças na rotina de todos, podendo ser um momento de estresse familiar. Quando existe um pai e uma mãe presentes na vida dos filhos, as novas rotinas familiares passarão a contar com no mínimo dois núcleos familiares, onde os outros núcleos, cada um com suas características próprias e formas de portar-se (Piovanotti & Duque, 2018). Os filhos, que transitarão pelos núcleos formados após o divórcio e recasamento dos pais, tem a missão de compreender a situação e se adaptar à nova condição familiar, o que requer um investimento emocional intenso (Costa & Dias, 2012).

Conforme Carter e McGoldrick (2001), o segundo casamento pode trazer satisfação para todos os membros, contudo, a existência de filhos de relacionamentos anteriores exige mais atenção, pois envolve uma maior complexidade de adaptação à nova realidade familiar. O vínculo mãe/pai-filho antecede o conjugal, podendo despertar sentimentos de competitividade entre o(a) padrasto/madrasta e os enteados. O comportamento dos adultos pode ser determinante para o futuro da relação familiar, tal qual a forma como recasamento será apresentado às crianças (Pinto, 2016). Por esse motivo, é fundamental que em um segundo casamento haja paciência, respeito e flexibilidade, bem como uma maturidade do casal para que as mudanças tragam menos impactos negativos, tanto para relação conjugal quanto para a parental. É preciso ter a compreensão de que cada membro dessa nova família irá se adaptar de acordo com seu próprio ritmo e tempo a essas mudanças (Vieira, Neumann & Zordan, 2019).

Ao considerar a visão de profissionais acerca do recasamento, a pesquisa realizada por Pinto (2016) com um psicólogo, cinco profissionais do direito e dois assistentes sociais da Comarca de Viçosa, que além do referido município abrange ainda Canaã, Cajuri, Coimbra, São Miguel do Anta e Paula Cândido, bem como os distritos de Paraguai, Airões, Cachoeira de Santa Cruz, São José do Triunfo e Silvestre, esses referiram perceber aspectos positivos advindos da recomposição familiar, como exemplo, um novo lar para os filhos, com a presença de alguém que pode suprir o possível distanciamento de um dos pais. Os

participantes consideraram o recasamento como uma reconstrução do núcleo familiar que pode ser sadio para as crianças e adolescentes envolvidos.

Além das mudanças na configuração familiar, existe a reorganização dos papéis desempenhados no sistema familiar, visto que com a chegada de novos membros à família e a assunção de novos papéis, como o caso do papel de enteado e de madrasta, precisa de um tempo para serem ajustados e encontrar uma definição clara que responda às necessidades e características da relação (VIEIRA et al., 2019). A própria nomenclatura utilizada para denominar os novos papéis assumidos precisa ser definida pelos envolvidos. Em pesquisa realizada por Scholz e Bottoli (2019), com duas famílias recasadas de uma cidade do interior do Rio Grande do Sul em que as mulheres tinham filhas em idade escolar, verificou-se que as filhas utilizavam o artifício de chamar os padrastos de “tio”, ou “amigo da mãe”. Segundo as autoras, tais nomenclaturas favoreceriam à associação das figuras dos padrastos a sentimentos como afeto, cuidado e proteção.

Ao enfatizar a realidade de homens e mulheres divorciados com relação ao recasamento, identificam-se ainda algumas diferenças envolvendo os gêneros, sendo que os homens mais frequentemente que as mulheres reconstróem sua vida familiar em torno de um novo vínculo conjugal (Piovanotti & Duque, 2018; IBGE, 2018). A literatura aponta que os homens casam mais rapidamente que as mulheres após o divórcio ou morte do cônjuge (Alves, Arpini & Cúnico, 2014; Féres-Carneiro, 1998).

Ao considerar o número de casamentos realizados no Brasil no ano de 2018, 25,4% desses referiam-se a recasamentos, sendo que destes, em 69% dos casos era o homem que estava em um novo casamento, sendo ele divorciado ou viúvo (IBGE, 2018). Desse modo, entra em cena a figura da madrasta, uma velha conhecida dos desenhos infantis, que tinha características pejorativas e antigamente ingressava na família somente através da viuvez, como forma de auxiliar o pai no cuidado com as crianças. Contudo, hoje a madrasta compõe o sistema familiar de diversas outras maneiras, muitas vezes coexistindo com a mãe dos enteados. De qualquer modo, historicamente, esta personagem esteve associada a características pejorativas. Na pesquisa de Gonçalves (2012), que analisou sete contos de fadas, em todos eles a madrasta era caracterizada como soberba, orgulhosa, geniosa e caprichosa. Ela apenas aparecia amorosa quando também era mãe, mas nunca dirigindo tal afeto aos enteados. Embora sutil e muito antiga, tal associação entre a madrasta e maldade dirigida aos enteados pode acabar dificultando essa relação.

Outro fator importante quando se trata das relações das novas companheiras dos pais e seus enteados é o erro em considerar a díade madrasta-enteado como se fosse mãe-filho, ou

uma substituta para tal relação. A história da madrasta com essa criança é de aquela construída pela criança com sua mãe, de modo que a forma de vinculação também será realizada de outra maneira (Piovanotti & Duque, 2018). Associado ao estereótipo de gênero feminino, erroneamente, por vezes ainda se espera que as madrastas assumam o cuidado da casa e das crianças, como se fossem seus filhos, sem compreender as peculiaridades desta relação e que a vinculação adulto-criança é um processo que leva tempo não havendo identificação instantânea em nenhuma das partes (Carter & McGoldrick, 2001). Assim, pode ser que a madrasta acabe sendo colocada de forma artificial no papel de mãe de seus enteados. Contudo, revela-se a necessidade de encontrar um lugar próprio para esta personagem na relação familiar, em um papel reconhecido por ela e pelos demais membros da família, desvinculando-se das expectativas atribuídas à maternidade (Dantas, Féres-Carneiro, Machado & Magalhães, 2018). Ainda, salienta-se que a relação madrasta-enteado também perpassa outros membros da família, devendo-se considerar que a legitimação do papel atribuído à madrasta, além do desejo e disponibilidade da mulher para tal, passa pelo pai das crianças, pelas próprias crianças e pela representação de família que estes possuem (Lobo, 2009). Tendo em vista a relação entre madrasta e enteado, o presente artigo tem o intuito de compreender o lugar que a madrasta ocupa na vida dos enteados e como acontece o processo de vinculação durante a coabitação.

Método

Participantes

Participaram da pesquisa três famílias formadas por um pai, uma madrasta e um ou mais filhos, criança ou adolescente, de um relacionamento anterior do pai. A família deveria coabitar há pelo menos 6 meses, tempo que proporcionasse um repertório de experiências juntos, assim como uma rotina estabelecida. As famílias residiam em uma cidade no interior do estado do Rio Grande do Sul e foram convidadas a participar da pesquisa através de convites nas redes sociais e por indicação. A idade dos filhos variou entre 11 e 17 anos. Quanto à escolaridade dos adultos participantes oscilou entre ensino médio e Graduação.

Tabela 1- *Caracterização geral dos participantes*

	Participantes	Idades	Escolaridade	Profissão	Tempo de divórcio	Tempo morando juntos
Familia 1	Andressa	42	Médio	Secretária	7 anos	3 anos
	Antônio	35	Médio	PoliciaI Militar		
	Miguel	12	Fundamental	Estudante		
Familia 2	Helen	29	Médio	Secretária/instrumentador	10 anos	6 meses
	Ronaldo	40	Superior	a		
	Luan	11	Fundamental	Enfermeiro Estudante		
Familia 3	Gabriela	32	Médio	Empresária	10 anos	5anos
	Carlos	57	Médio	Empresário		
	Aline	17	Médio incompleto	Estudante		
	Mariana	17	Médio incompleto	Estudante		

Delineamento e procedimentos

A pesquisa refere-se a um estudo do tipo exploratório descritivo, com caráter qualitativo, onde se empregou um delineamento de Estudo de Caso Coletivo, que consiste no estudo mais minucioso e detalhado de um número restrito de objetos, podendo ser uma pessoa, grupo social ou uma cultura (Gil, 2008). Dessa forma, foi possível aprofundar as questões sistêmicas das famílias, assim como as semelhanças e diferenças entre os casos estudados. Consiste em um estudo transversal, ou seja, realizado em um único momento de vida (Breakwell & Rose, 2010). O estudo foi pautado no olhar sistêmico, considerando a complexidade que permeia as relações familiares e seus sujeitos (Vasconcellos, 2013).

Quanto aos procedimentos referentes à pesquisa, aos pais e madrastas que aceitaram participar do estudo responderam individualmente a um *Questionário de Dados Sociodemográficos* e após a uma entrevista semiestruturada sobre *a parentalidade da madrasta e a coparentalidade*, adaptadas para cada membro da família. As crianças e os adolescentes foram convidados a realizar um desenho da família e um desenho em que estivessem realizando alguma atividade com a madrasta, que serviu como disparador para as perguntas da entrevista.

O desenho das crianças e dos adolescentes foi considerado como ferramenta para o auxílio da compreensão da percepção dos mesmos sobre o tema do presente estudo. A análise do desenho por si só não é suficiente para um completo entendimento dessas famílias, dessa forma, ela foi compreendida juntamente com as falas obtidas através das entrevistas (Joly, 1994/2007).

A presente pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) através do CAAE 10408519.0.0000.5346. Além disso, está em conformidade com a Resolução 016/2000 do Conselho Federal de Psicologia e com a Resolução n.º 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde (CNS). Ademais, as famílias assinaram o termo de Consentimento Livre e Esclarecido e as crianças e os adolescentes responderam ao termo de assentimento, garantindo a confidencialidade dos dados, assegurando o anonimato dos participantes e garantindo o respeito a seus direitos como participantes da pesquisa.

Análise de dados

Para analisar o material coletado através das entrevistas, utilizou-se como referência a Análise Temática proposta por Braun e Clarke (2006). A proposta das autoras consiste em um método analítico qualitativo que identifica, avalia e relata padrões identificados entre os dados. A Análise Temática foi realizada em seis etapas. Primeiramente foi realizada a leitura e releitura dos dados, atentando-se sempre aos possíveis padrões. Na segunda etapa, foi realizada a produção de códigos a partir do material coletado, agrupando por padrões o conteúdo das entrevistas. A terceira etapa consistiu em dividir o conteúdo em categorias, seguida pela quarta etapa, quando os temas foram revistos, podendo juntar ou separar algumas categorias. A quinta etapa consistiu em discutir a essência dos temas através de uma estrutura bem detalhada. Por fim, realizou-se a escrita final do relatório, com a narrativa da história dos dados.

Resultados⁵

⁵ No final de cada fala haverá uma letra indicando quem falou:

P= falas do pai

M= falas da madrasta

F= falas dos filhos.

No caso 3, onde há duas filhas participantes, as letras serão utilizadas com números:

F1= falas da Mariana

F2= falas da Aline

A seguir serão apresentados, individualmente, os resultados de cada um dos casos estudados. Após uma descrição dos aspectos familiares das três famílias participantes serão apresentados os resultados de cada categoria, com trechos de falas dos participantes a fim de exemplificar os resultados obtidos. A partir da análise dos dados, foram identificadas as seguintes categorias: “O processo de adaptação da família” e “Relação madrasta-enteados”.

Caso 1

Andressa (madrasta, 42 anos) entrou na família após seis meses da separação do Antônio (pai, 35 anos) com a mãe do Miguel (filho que atualmente tem 12 anos), quando este tinha 5 anos de idade. Após aproximadamente 1 ano de relacionamento, ela foi morar com o Antônio, na casa em que morava com o filho, sua mãe (avó de Miguel), seu irmão e a cunhada. O processo de morarem juntos foi gradual, levando suas roupas aos poucos, até começar a passar mais tempo na residência. Depois de muitas conversas sobre alugar um local para os três (pai, filho e madrasta), surgiu uma oportunidade de construírem uma casa em um terreno da família de Andressa, indo, então, morar apenas os três há 3 anos. Miguel sempre morou com o pai, que tem sua guarda unilateral desde o divórcio. A mãe reside na mesma cidade que ele e vê o filho esporadicamente quando combinam algum encontro. Às vezes, conversam pelo celular, que o pai empresta para Miguel conversar com a mãe através de aplicativo de mensagens. A mãe não possui uma relação próxima com a família e não tem nenhum contato com Andressa.

Processo de adaptação da família

Antônio contou para Andressa logo no início do relacionamento que tinha um filho de 5 anos e estava divorciado da mãe de Miguel: *“Ele disse que tinha um filho, que ele tava separado desde outubro da ex dele, e que tinha sido bem ruim o término do casamento, sentaram e conversaram e que ela pediu se o Miguel ia ficar com ele, e ela deu preferência que o Miguel ficasse com ele”* (M). Andressa ficou surpresa com a notícia, *“Me chocou, mas claro, foi entrando, né. Tem gente que é novinho e tem filhos [Antônio tinha 29 anos quando se conheceram]. Ele foi pai novo e outras não, né. O bom é se aceitar, saber viver, aprender junto”* (M). Antônio lembra que Andressa recebeu bem a notícia: *“No início, assim, ela achou legal. Achou interessante que ele tava morando comigo também”* (P).

Além do início do relacionamento e da adaptação com Miguel, Andressa teve que lidar com algumas situações decorrentes da relação de Miguel com a mãe e o divórcio, tendo dificuldades em relação ao entendimento da criança sobre o distanciamento da mãe: *“Ele era*

bem revoltado, o Miguel no começo era revoltado, bem nervoso. A gente não podia comentar da mãe dele. Ele levou tempos para aceitar aquilo ali. Ela pegava ele de vez em quando, a cada 15 dias, um mês, dois” (M).

O processo de irem morar junto foi gradual, acontecendo aos poucos, Antônio morava com sua mãe na época, e Andressa começou a frequentar a casa: *“Eu (Antônio) tinha um quarto só para nós dois (Antônio e Andressa) e a Andressa começou indo para lá, e começa aquela de posar, de levar escova de dente, leva um sapato, leva um tênis e aí foi indo, foi indo” (P).* Antônio conversou com o filho sobre a mudança da madrasta para a casa da família e, para ele, o filho aceitou bem: *“Sempre foi quieto, não foi muito de opinar. Sempre aceitava e tal, numa boa, sem problema nenhum” (P).* Eles moraram com a mãe de Antônio por mais ou menos um ano, quando decidiram construir uma casa para os três, o que mudou a rotina e o relacionamento da família. Andressa conta que a mudança foi positiva para a família: *“A gente começou a construir, daí nossa cabeça começou a melhorar, sabe. Era planejamento para a casa, daí a gente vinha olhar o pedreiro. A gente foi melhorando, o Miguel foi gostando: ‘Nós vamos ter a nossa casa’” (M).* Miguel participou do processo de construção junto com o pai e a madrasta. Ela conta que ele fazia muitas perguntas: *“Meu quarto vai ser aqui? Todo esse tamanho? Tu vai fazer um banheiro para mim?” (M).* Miguel associa a chegada da madrasta em suas vidas como uma mudança positiva: *“Antes tava tudo desequilibrado, aí, do nada, ela chegou e ‘boom’, melhorou tudo” (F).* Para Miguel, a madrasta foi quem tomou a iniciativa da mudança para uma casa própria: *“Antes a gente dormia numa sala normal. Meu pai não queria alugar, não sei por que, mas ele não queria alugar um lugar” (F).* O pai mudou de opinião quando surgiu a oportunidade de construir uma casa que fosse deles: *“Daí, de repente, a mãe da Andressa falou que ela daria o terreno pra nós fazer, pra nós construir em cima, daí a gente construiu” (F).*

Andressa referiu que desejava ter filhos, contudo não gostaria de engravidar no momento atual, *“Tempos atrás eu sempre queria. Eu sempre coloquei na cabeça, assim, que até os 35 [estava com 42 anos no momento] (M)”.* Acabou vendo Miguel como uma oportunidade para seguir a vida de forma diferente de sua ideia inicial: *“Às vezes eu acho que Deus, tu quer seguir uma coisa e Deus te manda outra. [...] Deus mandou um outro tipo de seguir a vida, um outro pensamento, de ter um filho de outra pessoa e tentar criar” (M).*

Relação madrasta-enteados

Andressa diz que o relacionamento dela com Miguel era bem diferente do que é hoje. No início, percebia que ele mantinha uma distância em relação a ela: *“Não ficava muito*

próximo de mim no início. Tudo era o pai dele. Se eu abrisse a boca, ele se escondia atrás do pai dele. Tudo era meio atrás do pai dele assim” (M). Andressa também achava que Miguel sentia um pouco de ciúmes em relação ao pai: *“Senti que ele ficou bem ciumento com a aproximação”* (M), sentimento que o pai também identificou no menino: *“A gente notava um ciúme quando eu tava junto com ela”* (P). Antônio ainda percebe, hoje em dia, um comportamento semelhante de Miguel, de querer ser incluído na relação do casal, *“Até hoje ele tenta se aproximar, quando ele vê que a gente tá junto”* (P).

Além das questões do divórcio com que Miguel precisou lidar, Antônio também teve outras namoradas antes de Andressa, que o faziam sentir-se excluído da relação e da vida do pai: *“Meu pai teve outras namoradas antes. Daí, todas elas, sem exceção alguma além da Andressa, [...] falaram que queriam construir uma casa para gente morar. Mas, no fim, não era pra eu, era pra ele e outra pessoa. Tipo, não queriam me levar junto”* (F), até chegar a Andressa, que *“Construiu aqui e viemos felizes”* (F).

Além dos ciúmes, Antônio percebia a relação entre Andressa e Miguel como boa logo que se conheceram: *“Os dois se deram bem [...] no início, assim, foi ótimo. Eles se conheceram bem, se aceitaram bem”* (P). Antônio relata que os conflitos entre madrasta e enteado aumentaram com o passar do tempo, sendo mais frequentes hoje em dia, advindos da intimidade proporcionada pelo convívio: *“Eu acho que hoje, com a convivência, os problemas foram aparecendo mais. Hoje as discussões que ocorrem, assim, é pela convivência, a intimidade, né, só nós três aqui”* (P).

Hoje o relacionamento de Andressa e Miguel é mais próximo, Andressa diz que *“O Miguel me conhece melhor que o Antônio. Muita coisa que eu gosto o Antônio ainda não acertou. Se perguntar pro Miguel, ele sabe e acerta, até de pensamento, assim”* (M). Andressa e Miguel passam muito tempo apenas os dois juntos, em função do trabalho de Antônio. Então, além das obrigações da casa, adoram ver filmes e seriados na televisão: *“Sou eu que tenho que ficar com ele, eu que tenho que pegar os temas, o quarto, ver roupa. A gente olha filme, ele é muito parceiro para olhar filme, terror, é Jason, é o nosso preferido”* (M). Além da televisão madrasta e enteado conversam muito, sobre vários assuntos, Miguel diz falar sobre qualquer assunto: *“Converso mais com ela, às vezes, do que com meu pai sobre algumas coisas. [...] Tudo que acontece eu falo para ela, altos papos”* (F).

Miguel chama Andressa pelo nome ou pelo apelido, mas os dois já conversaram sobre a palavra “madrasta”, da qual Andressa não gosta muito: *“Eu não gosto da palavra (madrasta), eu nunca gostei. O “ma” de madrasta vem de má, eu vejo assim”* (M). Miguel refere outra percepção em relação à palavra madrasta: *“Eu não, eu vejo que vem de mãe, mãe*

que cuida” (M). Isso remete à qualidade da relação estabelecida com Andressa, a qual, para ele, associa-se a cuidado maternal.

Miguel desenhou a madrasta, o pai, ele e o animal de estimação quando foi solicitado a fazer o “desenho da sua família”. O fato de incluir a madrasta no desenho indica o entendimento que ambos, juntamente com o pai, participam de um mesmo sistema familiar. Sobre o desenho “um momento com a madrasta”, Miguel os desenhou cozinhando juntos: *“Muitas vezes a gente faz janta”* (F).

Andressa acredita que a dificuldade de ser madrasta seria colocaria mais no início da relação, quando ainda não existe a intimidade nem muita abertura, contudo, depois a relação fica mais sólida: *“No começo só (teve alguma dificuldade na relação com Miguel), no começo do relacionamento. Depois, se tu consegue trazer a criança pra ti, que às vezes é bem difícil, aí é tranquilo. Depois de um ano ou dois, aí eu acho que anda, fluem as coisas para frente. Mas o começo é bem difícil. Hoje eu sou bem segura em relação, até porque se eu precisar do Miguel, eu tenho ele”* (M).

Caso 2:

Hellen (madrasta, 29 anos) conheceu Ronaldo (pai, 40 anos) alguns meses após a separação dele com a mãe dos seus dois filhos, Luma (14 anos) e Luan (11 anos), que na época tinham 4 anos e 1 ano e meio. As crianças ficaram morando com a mãe depois do divórcio, e o casal Ronaldo e Hellen foi morar junto após aproximadamente um ano de namoro. Há mais ou menos um ano, Luma, foi morar com o pai, e o filho Luan foi quatro meses depois que a irmã. O casal adaptou-se para receber uma criança e uma adolescente em sua casa, sendo atualmente do pai a guarda unilateral de ambos os filhos. A mãe tem direito a visitas quinzenais aos filhos, mas combinam encontros além das visitas predeterminadas quando os filhos desejam. O contato da mãe com a família é restrito, basicamente com os filhos e, esporadicamente, com o pai, quando há alguma situação relacionada aos filhos. Mãe e madrasta não possuem contato.

Processo de adaptação da nova família

Hellen tinha 19 anos e Ronaldo 30 quando iniciaram seu relacionamento. Ronaldo contou logo no primeiro encontro que era divorciado e tinha filhos: *“Eu disse pra ela na primeira vez que nós saímos: ‘Sou divorciado, tenho dois filhos. E, assim, a minha prioridade sempre foi e sempre vai ser eles. Se tu acha que não vai conseguir se adaptar com isso, eu acho que a gente não deve nem começar a namorar’”* (P). Para Hellen, a notícia foi uma

surpresa: *“Eu levei um sustinho, né, porque ele tem 11 anos a mais que eu, mas não aparenta”* (P). Mas a reação inicial não atrapalhou o início da relação amorosa: *“Mas aí a gente foi conversando, foi se conhecendo, daí foi indo, né”* (M). Ronaldo atribui a aceitação de Hellen em relação aos filhos à sua maturidade: *“apesar de eu ter conhecido ela com 18 pra 19 anos, ela sempre foi uma menina muito madura. [...] Acho que muito disso aconteceu por causa dessa maturidade dela”* (P).

Ainda que Hellen convivesse com os enteados nas visitas, passeios e viagens realizados pelo casal, uma nova configuração familiar aconteceu com a chegada das crianças para morar na casa do casal. Ronaldo fala que mudou as responsabilidades e a liberdade que eles tinham enquanto casal: *“eles vinham de 15 em 15 dias. A gente tinha muito mais liberdade, né. A gente saía mais, a gente tinha menos responsabilidade dentro de casa, porque a gente não almoçava, não jantava, a gente fazia um lanche, mas com a vinda deles, a gente teve essa responsabilidade maior”* (P). Mesmo que a madrasta conhecesse os enteados desde que eles tinham um e quatro anos respectivamente, eles residiam com a mãe. Isso exigiu do casal uma nova adaptação familiar: *“Muda muito a rotina. Muda a minha rotina de trabalho, a rotina do meu esposo, tu tem que pensar o que tu vai fazer de janta, o que tu vai fazer de almoço, tu tem que organizar orçamento familiar, pra poder tudo. Até ali foi bem conturbado. Não vou te dizer que foi fácil, porque não foi”* (M).

Passado o período de adaptação do casal e dos enteados à nova realidade familiar, Hellen refere a adaptação e ajustes na relação entre eles, percebendo a nova família como uma “família normal”, *“Aí de janeiro e fevereiro pra cá a gente [Seis meses] já começou a se entender mais, a conseguir organizar mais as coisas, assim, e aí foi que começou a ficar assim, normal, uma família normal”*(M). Ronaldo também enxerga a relação da família com naturalidade. Apesar de alguns desentendimentos, atribui tais dificuldades ao convívio familiar rotineiro, não a peculiaridades de uma família recasada, como é o caso deles: *“alguma vez que outra se dão uma bicadinha, mas isso acontece, toda família, com pai, com mãe, com madrasta, com padrasto, acho que isso é normal”*(P).

Hellen e Ronaldo tentaram engravidar antes dos enteados irem morar com o casal: *“a gente tentou e eu perdi. Foi um trauma não muito bom pra mim. Eu fiz acompanhamento psicológico também. Me abalou muito, pelo fato de quando tu quer muito alguma coisa e tu não consegue, dá uma frustrada”* (M). Com a nova responsabilidade a partir da chegada dos enteados, Hellen e Ronaldo referiram não pretender ter filhos do casal naquele momento. Segundo Hellen, atualmente, uma gravidez não seria o ideal: *“no momento, [...] a gente não pensa em tentar de novo, justamente porque a gente tá numa fase de adaptação ainda com os*

dois em casa, e porque até a gente acha que financeiramente, ter agora uma criança, com os dois precisando mais do nosso apoio. Então, a gente prefere dar um suporte a mais pra eles e ter mais condições de bancar eles pra mais coisas do que a gente se apertar com uma criança” (M).

Relação madrasta-enteados

Para Hellen, a relação dela com as crianças sempre foi boa. Como eles eram muito pequenos no início do relacionamento, um ano e quatro anos, houve um cuidado de apresentá-la como amiga, para depois dizer que era namorada do pai : *“No início, a gente apresentou como amiga do pai, até eles começarem a entender que a amiga era namorada do pai, coisa assim. Depois, foi bem tranquilo, a gente sempre teve uma relação muito boa, eu e as crianças”*. Outro fato que também ajudou Hellen, foi ela ter uma proximidade e gostar de crianças: *“Foi bem tranquilo, porque eu sempre gostei de criança, não tem um problema com relacionamento com crianças. Foi bem tranquilo em relação a conhecer eles, a adaptar, né”*. Ronaldo também sempre percebeu a relação das crianças com ela como boa: *“Eles sempre se deram super bem, desde pequenininho. Desde pequenininho, o Luan só dormia agarrado na Hellen. O Luan conheceu a Hellen, tinha um ano e meio, era bebê ainda. Então, assim, eles sempre tiveram um relacionamento muito bom, tanto o relacionamento da Hellen com as crianças, quanto das crianças com a Hellen”*.

Hellen conta, que houve uma fase, que a Luma, mais ou menos com cinco anos, tinha algumas atitudes de confrontação com Hellen, momentos em que não queria obedecê-la: *“Ela (Luma) já tava naquela fase dos 5 aninhos, que já dizia: ‘Não, não vou fazer. Não quero fazer’, mas ali depois a gente tirou de letra. Com uma conversa, a gente foi explicando que não era assim, que a tia era amiga, que não tava fazendo por mal, que tinha que tomar banho, explicava porque tinha que tomar banho” (M)*. Hellen diz que os problemas em relação às crianças sempre foram fáceis de resolver, através do diálogo eles conseguiam solucionar: *“Sempre foi na conversa, nunca tivemos problema com isso. A gente achou que ia dar um probleminha, mas conseguimos contornar” (M)*.

Após a mudança para morarem juntos, Ronaldo refere que o cuidado integral traz dificuldades a mais: *“Ela teve um pouco mais de dificuldade agora, quando ela começou a ser mãe 24h, em casa. Um casal solteiro, com as obrigações de dentro de casa é uma coisa, agora um casal com dois filhos já crescidos como eles, é totalmente diferente. Já aumenta a responsabilidade, roupa, comida, é aula, é caderno, mas eles sempre se deram muito bem”*

(M). Apesar das tarefas extras, Hellen refere um sentimento positivo entre os quatro, com muita liberdade e intimidade: *“A gente tem um carinho bem legal entre todos, de chegar, abraçar, beijar, fazer cosquinha, quando tem que brigar, briga”* (M).

Ronaldo percebe a relação da Hellen com as crianças como uma relação de mãe e filhos: *“Eu já entendo a Hellen como sendo uma mãe pras crianças, apesar de não ser mãe de sangue”* (P). Ronaldo compara sua relação com sua mãe, com a relação que seus filhos têm com a madrasta: *“Eles procuram a Hellen, como a mãe. Antigamente, [...] queria alguma coisa, a gente não podia chegar no pai, chegava sempre na mãe, pra mãe pedir pro pai, e eu acho que eles adotaram de certa forma”* (P).

Quanto à forma de chamar a Hellen, o casal sempre incentivou que a chamassem de “tia” ou pelo nome. Mesmo que Hellen pense que seu papel é semelhante ao de materno, ela se diferencia da pessoa da mãe: *“Porque a gente acha que mãe a gente só tem uma, por mais que a gente goste muito de uma pessoa, que o afeto pode parecer com o de mãe, mas mãe é uma só”* (M). A idade em que as crianças conheceram Hellen pode ter contribuído para que os papéis de mãe e madrasta se sobrepusessem, de modo que as crianças a chamavam de “mãe”: *“Apesar das crianças chamarem ela, desde pequenininho, de mãe, eu sempre disse, não é mãe de vocês, é madrasta, chamem de tia”*(P). Luma sempre chamou a madrasta de tia, já Luan adaptou esse termo, chamando-a também de “boadrasta” ou “mãedrasta”: *“Eu que inventei, porque ela é boa pra mim. Eu levo ela como uma mãe, é tipo isso”* (F).

Caso: 3

Gabriela (madrasta, 32 anos) conhecia Carlos (pai, 57 anos) quando ele ainda era casado com a mãe das suas duas filhas, Aline e Mariana (gêmeas de 17 anos), e ela estava em um outro relacionamento. Gabriela foi embora da cidade com seu namorado da época, mas retornou após o relacionamento não dar certo. Quando regressou à cidade, Carlos já estava divorciado e eles se aproximaram. O relacionamento deles iniciou após aproximadamente 2 anos do divórcio de Carlos, e, na época as filhas dele tinham nove anos. As meninas sempre moraram com o pai após a separação, e Gabriela foi morar com eles depois dois anos de relacionamento, quando as enteadas estavam com 11 anos. O pai possuía a guarda unilateral das filhas do primeiro casamento e, no momento da coleta de dados, o casal Gabriela e Carlos tinha um bebê de 9 meses. A mãe das meninas havia falecido há 2 anos. Antes disso, as meninas tinham um contato pouco frequente com a mãe, que morava próxima à casa delas. A mãe e a madrasta não possuíam uma relação próxima, tendo um contato esporádico.

Processo de adaptação da família

Gabriela já sabia que Carlos tinha filhos antes de começar o relacionamento. Refere não ter pensado na possibilidade de ter um relacionamento sério com ele em função disso: “*eu até era meio preconceituosa: ‘Ah não, ele já tem duas filhas. Ele é muito mais velho [25 anos mais velho], não vou querer’. Mas daí, a gente ficou, foi saindo, foi saindo, daí acabou se relacionando*” (M). Quando começaram o relacionamento, ela estranhou o fato de ele ter duas meninas, Mariana e Aline, que moravam com ele: “*Eu achava estranho, elas duas, meninas ainda, sem a mãe. Porque elas não tinham ficado morando com a mãe e sim com o pai*” (M).

Antes de morarem juntos, Carlos morava com as duas filhas e a babá. Quando a babá precisou sair, eles pensaram que Gabriela já tinha intimidade com a família, passando muito tempo com eles, então, decidiram morar todos juntos: “*Quando eu cheguei para morar aqui, era assim, quando a mãe delas saiu, as duas ficaram como se fossem as donas da casa. [...] Quando eu cheguei quem dormia com ele eram as duas*” (M). Depois da ida de Gabriela para a casa da família, eles precisaram reorganizar o sistema familiar: “*Daí, a gente se organizou. Eu continuei trabalhando, ele no restaurante, elas na escola, mas daí sob o meu comando em casa. Daí mudou tudo*” (M). Gabriela foi responsável por algumas mudanças na organização da casa: “*Cada uma foi pro seu quarto. Claro, aos poucos, a gente foi indo. Aí eu fui organizando a casa, as coisas, que era tudo meio assim*” (M). As meninas foram comunicadas pelo pai que Gabriela iria morar com elas: “*A gente avisou para elas que a gente ia trazer a Gabriela, que ela ia ficar morando aqui com a gente. Foi uma reação muito boa delas no início*” (P). Mariana (filha) conta sobre algumas mudanças de quando Gabriela foi morar com elas: “*A casa era totalmente uma zona, horrível, daí ela arrumou tudo. Tinha umas coisas perdidas até da minha mãe aqui antes, daí ela mudou tudo*” (F1). Aline (filha) conta que não foi uma adaptação fácil: “*Vários desafios, várias etapas que a gente passou. Vem uma pessoa totalmente desconhecida, meio desconhecida que foi lá e entrou, impondo ordem e tal. Foi bem difícil, no início foi bem difícil*” (F2). Mas também vê pontos positivos da mudança de Gabriela para a casa da família: “*Antes da Gabriela vir, a gente passou um tempo sem ninguém em casa, e o pai daquele jeito, né. Então, a gente tava assim, meio que largada, sabe. Então, pra Gabriela impor ordem, ter aquela imagem de mãe dentro de casa, foi bem importante isso, pro nosso desenvolvimento também*” (F2).

Sobre morar junto com as crianças Gabriela achou um desafio diferente dos que ela já havia vivido, mas não ruim: “*abraçar duas adolescentes não foi difícil, eu fui indo. Até achei, como vou te dizer, um desafio: ‘Vamos lá e vamos ver como eu me viro’. Mas pra mim foi bom*” (M). Gabriela sempre pensou em ter uma família, o que facilitou a ideia de ter enteadas:

“Era uma ideia de família que eu sempre quis. Claro que eu não imaginava que eu ia ter, me relacionar com duas filhas de nove anos e que eu tivesse que morar com elas. [...] Eu encarei como um desafio e fui. Pra mim foi bom” (M).

Depois de alguns anos morando juntos, Gabriela conta que o relacionamento entre os quatro é tranquilo, como uma família comum: *“hoje tranquilo, como uma família normal. Não tem essa coisa de ‘Ah, ela é minha madrasta. Ela é má, isso e aquilo’. Não, a gente tem briga, normal, que nem mãe tem com filho. [...] É bem boa a convivência” (M).* Aline concorda que a relação melhorou depois da fase de adaptação, *“Eu sinto que agora a gente tá mais, menos as brigas, a gente estabilizou mais a relação. Não é aquele inferno, que a gente tava sempre brigando” (F2).*

Gabriela sempre quis ter filhos e Carlos também gostaria de ter outros. Então, planejaram a gravidez da filha do casal (Joana), mas sempre pensando em como as meninas se sentiriam: *“Antes eu já tinha conversado com elas. Pelo que elas comentavam e elas eram muito crianças, eu pensava não, não é a hora de ter filhos. [...] Daí a gente esperou até elas ficarem um pouquinho maiores, pra não ter muito conflito, como eram sempre as duas, né” (M).* No momento da entrevista, Joana estava com nove meses: *“Depois elas ficaram mais maduras, daí era a hora certa e aconteceu. E era a hora mesmo, porque agora tá bem tranquilo, porque tirando esses conflitinhos, de coisa de casa, ficou tudo tranquilo” (M).*

Relação madrasta-enteados

No início do relacionamento, Gabriela saía junto com Carlos e as meninas, mas elas ainda não sabiam que estavam namorando e as pediram que Gabriela namorasse o pai delas: *“A gente foi no banheiro do shopping, uma coisa assim, e elas pediram o que que eu achava de namorar com o pai delas. Mas daí, claro, eu fingi que ‘Ah, pode ser, quem sabe. A gente é amigo’. Então, no início, elas meio que aprovaram, assim. Foi uma coisa que elas mesmo pediram” (M).* Carlos diz que acha que foi uma boa estratégia para as meninas: *“não no intuito de enganar, mas com o intuito de ver qual seria a reação delas. Daí chegou um momento que até elas pediram pra Gabriela pra gente namorar e foi aceito normal” (P).*

Gabriela foi a primeira namorada que Carlos apresentou às meninas. Por esse motivo, ela teve que lidar com muitas questões delas com a mãe, além do ciúme das filhas com relação a Carlos, principalmente da Aline: *“Ela era muito apegada com ele, e daqui a pouco, eu chegando, eu era uma ameaça para ela” (M).* Carlos conta que elas sempre foram apegadas a ele: *“Brigas de ciúme de pai, que, mesmo antes de eu me separar elas sempre foram muito agarradas comigo” (P).* Gabriela atribui a esses vários fatores as dificuldades

encontradas no início do relacionamento: *“Tinha um somatório de coisas que ia acabar acarretando com a minha convivência com elas, que eu ia ter que lidar. [...] Quando eu era bem mais nova [tinha 25 anos quando iniciou relacionamento com Carlos], tudo isso foi muito complicado para mim. Eu não tinha um amadurecimento”* (M).

Gabriela diz não se sentir nem madrasta nem mãe das enteadas: *“Eu não fazia papel de madrasta, sabe. Eu acho que fazia o papel daquela irmã mais velha chata. Eu era bem isso. Quando elas falavam alguma coisa que eu não gostava, eu falava. Não era como uma mãe, não era muito polida, assim”* (M). As meninas reconheciam seu papel como semelhante ao de mãe mesmo que ela não considerasse que realizasse esse papel, mas sempre a chamaram pelo nome ou apelido: *“Eu não considerava filha. Nenhuma me chamou de mãe, nada disso. Elas sempre diziam: ‘Tu faz o papel de mãe’. Isso tinha bem claro na cabeça delas”* (M). Aline diz sentir como se Gabriela fosse sua mãe, principalmente após a morte da sua mãe, há dois anos: *“Como minha mãe faleceu ano passado, ano retrasado, agora eu trato ela como uma mãe, por não ter mais a minha aqui”* (F2). O fato de as meninas não terem a mãe, pode facilitar que reconheçam a madrasta como uma referência materna.

Aline hoje percebe seu relacionamento com a madrasta de outra forma, como parte da mesma família: *“Agora a gente se dá bem, mesmo tendo as brigas, eu acho que isso é normal, mesmo em todas as famílias. E por ela fazer o papel de mãe também, por ter essas brigas, de ‘Ai, faz isso, faz aquilo. Tu não estudou’”* (F2). Mariana está tão familiarizada que não consegue imaginar a vida sem a madrasta, mesmo que às vezes ainda existam conflitos em casa: *“Tipo, até às vezes eles (casal) brigam entre si, e ele fala: ‘Vou arrumar outra madrasta pra vocês’. Daí eu: ‘Não, não imagino outra’. Às vezes, eu me irrita com a Gabriela, quero que ela exploda, mas não consigo pensar em outra”* (F1).

Aline e Mariana, em seus desenhos, coloraram como membros da família o pai, a madrasta com a irmã bebê no colo, as duas meninas e o cachorro de estimação, assim considerando a madrasta como parte da sua unidade familiar. Além deles, Mariana conforme ia lembrando, foi adicionando outros membros familiares, mas utilizou cores diferentes para distinguir o núcleo familiar mais íntimo e das outras pessoas também importantes para ela, colocando em verde a tia (irmã de Gabriela), a mãe de Gabriela, o tio (cunhado de Gabriela) e a prima (sobrinha de Gabriela). No desenho sobre um momento com a madrasta, Aline as desenhou dançando, *“Foi da última festa que a gente foi, que a gente ficou dançando. E sempre que a gente vai em festa, a gente dança junto”* (F2). Já Mariana gosta de sair com a madrasta para fazer compras, então, descreveu seu desenho como *“Sair, ir nas lojas, procurar roupa para uma festa”* (F1).

Discussão

Considerando os resultados encontrados nessa pesquisa, são muitos os desafios das famílias recasadas, há um processo de adaptação da família como unidade familiar, concomitantemente com a aceitação individual de cada membro sobre a ideia da família que estão formando e as implicações que possam existir com a convivência. Essa situação pode ser conturbada no início, mas conforme a passagem do tempo, com a persistência dos membros e o desejo de que dê certo existe a possibilidade de tornarem-se uma família. Ao focar na adaptação da rotina das famílias no momento da coabitação, percebe-se que todas elas precisaram de um tempo inicial para considerar-se uma família “normal”.

Ao ser solicitado fazer o desenho da família, Luan não quis participar dessa etapa. Pode-se atribuir isso, ao fato que Luan está em uma família onde a mãe é uma das mais presentes entre os três casos, ele também possui padrasto e outros irmãos da nova relação da mãe, o que pode dificultar o seu conceito de família. Soares (2012) fala que a uma das dificuldades da família recasada é delimitar quem faz parte do seu sistema familiar, tendo incerteza sobre qual critério utilizar no momento de responder esse tipo de pergunta.

Por meio da análise dos dados obtidos nas entrevistas com as três famílias participantes, em relação ao primeiro impacto sobre paternidade dos futuros parceiros, as madrastas receberam a notícia como uma surpresa. Gabriela que já sabia sobre a existência das enteadas, em um primeiro momento não imaginava ter um relacionamento com alguém que tivesse uma família formada. Esse exemplo torna evidente que as madrastas sabiam das possíveis implicações do relacionamento em que um do casal já possuía filhos. Em um primeiro momento, é necessário que seja aceito um novo modelo de família, com fronteiras mais permeáveis. De acordo com Carter e McGoldric (2001) nem sempre esse casal terá a privacidade para desenvolver sua conjugalidade, sem simultaneamente, ter alguns atravessamentos derivados da presença dos filhos, que assim como o novo relacionamento, precisam de atenção e cuidados.

No caso das famílias 1 e 3, as duas madrastas acharam diferente o fato do pai ficar com a guarda dos filhos, isso porque há uma crença errônea de que a relação mãe e filho é mais importante proporcionando um desenvolvimento mais saudável, sobrepondo-se à relação pai e filho. Ainda que a sociedade e a família tenham passado por mudanças, as quais exigiram uma maior divisão de tarefas entre homens e mulheres, o que proporcionou o

crescimento de pesquisas que estudem a paternidade, a maioria ainda é realizada utilizando um enfoque materno (Borsa & Nunes, 2011). Em um estudo realizado por Matos e Magalhães (2019), com oito pais cariocas, de média renda, que coabitavam com a mãe do bebê, concluiu que o papel parental tem sido revisto, não sendo tão presente nos seus discursos a relação pai-provedor, mas ainda a relação mãe-cuidadora é fortemente valorizada pelos participantes.

A madrasta da Família 3 enfatizou em sua fala que estranhava o pai ficar com a guarda das duas meninas e não a mãe, uma referência feminina. Paquette e Dumont (2013) em sua pesquisa, relatam haver um envolvimento maior masculino com filhos homens, proporcionando uma maior abertura do mundo a eles. Os pais também são mais envolvidos nas atividades como brincadeiras dos filhos do que em relação às filhas. Em contrapartida, uma pesquisa com 44 famílias de um bairro de classe popular de Vitória, no Espírito Santo, não encontrou diferenças relevantes na criação de meninos e meninas. Os pais participantes da pesquisa consideram que a educação para ambos seria a mesma, possuindo o mesmo tipo de preocupação e orientação independente do sexo. Para Nascimento e Trindade (2010), isso significa que tanto homens e mulheres podem ter êxito na criação dos filhos, sejam eles meninos ou meninas.

Nos três casos, os participantes relataram que o vínculo entre madrasta e enteado começa antes mesmo da coabitação, a partir do momento em que conhecem as crianças e começaram a conviver com elas. Como salientam Soares, Souza e Cardoso (2015), que a convivência é um fator relevante para que madrastas e enteados construam sua relação, o que é intensificada conforme a passagem do tempo e depois com a coabitação. No momento em que as madrastas entram na família dessas crianças, há uma mudança não apenas do seu espaço físico e da rotina dentro de casa, mas também na organização da estrutura enquanto sistema familiar. A esse respeito, Muniz e Eisenstein (2009) têm a concepção de família em um sistema mutável. A cada alteração, seja ela nas fases de desenvolvimento individuais até mesmo na entrada ou saída de algum membro, serão necessárias modificações que conduzam o sistema familiar adaptar-se na nova estrutura, sendo imprescindível o ajustamento de todos os envolvidos.

Os enteados e as madrastas viram a mudança como “complicada” no início, mas depois conseguiram ver como positiva, podendo identificar o final do processo, como sendo uma “família normal”. Assim como ressaltam Carter e McGoldric (2001), que uma família precisaria de dois a três anos para o ajustamento de uma nova estrutura familiar. Consentindo com essa ideia, os adolescentes participantes do estudo de Souza (2000) relataram que o

tempo de adaptação durou de três a quatro anos para que diminuíssem os conflitos, a compreensão da separação e uma relação positiva com os pais e seus novos relacionamentos.

Soares et al. (2015), ressaltam que o passar do tempo também pode ajudar a quebrar o distanciamento inicial, normalmente marcado por receio, preconceitos e ciúmes, permitindo que seja estabelecida uma relação onde haja uma identificação entre a madrasta e o enteado. Concordando com a pesquisa anterior, o estudo de Costa e Dias (2012), com famílias recasadas, verificou que a dificuldade do funcionamento familiar não está relacionada à composição familiar em si, mas sim na relação entre os seus membros, já que passados alguns anos, o nível de integração familiar aumenta, fazendo com que se considerem uma unidade.

No caso das famílias recasadas, onde era composta por pai e filhos, agora com a nova esposa do pai, cabe a ele, inicialmente dar espaço para essa nova mulher entrar no sistema até então constituído. A partir disso, Neves (2016), esclarece que o pai deve introduzi-la à família, explicando as crianças que será um novo lugar e não de substituição de alguma parte já existente. No caso de Carlos (caso 3), há um exemplo, que explica que mesmo não sendo a mãe, a madrasta merece o respeito das enteadas. Também se percebe nos casos 2 e 3 pela maneira em que eles contaram para as crianças, introduzindo a madrastas aos poucos dizendo que era amiga da família, conforme passando o tempo criando mais intimidade, ia crescendo sua importância na relação. Nota-se nos três casos que os pais deram abertura para as madrastas desenvolverem um relacionamento com as crianças. Condizendo com essa ideia, o estudo de Murtorinne-Lahtinen e Jokinen (2017) investigou como madrastas finlandesas sentiam-se pertencentes ao grupo familiar. Dentre os vários subsistemas investigados, a relação com os enteados foi considerada a mais difícil, pois ela depende de que os pais autorizem, simbolicamente, que seus filhos tenham relacionam-se com ela. O fato da família do caso 1 fazer a mudança devagar, levando suas coisas aos poucos fez com que também fosse gradual os cuidados com o enteado. Na família do Caso 2 os filhos já tinham uma intimidade com a madrasta durante o namoro do pai, podendo ajudar no processo de coabitação, já que pareciam que seus problemas eram mais sobre combinação de horários e as questões escolares, e não tanto sobre o relacionamento.

Nas famílias dos Casos 1 e 3, onde a madrasta foi morar com o esposo e filhos, os enteados comentaram que as madrastas ajudaram a organizar a vida deles. Miguel conta que a vinda da madrasta melhorou tudo, enquanto Aline sentia que a família andava “largada” antes da madrasta ir residir com eles. Esse resultado corrobora com a pesquisa realizada por Silva, Trindade e Junior (2012), que analisou as representações sociais de conjugalidade em casais recasados e concluiu que os homens parecem apresentar a necessidade de uma parceria

conjugal para a organização da vida emocional, familiar e profissional. Aqui se pode associar ao tempo para a realização o novo casamento, nas famílias do Caso 1 e 2, o relacionamento aconteceu meses após o divórcio, e a coabitação entre um e dois anos após o final do primeiro casamento, consentindo com outras pesquisas, realizadas por Dantas, Féres-Carneiro, Machado e Magalhães (2019), Féres-Carneiro (2003) e Silva et al. (2012), que concluem que homens precisam de menos tempo para envolver-se em um relacionamento amoroso. No caso da Família 3 o relacionamento aconteceu dois anos após o divórcio de Carlos, mas ele obtinha ajuda de babás e cuidadoras durante esse período.

Sobre a nomenclatura “madrasta” as famílias associaram com as madrastas más dos contos de fadas, tentando se distanciar desse papel. Um exemplo disso é a fala da Andressa, tratando de forma aberta com Miguel sobre não gostar do termo. Luan que utiliza de uma forma adaptada, pois vê Hellen de maneira oposta às madrastas dos contos de fadas, e à Gabriela que utiliza a palavra “má”, relacionada ao termo madrasta. Referindo-se à mulher que se relaciona com alguém que tenha filhos, Golberg (2010), esclarece que elas já entram em uma relação onde são suspeitas de ser alguém que quer roubar o lugar do ser mais sagrado da sociedade, a mãe. Elas precisam provar o tempo inteiro que não são feiticeiras malvadas, que não pretendem ocupar o espaço destinado a outra pessoa, fazendo um esforço extraordinário para não cometer nenhum deslize que possa parecer que ela assumiu o papel de má que a sociedade lhe impõe. Oliveira e Mello (2016), enfatizam essa ideia, com um estudo, com quinze crianças com idades entre 5 e 11 anos, de classe média e alta, residentes na cidade de Caxias do Sul-RS, que responderam entrevistas sobre o imaginário diante do papel da madrasta nos contos de fadas. O estudo concluiu que os contos de fadas ainda afetam o imaginário infantil, retratando o papel da madrasta de maneira bastante negativa. As crianças menores utilizaram adjetivos referentes às suas características físicas, enquanto, as maiores descreviam suas personalidades. Quanto à palavra “madrasta”, Bucher e Rodrigues (2012), dizem que no Brasil, o termo tia tem sido utilizado como um substituto à nomenclatura madrasta, como forma de amenizar os efeitos do nome em relação ao papel realizado por ela, na tentativa de facilitar interações mais saudáveis, descaracterizando as madrastas dos contos de fadas. Ve-sê esse um artifício utilizado pela família do Caso 2, a qual as crianças eram menores quando o pai iniciou o novo relacionamento, ensinando os filhos a chamarem a Hellen de tia, por não gostarem do termo madrasta, nem padrasto e por não quererem utilizar a nomenclatura mãe relacionada à figura da madrasta. Soares (2012) ressalta que uma das maiores dificuldades em famílias recasadas é como nomear esses novos integrantes do sistema familiar de uma forma que os vínculos fiquem claros.

Em relação aos conflitos de lealdade que podem aparecer quando há duas figuras desempenhando papéis semelhantes, Carter e McGoldric (2001) falam que alguns conflitos entre madrastas e enteadas podem ser comuns em casos que as filhas sentem a necessidade de proteger o lugar da mãe, para que não ocorram divergências nos papéis exercidos pelas duas figuras femininas. Semelhante com uma pesquisa realizada por Falcke e Wagner (2000) com 50 mães e 50 madrastas, de nível sócio econômico médio, residentes na cidade de Porto Alegre, objetivou investigar a relação entre os mitos sociais referentes aos papéis de mãe e madrasta, e o nível de autoconceito das mulheres que desempenham esses papéis, encontrou diferenças nas respostas entre mulheres casadas com viúvos e casadas com divorciados ou separados. As primeiras acreditavam, que a madrasta poderia amar seus enteados como uma mãe ama os filhos, resposta que foi menos frequente no segundo grupo. Isso pode mostrar que existe menos dificuldade em assumir um papel parental, quando não há outras pessoas realizando a mesma função. Assim como Aline (Caso 3) conta que após a morte da mãe, consegue ver a madrasta como se fosse uma mãe para ela, reafirmando a dificuldade em ter duas pessoas cumprindo as mesmas funções.

O estudo realizado por Vuchinich, Hetherington, Vuchinich e Clingempeel (1991) que visava examinar as diferenças de gênero na adaptação dos adolescentes a famílias recasadas onde a guarda era da mãe, concluiu que as meninas tinham mais dificuldades no processo de adaptação em relação aos meninos e seus padrastos, sugerindo que meninas podem ter mais dificuldade em se adaptar, sendo indiferente a relação ser com padrastos ou madrastas. Em contrapartida, a pesquisa de Crohn (2010), com 19 jovens adultas, que tinham um bom relacionamento com suas mães e madrastas, concluiu que 10 delas podiam contar suas experiências sexuais para suas madrastas, enquanto nenhuma falava com sua mãe sobre o assunto. Mesmo com menos idade do que as participantes da pesquisa referida anteriormente, Aline que diz falar “coisas de meninas”, incluindo o assunto sobre meninos com a madrasta, mostrando uma confiança e intimidade na relação madrasta e enteada, e confirmando que ela pode ser positiva.

Considerações finais

Cada vez mais os novos valores sociais têm uma interferência direta com as relações familiares. Mesmo que homens e mulheres enfrentem desafios diferentes na sociedade, e existam muitas ações de valorização da figura paterna como alguém capaz de assumir de forma a educação dos seus filhos, ainda há uma longa jornada para uma efetiva igualdade de

gênero. Assim como os pais que têm a guarda dos filhos causa um grande estranhamento, a relação do padrasto que cuida dos filhos da esposa é considerada admirável, por assumir a criação dos mesmos. Nesse sentido, pode-se pensar sobre a questão da madrasta, que parece estar em lugar de apoio ao pai, ao mesmo tempo que é cobrada a assumir o papel parental ainda tem o estigma dos contos de fadas, reforçados pela nomenclatura utilizada para designar a mulher do pai.

A respeito da mãe das crianças e famílias participantes o mesmo impacto que existe quando a guarda é do pai, é o porquê de ela não ser da mãe, podendo estigmatizar essas famílias como possuidora de uma problemática que fizesse com que assumisse essa configuração. A preocupação com a falta materna mostra uma questão cultural e social muito forte acerca da maternidade, reproduzida pelos próprios pais e madrastas que participaram do estudo, mesmo ambos tendo clara a ideia de que o papel da mãe é realizado por outra figura parental, a madrasta. Isso torna evidente a necessidade de ações de conscientização sobre a diversidade de configurações familiares, para que nas famílias que não possuem uma configuração tradicional, não percebam que isso trará consequências negativas para os filhos e que não sejam nem se sintam responsabilizados por isso.

Em função do pequeno número de famílias participantes, os resultados encontrados não podem ser generalizados para todas as famílias recasadas, com madrastas. Contudo, mostra a perspectiva dessas famílias, suas experiências e desafios, favorecendo a uma aproximação da realidade vivenciada.

A partir do exposto, atentou-se para o fato da madrasta possuir um papel que pode ser fundamental na família, contrariando o estigma da família recasada associada à insatisfação ou infelicidade dos enteados. O estudo também visou trazer visibilidade para a figura da madrasta, que pode assumir várias facetas, além da madrasta má dos contos de fadas.

Referências

- Alves, A. P., Arpini, D. M. & Cúnico, S. D. (2014). O exercício dos papéis parentais na guarda compartilhada. *Psicologia e argumento*, v. 32, n. 79, pp. 61-70.
- Bakman, G. (2018). Notas sobre ser um avô no século XXI. *Arquivos brasileiros de psicologia*, Rio de Janeiro, v. 70, n. 2, pp. 96-110.
- Borsa J. C. & Nunes, M. L. T. (2011). Aspectos psicossociais da parentalidade: O papel de homens e mulheres na família nuclear. *Psicologia Argumento*, v. 29, n. 64.
- Braun, V. & Clarke, V. (2006). Using thematic analysis in psychology. In: Braun, V. & Clarke, V. (2006). *Qualitative Research in Psychology*, v. 3, n. 2, pp. 77-101.
- Breakwell, G. M. & Rose, D. (2010). Teoria, método e delineamento de pesquisa. In Breakwell G. M., Hammond, S., Fife-Schaw, C. & Smith, J. A. (2010). *Métodos de Pesquisa em Psicologia*, 3ª ed., pp. 21-41. Porto Alegre: Artmed.
- Bucher, J. S. N. F. & Rodrigues, M. A. M. (2012). Recasamento e recomposição familiar: questões metodológicas, de linguagem e das teorias. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, Brasília, v. 6, n. 2, pp. 155-169.
- Campos, E. P. (2004). Suporte social e família. In Mello Filho, J. (2004). *Doença e família*. pp. 141-161. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Carter, B. & McGoldric, M. (2001). *As mudanças no ciclo de vida familiar*. Porto Alegre: Artes médicas.
- Conselho Federal de Psicologia. (2000). *Resolução CFP nº 016/2000 de 20 de dezembro de 2000*. Dispõe sobre a realização de pesquisa em Psicologia com seres humanos. Brasília, DF.
- Costa, J. M. & Dias, C. M. S. B. (2012). Famílias recasadas: mudanças, desafios e potencialidades. *Psicologia teoria e prática*, São Paulo, v. 14, n. 3, pp. 72-87.
- Crohn, H. M. (2010). Communication About Sexuality With Mothers and Stepmothers From the Perspective of Young Adult Daughters. *Journal Divorce & Remarriage*, pp. 348-365.
- Dantas, C. R. T., Féres-Carneiro, T., Machado, R. N. & Magalhães, A. S. (2018). Tríade madrastra-enteado-mãe: reflexões acerca da maternidade. *Psico*, v.9, n.1.
- Dantas, C. R. T., Féres-Carneiro, T., Machado, R. N. & Magalhães, A. S. (2019). Psicologia Clínica e Cultura Repercussões da Parentalidade na Conjugalidade do Casal Recasado: Revelações das Madrastas. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, v.35.
- Dessen, M. A. & Braz, M. P. (2000). Rede Social de Apoio Durante Transições Familiares Decorrentes do Nascimento de Filhos. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*. v. 16 n. 3, pp. 221-231.
- Falcke, D. & Wagner, A. (2000). Mães e madrastas: mitos sociais e autoconceito. *Estudos em psicologia*, Natal, v. 5, n. 2, pp. 421-441.

- Féres-Carneiro, T. (1998). Casamento contemporâneo: o difícil convívio da individualidade com a conjugalidade. *Psicologia, Reflexão e Crítica*, Porto Alegre, v. 11, n. 2, pp. 379-394.
- Féres-Carneiro, T. (2003). Separação: O doloroso processo da dissolução da conjugalidade. *Estudos de Psicologia*, Natal, n.8 v.3, pp.367-374.
- Gil, A. C. (2008). *Métodos e técnicas de pesquisa social*. São Paulo: Atlas. 6. Ed.
- Golberg J. P. (2010). *Atuação Social e Científica de Jacob Pinheiro Goldberg*. Ed. Jacob Pinheiro Goldberg.
- Gonçalves, L. S. M. (2012). Entre desafiadora e má: Uma análise das representações simbólicas das madrastas em contos de fadas. In: *Anais do III Congresso Internacional de Leitura e Literatura Infantil e Juvenil*. Porto Alegre: EDIPUCRS.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, (2017). *Família e Domicílio*. Recuperado de <https://www.ibge.gov.br/index.php>
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2010). *Família e Domicílio*. Recuperado de <https://www.ibge.gov.br/index.php>
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2018). *Família e Domicílio*. Recuperado de <https://www.ibge.gov.br/index.php>
- Joly, M. (1994/2007). Introdução à Análise da Imagem, Lisboa, Ed. 70.
- Lobo, C. (2009). Parentalidade social, fratrias e relações intergeracionais nas recomposições familiares. *Sociologia, Problemas e Práticas*, n. 59, pp. 45-74.
- Matos, M. G. & Magalhães, A. S. (2019). Ser pai na contemporaneidade: demandas contraditórias. *Psicologia Revista*, São Paulo, v. 28, n.1, pp. 151-173.
- Muniz, J. R. & Eisenstein, E. (2009). Genograma: informações sobre família na (in)formação médica. *Revista Brasileira de Educação Médica [online]*, 33 (1), p. 72-79.
- Murtorinne-Lahtinen, M. & Jokinen, K. (2017). Stepmothers' constructions and negotiations of belonging. *Journal Divorce & Remarriage*, pp. 51-66.
- Nascimento, C. R. R. & Trindade, Z. A. (2010). Criando meninos e meninas: investigação com famílias de um bairro de classe popular. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, v. 62, n. 2.
- Neves, R. P. (2016). *O recasamento em uma situação de divórcio conflituoso*. (Trabalho de conclusão de curso de Especialização em Terapia Relacional Sistêmica). Familiare Instituto Sistêmico.
- Oliveira, I. & Mello, M. M. (2016). A imaginação das crianças diante do papel da madrasta nos contos de fadas. *Diaphora*, Porto Alegre, v. 16, n.1, pp.20-25.
- Paquette, D. & Dumont, C. (2013). The Father-Child Activation Relationship, Sex Differences, and Attachment Disorganization in Toddlerhood, *Child Development Research*, 9 pages, v. 2013.

- Peixoto, C. E. & Luz, G. M. (2007). De uma morada à outra: processos de re-coabitação entre as gerações. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 29, pp. 171-191.
- Pinto, D. P. (2016). *Impactos da recomposição familiar sobre os filhos pela ótica dos profissionais do direito, da psicologia e do serviço social*. (Dissertação de mestrado em Economia Doméstica). Programa de Pós-Graduação em Economia Doméstica, Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, Minas Gerais, Brasil.
- Piovanotti, M. R. A. & Duque, D. (2018). Divórcio, recasamento e a relação entre padrastos e enteados: reflexões endereçadas aos terapeutas de família. *Nova Perspectiva Sistêmica*, n. 61, pp. 100-119.
- Resolução nº 510, de 7 de abril de 2016*. Dispõe sobre a ética em pesquisa com seres humanos. Brasil. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 24 maio 2016. Seção 1. pp. 44-46.
- Sanner, C., Ganong, L., Coleman, M., Kang, A. & Chapman, Y. (2019). Building Family Relationships With Inherited Stepgrandparents. *Family Relations: Interdisciplinary Journal of Applied Family Science*. v. 68, ed.4.
- Santos, M. E. F. (2019). *Coparentalidade: a evolução do conceito de família no Brasil*. (Trabalho de conclusão de curso). Universidade Tiradentes, Aracaju, Brasil.
- Scholz, A. L. T. & Bottoli, C. (2019). Filiação no contexto do recasamento. *Pensando famílias*, Porto Alegre, v. 23, n. 1, pp. 167-182.
- Silva, P. O. M., Trindade, Z. A. & Junior, A. S. (2012). As representações sociais da conjugalidade entre casais recasados. *Estudos de Psicologia*, n.17, v.3, p. 435-443.
- Soares, L. C. E. C, Souza, F. H. O. & Cardoso, F. S. (2015). Convivência familiar em três cenários: acolhimento institucional, famílias recasadas e violência doméstica. *psicologia e Argumento*, v. 33, n. 82, pp. 330-345.
- Soares, L. C. E. C. (2012). “Você não é meu pai!”: atribuições de padrastos e madrastas em famílias recasadas após separação conjugal. *Estudos e Pesquisas em Psicologia* (UERJ), 12(1), 319-326.
- Souza, R. M. (2000). Depois que papai e mamãe se separaram: Um relato dos filhos. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, n. 16, v. 3, pp. 203-211.
- Vasconcellos, M. J. E. (2013). *Pensamento Sistêmico: o novo paradigma da ciência*. Campinas, SP: Papyrus.
- Verças, A. R. V. (2012). *A coparentalidade e o apoio social, em situação de ruptura conjugal e o ajustamento dos filhos: Estudo com famílias multidesafiadas, com filhos em idade pré-escolar* (Unpublished master's thesis). Universidade Católica Portuguesa, Porto, Portugal.
- Vieira, L., Neumann, A. & Zordan, E. P. (2019). O divórcio e o recasamento dos pais na percepção dos filhos adolescentes. *Pensando famílias*, Porto Alegre, v. 23, n. 1, pp. 121-136.

Vuchinich, S., Hetherington, E. M., Vuchinich, R. & Clingempeel, G. (1991). Parent Child *interaction* and gender *differences*. In early adolescents' adaptation to stepfamilies. *Developmental Psychology*, 27, 618-627.

CONSIDERAÇÕES FINAIS DA DISSERTAÇÃO

O estudo teve como propósito compreender a relação da madrasta e dos enteados, abordando o desempenho de funções parentais e da coparentalidade. Para isso, realizaram-se entrevistas semiestruturadas com três famílias composta por madrasta, pai e pelo menos um filho criança que coabitava com a madrasta. Além das entrevistas, para as crianças e adolescentes participantes, foi solicitado que realizassem dois desenhos: o primeiro foi dada a instrução “desenhe sua família”; e o segundo, foi pedido “desenhe um momento sozinho com a madrasta, fazendo uma atividade que vocês já fazem ou gostariam de fazer”.

A partir dos resultados obtidos através da análise das entrevistas e dos desenhos, percebe-se que durante o período de namoro do pai com a madrasta já havia convivência entre os mesmos, o que pode contribuir para que o relacionamento inicie antes da coabitação. Após a decisão do pai e madrasta morarem juntos, a convivência se intensifica, assim como as mudanças na rotina e no convívio familiar. No início, as famílias apresentaram algumas dificuldades, mas isso faz parte de um processo natural de adaptação às mudanças de um sistema familiar. No final do processo, as famílias conseguiram perceber muitos aspectos positivos a partir da coabitação, tais como ter alguém próximo para conversar, aprender, ter trocas com uma figura feminina, visto que a mãe era distante, assim como a consolidação de uma relação com afeto e carinho.

Quanto às funções parentais, pode-se afirmar que as madrastas participantes do estudo desempenhavam cuidados com os enteados, que variavam desde os necessários para o dia a dia, como acordar as crianças, higiene pessoal, até orientações de comportamento e introdução de valores morais. O envolvimento das madrastas nos cuidados parentais também se mostrou relacionado à idade dos enteados no período da coabitação, visto que a cada estágio do desenvolvimento as crianças e adolescentes necessitam de um tipo de cuidado diferenciado, sendo a infância um período que requer uma atenção mais constante por parte do casal parental.

As madrastas assumiam muitos cuidados em relação a seus enteados, contudo, quando envolvia questões importantes referentes à educação e decisões sobre os filhos dos companheiros ou quando as opiniões eram divergentes, a responsabilidade pela decisão final cabia ao pai. Mesmo que pais e madrastas tivessem participações diferentes nos cuidados relativos aos enteados, ainda configurava coparentalidade entre o casal, o que não era visto entre o casal parental. Com isso, identifica-se que embora compartilhassem com as madrastas o cuidado dos filhos, os pais participantes mantinham-se presentes na vida desses, sem

eximir-se de suas responsabilidades. Considera-se que o fato de ter a guarda dos filhos pode indicar que os pais sejam já predispostos a investir nos cuidados parentais, mais intensamente do que ocorre em um grande número de famílias monoparentais femininas, em que uma grande parte dos homens distancia-se dos cuidados com os filhos, sendo estes delegados em sua maioria às mães.

As mães das crianças e adolescentes do estudo não dividiam os cuidados em relação a esses. A única mãe, mais presente, na vida dos filhos, possuía regras diferenciadas em sua casa, o que demonstra uma falta de comunicação entre o pai e a ex-esposa. Mães e madrastas também não possuíam comunicação entre elas.

A relação entre madrastas-enteados foi descrita como permeada por pequenas brigas, contudo, tais desentendimentos eram percebidos como resultados da intimidade adquirida com a convivência. As famílias também se consideravam uma “família normal”, que tem conflitos assim como qualquer outra. A maioria dos desentendimentos devia-se a questões escolares e de organização da casa.

Para esses pais, o relacionamento com as madrastas deu certo pelo fato de a relação ser positiva para as crianças. Os pais também admiravam os valores que as madrastas consideravam importantes na maneira de educar os filhos. Também houve algumas divergências entre pais e madrastas, que na maioria das vezes eram resolvidas através de conversas e combinações. Duas famílias atribuíram esses problemas à personalidade das madrastas, vendo também uma característica familiar na forma de educar os enteados, através de uma transmissão intergeracional.

Ressalta-se que a pesquisa de cunho qualitativo estuda um fenômeno na sua profundidade, no entanto, os resultados não podem ser generalizados devido a um número menor de casos. As famílias entrevistadas expõem a sua experiência sobre as madrastas que coabitam com seus enteados, as peculiaridades e implicações dessa convivência, todavia não significa que todas as famílias que possuem essa configuração identifiquem-se com a totalidade dos resultados apresentados. Assim, a presente pesquisa pretendeu compreender o assunto a partir da ótica dos participantes.

Em termos dos procedimentos de pesquisa, houve dificuldade de encontrar famílias para participar do estudo. Na maior parte das famílias recasadas contatadas, os filhos residiam com a mãe ou eram adolescentes. Ainda, algumas madrastas aceitavam participar da pesquisa, entretanto recusavam o convite ao considerar a participação dos pais e filhos. As famílias que concordaram em participar do estudo já tinham alguns anos de convivência. Mesmo que em uma das famílias a coabitação fosse mais recente, o relacionamento do casal com as crianças

já tinha dez anos, o que pode ter facilitado a participação dessas famílias no estudo, visto haver uma situação familiar mais estável no momento da pesquisa. O fato de a mãe ser mais distante das famílias participantes também pode ter facilitado a anuência do pai e da madrasta em relação à participação das crianças.

A madrasta mostra-se com um papel importante nas famílias recasadas, assumindo um espaço ativo por coabitar com os enteados. Contrariando estereótipos, a relação madrasta-enteados pode ser positiva para todos os membros da família. Assumir responsabilidades perante as crianças reforça o vínculo entre eles, tornando-se parte de uma unidade familiar.

REFERÊNCIAS

ALVES, A. P.; ARPINI, D. M. O recasamento: o papel da madrasta e sua relação com os enteados. **Contextos Clínicos**, São Leopoldo, v. 10, n. 2, p. 185-196, 2017.

ALVES, A. P.; ARPINI, D. M.; CÚNICO, S. D. O exercício dos papéis parentais na guarda compartilhada. **Psicologia e argumento**, v. 32, n. 79, p. 61-70, 2014.

ATALAIA, S. O Lugar do Padrasto no Quotidiano Familiar. In: WALL, K.; ABOIM, S.; CUNHA, V. (coords.), **A Vida Familiar no Masculino: Negociando Velhas e Novas Masculinidades**, pp.397-455. Lisboa: Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego, 2010.

BASTOS, R. A. S. M.; NOGUEIRA, J. R. Estereótipos de gênero em contos de fadas: Uma abordagem histórico-pedagógica. **Dimensões**, v.36, p. 12-30, 2016.

BATISTA, E. M. P. **Percepção social dos adolescentes sobre a família recasada: uma análise psicopedagógica**. 2015. Trabalho final de Graduação (bacharelado em psicopedagogia) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2015.

BEM, L. A.; WAGNER, A. Reflexões sobre a construção da parentalidade e o uso de estratégias educativas em famílias de baixo nível socioeconômico. **Psicologia em Estudo**, v.11, n°1, 2006.

BORGES, F. C. **A mulher do pai: essa estranha posição dentro das novas famílias**. São Paulo: summus, 2007.

BORSA, J. C.; NUNES, M. L. T. Aspectos psicossociais da parentalidade: O papel de homens e mulheres na família nuclear. **Psicologia e Argumento**. v. 29, n. 64, p. 31-39, 2011.

BRASIL. Lei n.º 5.452, de 1º de maio de 1943. Aprova a consolidação das leis do trabalho. **Diário Oficial da União**, República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 1º maio 1943.

BRASIL. Lei n.º 11.698, de 13 de junho de 2008. Altera os arts. 1.583 e 1.584 da Lei n.º 10.406, de 10 de janeiro de 2002 do Código Civil, para instituir e disciplinar a guarda compartilhada. **Diário Oficial da União**, República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 13 junho 2008.

BRASIL. Lei n.º 6.515 de 26 de dezembro de 1977. Regula os casos de dissolução da sociedade conjugal e do casamento, seus efeitos e respectivos processos, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 26 dezembro 1977.

BRASIL. Lei n.º 13.058, de 22 de dezembro de 2014. Altera os arts. 1.583, 1.584, 1.585 e 1.634 da Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), para estabelecer o significado da expressão “guarda compartilhada” e dispor sobre sua aplicação. **Diário Oficial da União**, República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 22 dezembro 2014.

BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. Resolução n.º 510, de 7 de abril de 2016. **Diário Oficial da União**, República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 24 maio 2016. Seção 1. p. 44-46.

BRAUN, V.; CLARKE, V. Using thematic analysis in psychology. In: BRAUN, V.; CLARKE, V. **Qualitative Research in Psychology**, v. 3, n. 2, p. 77-101, 2006.

BREAKWELL, G. M.; ROSE, D. Teoria, método e delineamento de pesquisa. In: BREAKWELL G. M.; HAMMOND, S.; FIFE-SCHAW, C.; SMITH, J. A. **Métodos de Pesquisa em Psicologia**, 3ª ed., p. 21-41. Porto Alegre: Artmed, 2010.

CANO, D. S.; GABARRA, L. M.; MORÉ, C. O.; CREPALDI, M. A. As Transições Familiares do Divórcio ao Recasamento no Contexto Brasileiro. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, v. 22, n. 2, p. 214-222, 2018.

CARTER, B.; MCGOLDRIC, M. **As mudanças no ciclo de vida familiar**. Porto Alegre: Artes médicas, 2001.

CARTWRIGHT, C. An Exploratory Investigation of Parenting Practices in Stepfamilies. **New Zealand Journal of Psychology**. Vol. 39, n. 1, 2010.

CHURCH E. Who Are the People in Your Family? Stepmothers' Diverse Notions of Kinship. **Journal of Divorce & Remarriage**. V.31, 1999.

COLEMAN, M.; WEAVER, S. E. A mothering but not a mother role: A grounded theory study of the nonresidential stepmother role. **Journal of Social and Personal Relationships**. V. 22:4, p. 477-497, 2005.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Resolução CFP nº 016/2000 de 20 de dezembro de 2000**. Dispõe sobre a realização de pesquisa em Psicologia com seres humanos. Brasília, DF, 2000.

CORSO, D.; CORSO, M. **Fadas no divã: psicanálise nas histórias infantis**. Porto Alegre: Artmed, 2006.

CORSO, D.; CORSO, M. **Psicanálise na terra do nunca**. Porto Alegre: Artmed, 2010.

COSTA, J. M.; DIAS, C. M. S. B. Famílias recasadas: mudanças, desafios e potencialidades. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v.14, n.3, p. 72-87, 2012.

CREPALDI, M. A.; ANDREANI, G.; HAMMES P. S.; RISTOF, C. D.; ABREU, S. R. A participação do pai nos cuidados da criança, segundo a concepção de mães. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 11, n. 3, p. 579-587, set./dez. 2006.

DANTAS, C. R. T. **Conjugalidade e parentalidade no recasamento: narrativas das madrastas**. 2016. Tese de Doutorado. (Programa de pós-graduação em psicologia clínica) - Departamento de Psicologia do centro de ciências humanas, PUC-Rio, Rio de Janeiro, 2016.

DANTAS, C. R.; FÉRES-CARNEIRO, T.; MACHADO, R. N.; MAGALHÃES, A. S. Tríade madrasta-enteado-mãe: reflexões acerca da maternidade. **Psico**, v. 9, n. 1, 2018.

DEBALD, B. S.; SILVA, A. A. A.; OLIVEIRA, M. R. A compreensão do contexto histórico a partir dos contos de fada no século XXI. **Revista Pleiade**, Foz do Iguaçu, v. 14, n. 14, pág. 68-77, 2013.

DIAS, M. O. Um olhar sobre a família na perspectiva sistêmica o processo de comunicação no sistema familiar. **Gestão e Desenvolvimento**, v. 19, p. 139-156, 2011.

DONNAMARIA, C. P.; TERZIS, A. Sobre a evolução de vínculos conjugais originados na Internet. **Arquivos brasileiros de psicologia**, Rio de Janeiro, v. 61, n. 3, p. 75-86, dez. 2009.

FALCKE, D.; WAGNER, A. Mães e madrastas: mitos sociais e autoconceito. **Estudos em psicologia**, Natal, v. 5, n. 2, p. 421-441, dez. 2000.

FEINBERG, M. E. The Internal Structure and Ecological Context of Coparenting: A Framework for Research and Intervention. **Parenting, Science and Practice**, v.3, n. 2, p. 95-131, 2003.

FELIPPI, G.; ITAQUI L. G. Transformações dos Laços Vinculares na Família: Uma Perspectiva Psicanalítica. **Pensando Famílias**, v. 19, n. 1, Pág. 105-113, 2015.

FÉRES-CARNEIRO, T. Casamento contemporâneo: o difícil convívio da individualidade com a conjugalidade. **Psicologia, Reflexão e Crítica**, Porto Alegre, v. 11, n. 2, p. 379-394, 1998.

FÉRES-CARNEIRO, T.; ZIVIANI, C. Conjugalidades contemporâneas: um estudo sobre os múltiplos arranjos conjugais na atualidade. In: FÉRES-CARNEIRO, T. **Casal e família: permanências e rupturas**. p. 83-107. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2009.

FERREIRA, S. I. A. **A Parentalidade em Contexto de Recomposição Familiar: O Caso do Padrasto**. 2011. Tese (Doutoramento em Ciências Sociais) - Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Lisboa, 2011.

FRIZZO, G. B.; KREUTZ, C. M.; SCHMIDT, C.; PICCININI, C. A.; BOSA, C. O conceito de coparentalidade e suas implicações para a pesquisa e para a clínica: implication for research and clinical practice. **Revista brasileira de crescimento e desenvolvimento humano**, São Paulo, v. 15, n. 3, p. 84-93, dez. 2005.

GAGLIANO, P. S.; PAMPLONA R. M. V. F. **O novo divórcio**. 3 ed. Editora Saraiva, 2017.

GAIDZINSKI, C. C. P.; NUERNBERG, D.; SPIDO, P. M.; JERÔNIMO, R. N. T. A. A resiliência infantil no divórcio dos pais sob o olhar de professores do ensino fundamenta. **Revista de Ciências humanas**, v. 48, n. 1, pp. 20-34, abr. 2014.

GALPER M. **Coparenting: sharing your child equally**. A source book for the separated or divorced family. 1978. Disponível em: <<https://eric.ed.gov/?id=ED168731>>. Acesso em: 06 mar. 2020.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas. 4. ed., 2009.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas. 6.ed., 2008.

GONÇALVES, L. S. M. Entre desafiadora e má: Uma análise das representações simbólicas das madrastas em contos de fadas. In: **Anais do III Congresso Internacional de Leitura e Literatura Infantil e Juvenil**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2012

GRZYBOWSKI, L. S. **Parentalidade em tempo de mudanças: desvelando o envolvimento parental após o fim do casamento**. 2007. Tese (doutorado em psicologia). Faculdade de Psicologia. Programa de Pós-Graduação em Psicologia. PUCRS, Porto Alegre, RS, 2007.

GRZYBOWSKI, L. S.; WAGNER, A. Casa do pai, casa da mãe: a coparentalidade após o divórcio. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**. Brasília, v. 26, n. 1, p. 77-87, 2010.

- HINTZ, H. Novos tempos, novas famílias. **Pensando Famílias**, v. 3, p. 8-19, 2001.
- HOGHUGH, M.; LONG, N. **Handbook of parenting: teory and research for practice**. Editora: Sage, 2004.
- HOUZEL, D. As implicações da parentalidade. In: SOLIS-PONTON, L. (Org.). **Ser pai, ser mãe. Parentalidade: um desafio para o terceiro milênio**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Família e Domicílio**. 2017.. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/index.php>>. Acesso em: 19 fev. 2020
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Família e Domicílio**. 2018. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/index.php>>. Acesso em: 19 fev. 2020.
- KLAUS, M. H.; KENNEL, J. H.; KLAUS, P. H. **Vínculo: Construindo as bases para um apego seguro e para a independência**. Porto Alegre: ArtMed, 2000.
- LAMELA, D.; NUNES-COSTA, R.; FIGUEIREDO, B. Modelos teóricos das relações coparentais: revisão crítica. **Psicologia em estudo**. Maringá, v. 15, n. 1, p. 205-216, 2010.
- LOBO, C. Stepfamilies: American research revisited (1930-2000). **Sociologia**. Lisboa. ed. 48, May/Aug, 2005.
- MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. São Paulo: Editora Hucitec, 14ª Ed., 2014.
- MINUCHIN, S. **Famílias: Funcionamento e Tratamento**. Trad. CUNHA, J. A. Porto Alegre, Ed. Artes Médicas, 1982.
- NAZARETH, E. R. Família e divórcio. In: CERVENY, C. M. O. (Ed.), **Família e... comunicação, divórcio, mudança, resiliência, deficiência, lei, bioética, doença, religião e drogadição**. p. 25-37. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004.
- NOGUEIRA-MARTINS, M. C. F.; BÓRGUS, C. M. Considerações sobre a metodologia qualitativa como recurso para o estudo das ações de humanização em saúde. **Saúde e Sociedade**, v. 13, n. 3, p. 44-57, 2004.
- OLIVEIRA, I.; MELLO, M. M. A imaginação das crianças diante do papel da madrasta nos contos de fadas. **Diaphora**, Porto Alegre, v. 16, n. 1, 2016.
- OLIVEIRA, N. H. D. **Recomeçar: família, filhos e desafios**. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, p. 236, 2009.
- PASINATO, L.; MOSMANN C. P. Transição para a parentalidade e a coparentalidade: casais que os filhos ingressaram na escola ao término da licença-maternidade. **Avances en Psicología Latinoamericana**, vol. 34, n. 1, 2016.
- PICCININI, C. A., ALVARENGA, P. **Maternidade e Paternidade: A parentalidade em diferentes contextos**, p. 416. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2012.
- PRADO. **O que é família**. Editora Brasiliense, São Paulo. Ed. 2. 2001.
- RIOS, M. G. **Parenting and Classroom Management**. 2003. (Doctoral dissertation), California State Polytechnic University, Pomona. 2003.

- RIVAS, A. M. **El ejercicio de la parentalidad en las familias reconstituídas**. Portularia, n. 12, v. 2, p. 29-41, 2012.
- SARAIVA, C. A.; LEVY, L.; MAGALHÃES, A. S. O lugar do padrasto em famílias recompostas. **Barbarói**, n. 41, v. 2, 2014.
- SCHABELL, C. Relações familiares na separação conjugal: contribuições da mediação. **Psicologia, teoria e prática**. São Paulo, v. 7, n. 1, p. 13-20, jun. 2005.
- SCHENEABELI, F. C. F.; MEANDRO, M. C. S. Com quem as crianças ficarão? Representações sociais da guarda dos filhos após a separação conjugal. *Psicologia e sociedade*, Belo Horizonte, v. 26, n. 1, p. 175-184, 2014.
- SILVA P. O. M.; TRINDADE, Z. A.; JUNIOR, A. S. As representações sociais de conjugalidade entre casais recasados. **Estudos de Psicologia**, n. 17, v. 3, set.-dez., p. 435-443, 2012.
- SOUZA, P. M.; RAMOS, M. S.; PONTES, F. A. R.; SILVA, S. S. C. Coparentalidade: um estudo de revisão sistemática de literatura. **Estilos clínicos**, São Paulo, v. 21, n. 3, p. 700-720, dez. 2016.
- SOUZA, R. M. Depois que Papai e Mamãe se Separaram: um Relato dos Filhos. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 16, n. 3, p. 203-211, 2000.
- SOUZA, R. M.; RAMIRES, V. R. **Amor, casamento, família e divórcio...e depois, segundo às crianças**. São Paulo: Summus, 2006.
- STAKE, R. Case Studies. In: DENZIN, N.; LINCOLN, T. **Handbook of Qualitative Research**. London: Sage, p. 108-132, 2005.
- TEIXEIRA, L. **Regras, Rotinas e Rituais em Famílias Reconstituídas**. 2014. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Psicologia de Educação e Desenvolvimento, Universidade Católica Portuguesa, 2014.
- USANDIVARAS, C. M. El ciclo del divorcio en la vida familia, en Divorcio y nuevas organizaciones familiares. **Revista de Terapia Familiar**, n. 15, 1986.
- VALENTIM DE SOUSA, D. H. A.; DIAS, C. M. S. B. Recasamento: percepções e vivências dos filhos do primeiro casamento. **Estudos de psicologia**, v. 31, n. 2, p. 191-201, 2014.
- VAN EGEREN, L. A.; HAWKINS, D. P. Coming to terms with Coparenting: Implications of definition and measurement. **Journal of Adult Development**, v. 11, n. 3, p. 165-178, 2004.
- VASCONCELLOS, M. J. E. de. **Pensamento Sistêmico: o novo paradigma da ciência**. Campinas, SP: Papirus, 2013.
- VILAS-BÔAS, R. M. Direito das Famílias: A figura da Madrasta e sua importância para a criança ou adolescente. **Revista Âmbito Jurídico**. n° 172, ano XXI, 2018.
- WAGNER, A.; LEVANDOWSKI, D. C. Sentir-se bem em família: um desafio frente à diversidade. **Revista Textos & Contextos**, Porto Alegre v. 7 n. 1 p. 88-97, jan./jun. 2008.
- WAGNER, A.; RIBEIRO, L. S.; ARTECHE, A. X.; BORNHOLD, E. A. Posto familiar e o bem-estar psicológico dos adolescentes. **Psicologia Reflexão e Crítica**. Porto Alegre, v. 12, n. 1, p. 147-156, 1999.

WAGNER; COLS. **Desafios Psicossociais da Família Contemporânea: Pesquisas e Reflexões**. Editora: Artmed; ed. 1, 2011.

APÊNDICE A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Título do estudo: Funções parentais desempenhada por madrastas e a coparentalidade do novo casal.

Pesquisadora responsável: Ana Luiza Xavier Scremin

Endereço: Av. Presidente Vargas, 2163, Bairro Nossa Senhora de Fátima

Telefone: (55) 9 99010048

Este estudo tem como objetivo compreender o desempenho das funções parentais por parte das madrastas e a coparentalidade entre madrastas e pais de crianças em famílias recasadas. Participarão do presente estudo três famílias, em que o pai esteja em um recasamento, coabitando com a nova companheira e com ao menos um filho criança com idade entre 7 e 11 anos, fruto de um relacionamento anterior.

Os dados serão coletados através de uma Entrevista Semiestruturada, individual, que será gravada e, posteriormente, transcrita na íntegra. Esta terá como objetivo compreender a sua percepção acerca do exercício coparental tendo enfoque na função desempenhada pela madrasta. Além disso, será utilizado um Questionário Sociodemográfico a fim de obter alguns dados gerais sobre você, como: idade, escolaridade, profissão etc.

A sua identidade será preservada em sigilo e as informações colhidas serão utilizadas somente para fins de pesquisa, sendo arquivadas, por um período de cinco anos, na Universidade Federal de Santa Maria, no seguinte endereço: Avenida Roraima, nº 1000, UFSM, Centro de Ciências Sociais e Humanas, prédio 74B, sala 3206A, Bairro Camobi, Santa Maria/RS. Após este prazo, os dados serão eliminados.

Você poderá solicitar esclarecimentos sobre os procedimentos e/ou outros assuntos relacionados ao estudo, bem como, poderá interromper sua participação, em qualquer momento da realização da pesquisa, sem que essa decisão lhe traga qualquer prejuízo.

Conforme prevê a Resolução 016/2000 do Conselho Federal de Psicologia (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2000), sobre pesquisa com seres humanos, pode ser que existam situações que causem alguns riscos. Este estudo não possui procedimentos que exponham os participantes a situações de risco maiores do que as advindas de seu dia-a-dia. Contudo, se em algum momento, for observado desconforto em alguma etapa da coleta de dados, a participação poderá ser suspensa. Além disso, caso necessário, o participante será encaminhado para atendimento psicológico, garantido através do Projeto de Extensão “Estudos e Intervenções em terapia familiar e de casal” do Núcleo de Estudos Famílias e suas Relações (NEFRE), nas dependências da clínica-escola do Curso de Psicologia/UFSM, localizada no térreo do prédio 74B, na Avenida Roraima, nº 1000, bairro Camobi, Santa Maria. Os gastos necessários para a sua participação na pesquisa serão assumidos pelos pesquisadores. Fica, também, garantida indenização em casos de danos comprovadamente decorrentes da participação na pesquisa.

Apesar de não haver nenhuma forma de remuneração e/ou benefício direto pela participação nesta pesquisa, considera-se que esta poderá se constituir em um importante momento de reflexão acerca do exercício coparental. Além disso, os participantes contribuirão para com a comunidade acadêmica e científica e, em especial, para a produção desta pesquisa, que visa explorar mais a temática envolvendo a relação coparental da madrasta e do pai

Agradecemos a sua participação e colaboração na produção desta pesquisa e nos colocamos à disposição para esclarecimentos complementares com a pesquisadora-orientadora do projeto, Profa. Dra. Caroline Rubin Rossato Pereira, que pode ser contatada pelo telefone: (55)3220-9233, e a pesquisadora responsável, Ana Luiza Xavier Scremin (55) 999010048.

Por fim, salientamos que este Termo de Consentimento foi elaborado em duas vias, sendo que uma destas ficará sob sua posse e, a outra, com a pesquisadora responsável pelo estudo.

Data: ____/____/____

Participante

Responsável pelo Projeto

APÊNDICE B - DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE PARA ATENDIMENTO PSICOLÓGICO



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA

DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE PARA ATENDIMENTO PSICOLÓGICO

Eu, Psicóloga, Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Psicologia/UFSM Mônica Sperb Machado, integrante e supervisora do projeto de extensão “Enlaces: Estudos e Intervenções em terapia familiar e de casal” (no. 041326 - CCSH/UFSM), que presta serviço de atendimento psicológico nas dependências da Clínica de Estudos e Intervenções em Psicologia (CEIP), do Departamento de Psicologia da UFSM, declaro que será disponibilizada vaga para atendimento psicológico aos participantes da pesquisa “Funções parentais desempenhadas por madrastas e a coparentalidade do novo casal” que por ventura o necessitarem.

Santa Maria, Março de 2019.

Psicol. Mestranda Anelise Foletto de Araújo

APÊNDICE C - TERMO DE CONFIDENCIALIDADE



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA
TERMO DE CONFIDENCIALIDADE

Título do projeto: Funções parentais desempenhada por madrastas e a coparentalidade do novo casal.

Pesquisador responsável: Ana Luíza Xavier Scremin

Instituição: Mestrado em Psicologia – Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)

Telefone para contato: (55) 999010048

Os responsáveis pelo presente projeto de pesquisa se comprometem em preservar a confidencialidade dos dados dos participantes, bem como a identidade das instituições. A coleta de dados envolverá a aplicação de um Questionário Sociodemográfico e de uma Entrevista Semiestruturada, a qual será respondida pelos participantes, com perguntas abertas sobre a temática em estudo.

Concordam, igualmente, que estas informações serão utilizadas única e exclusivamente para a realização do estudo, bem como para publicações científicas envolvendo o mesmo. As informações somente poderão ser divulgadas de forma anônima e serão mantidas na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), na Avenida Roraima, nº 1000, Centro de Ciências Sociais e Humanas, prédio 74B, sala 3206A, Bairro Camobi, Santa Maria/RS, por um período de cinco anos, sob a responsabilidade da Prof^a Pesquisadora Caroline Rubin Rossato Pereira. Após este período, os dados serão destruídos.

Este projeto de pesquisa foi revisado e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da UFSM em ____/____/____, com o número do CAAE _____.

Santa Maria, 12 de março de 2019.

Caroline Rubin Rossato Pereira

Ana Luíza Xavier Scremin

Mais alguém mora com você?

Nome	Idade	Relação/parentesco

APÊNDICE E - ENTREVISTA COM A MADRASTA



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA

Entrevista sobre a Parentalidade e a Coparentalidade

(Entrevista com a madrasta)

1-RELACIONAMENTO CONJUGAL NO RECASAMENTO

Pode começar me contando como você e o _____(esposo/companheiro) se conheceram?

Há quanto tempo estão morando juntos?

Quando soube que o _____ (esposo/companheiro) tinha filhos? Como foi?

Quando e como conheceu o(s) filho(s) do _____(esposo/ companheiro)?

Como foi o relacionamento de vocês (madrasta e enteado) no início?

Pode me contar um pouco sobre a decisão de morarem juntos.

O fato de morarem juntos trouxe mudanças à sua rotina?

Como é hoje o relacionamento entre você e a(s) criança(s)?

2- CUIDADOS PARENTAIS

Conte um pouco sobre como é um dia de vocês.

Quem é responsável pelos cuidados diários (higiene, alimentação, deslocamentos, escola...)?

Quem é responsável pelos cuidados físicos?

Quem é responsável pelas questões emocionais?

Quem é responsável pela educação (disciplina e controle)?

Quem é responsável pelas decisões?

Como essas responsabilidades foram determinadas?

Você passa algum tempo sozinha com a(s) criança(s)?

Tem alguma situação em que a criança recorre só a você? Em quais momentos?

Vocês têm com quem contar em relação aos cuidados com a(s) criança(s)? Quem? Como? Quando?

Há alguma dificuldade na relação com a(s) criança(s) que você acha que esteja relacionada ao fato de ser madrasta?

O que você acha que seria sua função? E a função do pai? E da mãe? E na prática, como é?

3- COPARENTALIDADE

Você e o _____(esposo/companheiro) conversam sobre a educação do seu enteado?

Como você e o _____(esposo/companheiro) negociam a divisão das tarefas de cuidados da(s) criança(s) no dia a dia?

Tem alguma coisa que o _____(esposo/companheiro) faça em relação à criação do seu enteado que você não faria da forma que é realizada?

Tem alguma coisa que você faça diferente do seu _____(nome do companheiro) em relação à(s) criança(s)? Como vocês lidam com isso?

Quando há uma situação importante a ser resolvida em relação às crianças, como vocês fazem? Quem participa dessas decisões? (ex. troca de escola, passeios, viagens, procedimentos de saúde...)

Você se sente apoiada pelo _____(esposo/companheiro) quando decide algo relacionado a(s) criança (s)? E você apoia ele?

4- SOBRE A MÃE

Qual é o seu contato com a mãe da(s) criança(s)?

Como é a comunicação entre vocês?

A mãe participa em alguma questão relacionada ao cuidado do

(a) _____(crianças). Quando?

A mãe participa em alguma questão relacionada a educação do

(a) _____(crianças)?

A mãe participa das decisões que envolvem o(a) _____(crianças)?

5- SOBRE SER MADRASTA

O que você considera mais difícil de ser madrasta?

E o que lhe traz mais satisfação de ser madraستا?

Se você pudesse dar um conselho/dica para uma mulher que vai começar a morar com o enteado, o que você diria?

Você gostaria de acrescentar algo ao que nós conversamos?

Obrigada

APÊNDICE F – ENTREVISTA COM O PAI



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA

Entrevista sobre a Parentalidade e a Coparentalidade
(Entrevista com o pai)

1-RELACIONAMENTO CONJUGAL E RECASAMENTO

Pode começar me contando como você e a _____(esposa/companheira) se conheceram?

Há quanto tempo estão morando juntos?

Como foi o momento em que seu filho e a _____(esposa /companheira) se conheceram?

Como foi o relacionamento entre eles?

Como foi a decisão de irem morar todos juntos?

O fato de morarem juntos trouxe mudanças à rotina de vocês? Quais?

Como é hoje o relacionamento entre a _____(esposa /companheira) e a(s) criança(s)?

2- CUIDADOS PARENTAIS

Conte um pouco sobre como é um dia de vocês.

Quem é responsável pelos cuidados diários (higiene, alimentação, deslocamentos, escola...)?

Quem é responsável pelos cuidados físicos?

Quem é responsável pelas questões emocionais?

Quem é responsável pela educação (disciplina e controle)?

Quem é responsável pelas decisões?

Como essas responsabilidades foram determinadas?

O que você acha que seria sua função? E a função da mãe? E da madrasta? E na prática, como é?

Tem alguma situação em especial que a criança recorre só a você? Em quais momentos?

E algum momento recorre a _____(esposa /companheira)? Quais são eles?

Vocês contam com mais alguém em relação à criação da(s) criança(s)?

3- COPARENTALIDADE

Vocês conversam sobre a educação da(s) criança(s)?

Tem alguma coisa que a _____ (esposa/ companheira) faça em relação à educação do seu filho que seja diferente do seu jeito?

Tem alguma coisa que você faça diferente da sua _____(esposa/ companheira) em relação à(s) criança(s)? Como vocês lidam com isso?

Quando há uma situação importante a ser resolvida em relação às crianças, como vocês fazem? Quem participa dessas decisões? (ex. troca de escola, passeios, viagens, procedimentos de saúde...)

Você se sente apoiada pela _____(esposa/companheira) quando decide algo relacionado a(s) criança (s)? E você apoia ele?

4- SOBRE A MÃE

Qual o tipo de relacionamento que tiveram?

A mãe participa em alguma questão relacionada à educação da(s) criança(s)? Quando?

Qual o contato que vocês têm?

Como é a comunicação entre vocês?

APÊNDICE G - TERMO DE ASSENTIMENTO**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA****TERMO DE ASSENTIMENTO[^]**

Ana Luiza Xavier Scremin, mestranda e pesquisadora do projeto intitulado “Funções parentais desempenhadas por madrastas e a coparentalidade do novo casal” convida você à participar da pesquisa a qual estou realizando, para compreender como você percebe os cuidados parentais desempenhados pela madrasta, assim como o pai e a madrasta dividem as responsabilidades relacionadas às crianças no dia a dia. Você pode decidir a participar ou não, mesmo que seus pais tenham permitido, como também pode conversar com alguém antes de aceitar ou não participar.

O objetivo da pesquisa é Compreender o desempenho das funções parentais por parte das madrastas e a coparentalidade entre madrastas e pais de crianças em famílias recasadas.

Você foi indicado por alguém que conhece você e sua família e porque você pode contribuir para pesquisa através do seu conhecimento sobre o assunto através da sua vivência diária. Se aceitar fazer parte dessa pesquisa significa que participar de forma voluntária respondendo às perguntas da pesquisadora. se não quiser mais participar, pode avisar a qualquer momento que não haverá problema.

A pesquisa consiste em um encontro entre a pesquisadora e você, o qual será realizado um desenho e uma entrevista que será respondida por você, esse encontro será gravado por áudio. Este estudo pode trazer benefícios, pois poderá contar sobre suas experiências sobre o tema, refletir sobre suas formas de agir, bem como o seu relacionamento com os demais

membros da família. a sua história, assim como sua publicação poderão ajudar outras famílias que vivenciam essa configuração, assim como outros pesquisadores que investiguem o tema.

É uma pesquisa que possui risco mínimo, pois você irá me contar coisas do dia a dia, que está acostumado e ver e fazer.

Se sentir algum desconforto em responder, podemos parar e também pode pedir para conversar com uma psicóloga que será disponibilizada para você se achar que irá precisar.

Tudo o que for dito na entrevista, não terá acesso a mais ninguém além das pesquisadoras, e seu nome será preservado, ou seja não aparecerá em nenhum lugar.

Depois que a pesquisa for concluída os resultados serão informados para você e seus pais, assim como poderão ser publicados em uma revista, livro ou conferencia. Se você não quiser participar ninguém ficara bravo, triste ou desapontado, a escolha é sua.

Caso precise tirar alguma dúvida pode contatar pesquisadora-orientadora do projeto, Profa. Dra. Caroline Rubin Rossato Pereira, que pode ser contatada pelo telefone: (55)3220-9233, e a pesquisadora responsável, Ana Luiza Xavier Scremin (55) 999010048.

Também há um comitê de ética em pesquisa que em seres humanos é integrado por um grupo de pessoas que trabalham para garantir que seus direitos como participante de pesquisa sejam respeitados. Ele tem a obrigação de avaliar se a pesquisa foi planejada e se está sendo executada de forma ética Se você entender que a pesquisa não está sendo realizada da forma como imaginou ou que está sendo prejudicado de alguma forma, você pode entrar em contato com o CEP da UFSM Av. Roraima, 1000 - 97105-900 - Santa Maria - RS - 2º andar do prédio da Reitoria. Telefone: (55) 3220-9362 - E-mail: cep.ufsm@gmail.com. Caso prefira, você entrar em contato sem se identificar.

Eu entendi que a pesquisa é sobre os cuidados parentais desempenhados pela madrasta, assim como o pai e a madrasta dividem as responsabilidades relacionadas às crianças no dia a dia. Também compreendi que fazer parte dessa pesquisa significa que participar de forma voluntária respondendo às perguntas da pesquisadora. Eu aceito participar dessa pesquisa.

Assinatura da criança ou adolescente:

Assinatura dos pais/responsáveis:

Assinatura do pesquisador:

Data:...../...../.....

APÊNDICE H – ENTREVISTA COM A CRIANÇA



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA

Entrevista sobre a Parentalidade e a Coparentalidade
(Entrevista com a criança)

1- DESENHO

Gostaria que você fizesse um desenho da sua família

Agora, gostaria que você desenhasse um desenho com a _____.

2- ROTINA DA FAMÍLIA

Conte-me quem é cada um do desenho.

Com quem você mora?

Está faltando alguém? Quem?

Quem é que cuida de você? Mais alguém além do desenho cuida de você?

Com quem você passa mais tempo?

O que você faz com _____? E com _____?..... (com as pessoas do desenho)

3- SOBRE A MADRASTA

O que ela é sua? Como você chama ela?

Nesse desenho, o que vocês estão fazendo?

Você lembra quando conheceu a _____(madrasta)? Faz muito tempo? Como foi?

Faz quanto tempo que vocês moram juntos? Você se lembra de como foi? Mudou alguma coisa na sua rotina?

Vocês fazem alguma coisa juntos? O que? Quando?

Como é quando estão só vocês, sem o pai?

Você diz para ela o que você quer comer? As coisas que você gosta de fazer?

Você tem vergonha de contar alguma coisa para ela?

4- **RELAÇÃO PAI / MADRASTA**

Como é o jeito dela com você? (é mais exigente, deixa fazer as coisas...)

Como é o jeito do pai com você? (é mais exigente, deixa fazer as coisas...)

E o seu pai e a _____(madrasta) são parecidos ou diferentes no jeito de cuidar de você?

Eles concordam sobre o que você pode ou não fazer? Horário que você tem que dormir?

Tomar banho? Fazer os temas?

5- **SOBRE A MÃE**

O que sua mãe acha da _____(madrasta)?

Elas (mãe e madraستا) se falam? Quando e como? Elas se encontram? E como é esse momento?

Como é no seu aniversário? No natal? Páscoa? Ano novo?